



Ana Carolina Dias Vieira

**“Foi sem querer! Por que os métodos contraceptivos não
funcionam comigo?”
Um estudo psicanalítico sobre a dinâmica de engravidar e ter filhos**

Tese de doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Silvia Abu-Jamra Zornig

Rio de Janeiro
Julho de 2016



Ana Carolina Dias Vieira

**Foi sem querer! Por que os métodos
Contraceptivos não funcionam comigo?:
Um estudo psicanalítico sobre a
dinâmica de engravidar e ter filhos**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Silvia Maria Abu-Jamra Zornig
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Claudia Amorim Garcia
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Marisa Schargel Maia
Maternidade Escola - UFRJ

Profa. Fernanda Pacheco Ferreira
Instituto de Psicologia - UFRJ

Profa. Monah Winograd
Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2016.

Todos os direitos autorais reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Ana Carolina Dias Vieira

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio em 2008, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio em 2011, cursou doutorado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Psicanalista e Diretora de Supervisão e Orientação Clínica da ONG Casa da Árvore.

Ficha Catalográfica

Vieira, Ana Carolina Dias

“Foi sem querer! Por que os métodos contraceptivos não funcionam comigo?": Um estudo psicanalítico sobre a dinâmica de engravidar e ter filhos / Ana Carolina Dias Vieira; orientadora: Silvia Abu-Jamra Zornig. – 2016.

137 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Psicologia — Teses. 2. Feminino. 3. Maternidade. 4. Constituição psíquica. 5. Relação mãe-filha. 6. Trabalho do negativo. I. Zornig, Silvia Abu-Jamra. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À Alice e Regina, por me permitirem viver o ser mãe e filha e todas as maravilhas e dores que este vínculo pode oferecer.

À minha orientadora, Silvia Zornig, pela compreensão e cuidado, por deixar sempre as portas abertas à criatividade, pelo respeito às ideias, angústias, projetos acadêmicos e da vida, minha admiração e sincero agradecimento por todos esses anos de mestrado e doutorado.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

À PUC-Rio e, principalmente, às secretárias Marcelina e Vera pelos frequentes auxílios que tornaram meu caminho mais leve.

Ao meu pai, por despertar em mim o desejo pela investigação e por me permitir seguir sempre em direção à vida.

Ao Pedro, agradeço o constante carinho e cuidado e, principalmente, a linda presença com nossa filha em meus momentos de ausência. Por mostrar à Alice que há um mundo rico e valioso pela frente.

Às mulheres entrevistadas, por me emprestarem suas histórias, dores e experiências de vida para a construção deste trabalho.

Aos profissionais do Pólo Padre Velloso, principalmente à Simone da Silva, pela acolhida, disponibilidade e confiança no trabalho.

Aos meus colegas de doutorado, por dividirem as angústias vividas. Dentre eles, agradeço, principalmente, à Cecília Freire pela parceria e presença constante nas mais diversas atuações nesses anos de doutorado.

À Liliane Penello, Liliana Lugarinho, Corina Mendes, Selma Eschenazi, Luciana Borges, Larissa Mendes e João de Moraes, pela oportunidade de fazer parte da equipe EBBS e por andar sempre de braços dados enfrentando os desafios deste trabalho.

Resumo

Vieira Dias, Ana Carolina; Abu-Jamra Zornig, Silvia (orientadora). **“Foi sem querer! Por que os métodos contraceptivos não funcionam comigo?”: Um estudo psicanalítico sobre a dinâmica de engravidar e ter filhos.** Rio de Janeiro, 2016. 137 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O número grande de mulheres que busca a laqueadura como forma de interromper o movimento de seguidas gravidezes foi o ponto de partida para a presente pesquisa, que se propõe a investigar os processos psíquicos envolvidos na dinâmica de engravidar e ter filhos em uma favela do Rio de Janeiro. É comum observar que o discurso de quem faz a escolha pela laqueadura, na maioria das vezes, está ligado a uma ineficácia dos métodos contraceptivos mais acessíveis. Assim, a laqueadura é tida como a única forma de se evitar ter filhos. A partir da observação de que há uma grande procura por procedimentos como a laqueadura no SUS, o objetivo desta tese é de compreender o que há por trás da necessidade destas mulheres de se submeterem a uma intervenção mais radical no corpo como única forma de encontrarem um limite ao movimento constante de seguidas gravidezes. O que se observa é que as gravidezes em série não ocorrem por falta de informação ou acesso aos procedimentos. Desta forma, a questão que se coloca está relacionada ao motivo pelo qual mulheres continuam a engravidar, buscando posteriormente procedimentos como a laqueadura como único meio seguro para prevenir a gravidez. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que participam ou participaram dos grupos de planejamento familiar oferecidos pelo SUS em um polo de saúde da família com o objetivo de ter acesso à laqueadura e, utilizada a experiência vivida na Estratégia Brasileirinhos e Brasileirinhas Saudáveis (EBBS) para desenvolver este estudo. Participaram do estudo três mulheres-mães maiores de 25 anos que tinham ao menos dois filhos vivos. As entrevistas foram analisadas e discutidas a partir da literatura revisada, as mesmas foram utilizadas como uma forma de ilustrar hipóteses desenvolvidas anteriormente durante o período de prática como pesquisadora da EBBS possibilitando a construção de uma tese teórico-clínica com a presença do conteúdo das entrevistas para exemplificar as articulações. Trabalha-se com a hipótese de que as constantes gravidezes denunciam a atuação de um movimento inconsciente que não pode ser contido de formas mais convencionais. Acredita-se

que este movimento se manifeste a partir de um jogo de presença e ausência materna e paterna na busca por evitar um sofrimento psíquico excessivo. Há uma evidente colagem ao ser mãe, tornar-se mulher se apresenta vinculado ao torna-se mãe, as gravidezes denunciam uma problemática narcísica intensa e a ausência paterna atua de maneira marcante na vida subjetiva das entrevistadas. A fim de desenvolver tais questões recorreremos majoritariamente às contribuições de Sigmund Freud sobre o feminino e a sexualidade feminina, André Green com o conceito do trabalho do negativo e a noção de introjeção, projeção e incorporação com Sándor Ferenczi e Nicolas Abraham e Maria Torok.

Palavras-chave

Feminino; maternidade; constituição psíquica; relação mãe-filha; trabalho do negativo; complexo de Édipo; psicanálise.

Abstract

Vieira Dias, Ana Carolina; Abu-Jamra Zornig, Silvia (advisor). **“I didn’t mean it! Why contraceptives don’t work with me?”: – A psychoanalytical study about the dynamics of getting pregnant and having children.** Rio de Janeiro, 2016. 137 p. Doctoral Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The elevated number of women who seek tubal ligation as a way to interrupt the movement of several pregnancies was the starting point to this research, which proposes to investigate the psychic processes involved in the dynamic of getting pregnant and having children at a Rio de Janeiro slum. It’s fairly common to observe that the speech of the women who choose the tubal ligation, for the most part, is connected to an ineffectiveness of the more accessible contraceptives. Therefore, the tubal ligation is considered as the only way to avoid having children. From the observation that there is a big pursuit for proceedings such as the tubal ligation at SUS, the goal of this thesis is to comprehend what’s behind the need of these women to submit their selves to a radical intervention on their bodies as the only way to curb their desire or compulsion of having children. It’s observed that the serial pregnancies do not occur because of lack of information or access to the proceedings. Consequently, the question raised is related to the motive of why the women keep getting pregnant, and then after seek proceedings such as the tubal ligation as the only safe way to prevent pregnancy. To develop this study, semi-structured interviews were made with female participants or that were participants in family planning groups offered by the Unified Health System (SUS) in family health centers in order to have access to tubal ligation, and the experience gained in Brasileirinhos Strategy and Brasileirinhas Healthy (EBBS). The study was made with three over 25 years women-mothers who had at least two children alive. The interviews were analyzed and discussed from the literature reviewed, they were used as a way to illustrate hypotheses developed earlier during the practice period as a researcher of EBBS allowing the construction of a theoretical and clinical thesis with the presence of the contents of the interviews to exemplify the articulations. The hypothesis is that the constant pregnancies denounce the acting of an unconscious movement which can’t be contained by more traditional ways. The belief is that this movement begins in a game of maternal and paternal presence and absence o

the search to avoid intense psychological stress. There is a clear attachment to be a mother, to become woman presents bound to become parent, pregnancies denounce an intense narcissistic problematic and the paternal absence acts markedly in the subjective life of the interviewees. In order to develop such issues mostly resorted to Sigmund Freud's contributions on the feminine and female sexuality, André Green with the concept of the work of the negative and the notion of introjection, projection and incorporation with Sándor Ferenczi and Nicolas Abraham and Maria Torok.

Keywords

Female; motherhood; psychic constitution; mother-daughter relationship; work of the negative; oedipus complex; psychoanalysis.

Sumário

1 Introdução	10
2 Em direção à feminilidade	18
2.1. Sexualidade infantil – diferenciação entre os sexos	19
2.2. A sexualidade masculina	26
2.3. A sexualidade feminina	28
2.4. O estatuto do objeto, o narcisismo e o luto pela perda do objeto	34
3 A mãe que não se deixa esquecer – o trabalho do negativo	43
3.1. O conceito de trabalho do negativo	43
3.2. A Negativa de Freud	49
3.3. Alucinação negativa	52
3.4. O trabalho do negativo em sua face patológica	56
3.5. Função objetualizante e desobjetualizante – ligação e desligamento	58
4 O que é ser mulher para você? Entre o narcisismo e o Édipo	63
4.1. Sônia, Marta e Elisa – Casos clínicos	63
4.1.1. – Sônia	63
4.1.2. – Marta	69
4.1.3. – Elisa	74
4.2. O que nos contam as histórias de Sônia, Marta e Elisa?	79
4.2.1. Ser mãe para ser mulher	80
4.2.2. Idealização do objeto mãe e das figuras femininas	81
4.2.3. Gravidez, um status narcísico e não de filiação	85
4.2.4. Gravidezes (in)desejadas – gravidez não planejada x gravidez desejada	87
4.2.5. O terceiro, qual o lugar do homem nesse cenário?	90
4.3. Entre a relação primária e o Édipo	95
5 A incorporação da maternidade e o papel da laqueadura	98
5.1. Projeção e Introjeção – processos fundamentais para a instauração do psiquismo	98
5.2. A incorporação em Abraham e Torok	103
5.3. Incorporação da maternidade	109
5.4. A laqueadura como limite	111
6 Considerações finais	118
7 Referências bibliográficas	132
8 Anexos	136
8.1. Anexo 1 – TCLE	136

1

Introdução

O estudo sobre o feminino e a maternidade foi despertado em minha prática como apoiadora e pesquisadora da Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis (EBBS) em favelas do Rio de Janeiro. A EBBS se propõe a ser uma estratégia com foco no cuidado materno-infantil, que atua junto às equipes da Estratégia de Saúde da Família¹ (ESF) e do Programa de Saúde na Escola (PSE), possibilitando que os profissionais tenham um olhar mais apurado e direcionado ao desenvolvimento infantil.

A Estratégia de Saúde da Família atua prioritariamente com um público de baixa renda - moradores de favelas. Segundo Vieira e Zornig (2011), a realidade das favelas do Rio de Janeiro é de um grande desamparo social e de muita violência. Um ambiente dominado pelo tráfico, que presencia diariamente a guerra e os conflitos pelo poder e pontos de venda de drogas. Sabe-se que quem sofre primeiramente as consequências deste cenário são os moradores das comunidades, são eles que vivem sob o medo e o terror que é gerado.

Viver nas favelas é um constante risco, é estar em contato, diariamente, com o medo e a insegurança. É possível observar que há um receio das mulheres-mães de que seus filhos-homens entrem para o tráfico, nesse ambiente o lugar de “dono do morro” e as grandes disputas por poder e ocupação são dominadas por eles. As meninas, por outro lado, na maior parte das vezes, estão destinadas a ocupar o lugar de suas mães, cuidar dos irmãos e dos afazeres domésticos. Elas costumam engravidar muito cedo e vivem com as gravidezes e os filhos o que parece ser a única possibilidade de reconhecimento e de posição a se atingir. A grande maioria dessa população não consegue finalizar os estudos, não chegando a completar muitas vezes o ensino fundamental. As possibilidades de crescimento são pequenas e o investimento por parte do Estado é recente, o que torna comum a busca por subempregos e a dificuldade romper com uma cadeia geracional de

¹A Estratégia Saúde da Família é descrita pelo Ministério da Saúde como “uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade” (Mais informações: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php)

abandono educacional e uma descrença na possibilidade de conquistar novas oportunidades na vida.

A situação social que se vivencia nessas comunidades está muito distante do que chamaríamos de adequada. A condição financeira desta população não é suficiente para que, sem ações sociais, sejam garantidos bens de consumo básicos para o sustento da família, para uma moradia decente e o acesso à saúde. Ao mesmo tempo, as políticas e ações públicas de assistência a essa população são bastante precárias.

Neste contexto é possível observar uma grande dificuldade presente nas equipes de saúde com relação a como conduzir e o que propor aos casos de constantes gravidezes sem planejamento e tentativas de aborto. De acordo com o Dr. Dário Pasche², diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPES/SAS/MS), a situação encontrada pela Coordenadoria de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança é de um número elevado de gravidezes não planejadas (57,9%), além da constatação de que 30% das mulheres que desejam abortar desistem quando são acolhidas por uma equipe do Saúde da Família.

Nos grupos de planejamento familiar realizados pela ESF observamos que há uma grande quantidade de sujeitos que procura o serviço com o objetivo de ter acesso aos procedimentos de vasectomia e laqueadura. A maioria deles são mulheres que têm muitos filhos e que desejam interromper o movimento repetido de uma gravidez seguida da outra.

É comum observar que o discurso de quem faz essa escolha, na maioria das vezes, está ligado a uma ineficácia dos métodos contraceptivos mais acessíveis, como a ideia de pílulas de “farinha” ou de camisinhas que se romperiam com muita facilidade. Assim, a laqueadura e a vasectomia são tidas como a única forma de se evitar ter filhos. Esses procedimentos são incentivados por médicos, enfermeiros e agentes comunitários que se sentem impotentes diante das ocorrências de gravidezes constantes e que, assim como a população, tratam os métodos contraceptivos como ferramentas que já não são eficazes em algumas situações.

² Ideias retiradas da conferência realizada pelo Dr. Dário Pasche no I Encontro Nacional de Coordenadores de Atenção à Saúde da Criança Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis em 21 de Setembro de 2011.

A partir da observação de que há uma grande procura por procedimentos como a laqueadura no SUS – 2003 - 31.216/ano e 2013 - mais de 60.000/ano³-, esta pesquisa se propõe a refletir sobre os processos subjetivos que estão envolvidos na dinâmica de engravidar e ter filhos em uma favela do Rio de Janeiro, a fim de compreender o que há por trás da necessidade destas mulheres de se submeterem a uma intervenção mais radical no corpo como única forma de encontrarem um limite ao desejo ou compulsão em ter filhos.

O Manual Técnico de Assistência em Planejamento Familiar (Brasil, 2002) do Ministério da Saúde prevê que os grupos de planejamento familiar garantam a homens e mulheres a assistência à concepção e contracepção como parte das demais ações que compõem a assistência integral à saúde. No entanto, o que se observa é que o dispositivo é oferecido em pólos da Estratégia de Saúde da Família com uma metodologia voltada basicamente para a educação preventiva dos usuários do serviço. Busca-se transmitir informações técnicas sobre o uso dos diferentes métodos contraceptivos com o objetivo de promover a anticoncepção. A disseminação do conhecimento técnico sobre o uso dos métodos é a solução encontrada para uma intervenção considerada mais eficaz nos casos de homens e mulheres que possuem muitos filhos.

No entanto, o que se observa é que as gravidezes em série que tanto preocupam médicos e agentes de saúde não ocorrem por falta de informação ou acesso aos procedimentos. Os usuários sabem como se prevenir e onde buscar os métodos preventivos. Desta forma, a questão que se coloca está relacionada ao motivo pelo qual mulheres continuam a engravidar, buscando posteriormente procedimentos como a laqueadura como único meio seguro para prevenir a gravidez.

Acreditamos que não há por parte dos serviços uma problematização em relação às questões subjetivas, culturais e sociais envolvidas nesta dinâmica. Nota-se que não há uma política que de fato dê suporte à escolha dos sujeitos, que se proponha a escutar o que comunicam e busque auxiliá-los, por exemplo, em seu desejo por ter filhos. Neste sentido, esta pesquisa busca contribuir para uma reflexão mais ampliada e aprofundada sobre os processos psíquicos envolvidos.

³ Mais informações em: <http://www.blog.saude.gov.br/34852-34852-em-um-ano-foram-realizadas-mais-de-60-mil-laqueaduras-pelo-sus.html>

Foram utilizadas referências teóricas psicanalíticas para a construção deste estudo. Entende-se que a psicanálise e seu aparato teórico é fundamental para a investigação do que vivem e sentem as mulheres, sujeitos desta pesquisa. Além disso, a fim de investigar os processos psíquicos envolvidos, utilizamos como campo para a nossa pesquisa entrevistas com mulheres, mães, que participam ou participaram dos grupos de planejamento familiar oferecidos pelo SUS em um polo de saúde da família com o objetivo de ter acesso à laqueadura.

Nesta pesquisa foram realizadas três entrevistas com mulheres usuárias do serviço oferecido por uma Clínica da Família localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. Utilizamos uma metodologia qualitativa, centrada em entrevista semiestruturada, que contemplou temas relevantes concernentes ao ser mulher neste ambiente. Para selecionar as entrevistadas, utilizamos as determinações do SUS que permitem o acesso à laqueadura – maiores de 25 anos ou que tenham dois filhos vivos. As entrevistas presenciais e individuais foram realizadas pela pesquisadora em local determinado pelas participantes com duração média de uma hora e tinham como objetivo ter acesso às questões subjetivas que envolvem o tema do feminino.

Participaram do estudo três mulheres-mães maiores de 25 anos que tinham ao menos dois filhos vivos, integrantes ou ex-integrantes do grupo de planejamento familiar oferecido pela equipe de saúde da família. As participantes foram indicadas pelos profissionais do polo de saúde da família tendo sido antes consultadas por eles sobre o desejo de participar da pesquisa. O contato inicial para a marcação das entrevistas foi feito por telefone. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, e analisadas buscando os conteúdos latentes/subjacentes, as mensagens contidas no texto. Foram selecionados eixos temáticos a partir das semelhanças encontradas no material, conteúdos que se apresentaram de forma mais marcante e que se repetiram em todas as entrevistas. Investigamos dentro destes eixos conteúdos que nos permitiam compreender os processos subjetivos envolvidos nas histórias de vida das entrevistadas. Os nomes utilizados durante o presente trabalho para descrever as participantes da pesquisa são fictícios e foram escolhidos de forma aleatória pela pesquisadora. O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado por Comitê de Ética⁴. Todos os

⁴ Número do protocolo de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Plataforma Brasil: CAAE- 36880414.2.0000.5259

participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Anexo 1), permitindo a utilização dos dados em pesquisa e publicação.

As entrevistas foram utilizadas como uma forma de ilustrar hipóteses desenvolvidas anteriormente durante o período de prática como pesquisadora da EBBS possibilitando a construção de uma tese teórico-clínica com a presença do conteúdo das entrevistas para exemplificar as articulações. Acreditamos que oferecer um espaço no qual não são tratados apenas os métodos contraceptivos, mas onde se possa escutar suas histórias de vida poderia ser uma ferramenta de acesso aos processos subjetivos que compreendem as constantes gravidezes.

A fim de verificar a relação destas mulheres com o feminino e a maternidade, as entrevistas foram construídas tendo como base uma única pergunta: “*o que é ser mulher para você?*”. A escolha por utilizar uma única pergunta visa proporcionar uma entrevista que tenha livre escuta, não intrusiva e sem muitas interferências do entrevistador a fim de ter acesso ao que é mais importante para o sujeito e ao significado que subjaz o que é dito. “O que é ser mulher” ou “o que quer uma mulher?” são perguntas que perturbam muitos psicanalistas há décadas, e vimos serem respondidas pelas entrevistadas com muita sinceridade e conteúdos riquíssimos. As respostas são marcadas pelas singularidades, histórias e experiências de vida de cada uma e carregadas de afetos.

Na primeira parte deste trabalho investigamos, utilizando as contribuições de Sigmund Freud, o processo de constituição do feminino e a sexualidade feminina. Na obra freudiana, o tornar-se mulher e o percurso necessário para se alcançar a feminilidade é árduo e repleto de afetos contraditórios. A menina, no seu caminho, necessita cumprir tarefas difíceis como a mudança de um órgão masculino – clitóris/pênis – para a descoberta de um prazer feminino – vagina, e a alternância de objeto de amor. Nesse processo serão experimentados impasses, como a descoberta da inferioridade do clitóris e o abandono da fantasia de uma mãe que a completa. A maneira como são vividos os atravessamentos na história de vida da menina será determinante para seu futuro como mulher e a possibilidade de poder construir um novo percurso, sua história e um símbolo de sua feminilidade.

Neste processo, o objeto-mãe possui um papel fundamental e será responsável por oferecer a essa menina a possibilidade de seguir seu caminho. Na

trajetória da mulher em direção à sexualidade adulta, separar-se de sua mãe e abandonar uma relação de completude primária será necessário, no entanto esse pode não ser um processo simples. A menina precisa viver o luto da perda e a renúncia de um bem-estar anterior. O êxito deste processo depende da qualidade da presença oferecida pela mãe, de sua capacidade de ligar-se ao sujeito e de que suas respostas estejam de acordo com as demandas e necessidades psíquicas.

Sendo assim, no segundo capítulo, recorrendo às fundamentais contribuições de André Green, buscamos compreender a função do objeto primário, sua capacidade de contribuir positiva e negativamente para o amadurecimento do sujeito, e as possíveis marcas dessa relação nos primórdios da vida psíquica. O autor propõe a noção do trabalho do negativo para teorizar sobre a dinâmica de presença e ausência do objeto; a negativização do mesmo propicia a criação de um espaço potencial essencial para o processo de constituição subjetiva. O trabalho do negativo corresponde a um processo primário da constituição do sujeito em que a mãe, a princípio apresentada como objeto que promove plena satisfação, ganha outro estatuto. Desenvolveremos, neste momento do estudo, o percurso greeniano sobre a noção do negativo, sua face estruturante e patológica e os efeitos desse processo na constituição psíquica do bebê.

À primeira vista, as gravidezes em série parecem não ter mediação, se assemelham a um movimento que foge ao controle, não são planejadas e ocorrem sem a presença de um discurso desejoso por esse bebê. Tal fato nos permite refletir sobre a atuação de um movimento inconsciente que não pode ser contido de formas mais convencionais – estaríamos tratando aqui de algo que se manifesta de maneira tão intensa que apenas uma intervenção no corpo daria conta. Como apontam as entrevistadas, elas simplesmente “pá-pum, acontecem”.

Diante disso, nos perguntamos sobre os conteúdos psíquicos existentes nesse movimento; o que nos comunicam ou denunciam essas gravidezes sem contenção? Acreditamos que se manifestem, nas constantes gravidezes, conteúdos psíquicos marcados pelo excesso e pela ausência de simbolização, um corpo (grávido) tomado por marcas psíquicas e um nítido jogo de atividade e passividade diante do desejo de ter um filho.

Dessa forma, no terceiro capítulo trabalharemos as entrevistas com detalhes. Serão trazidas as histórias de vida de Sônia, Marta e Elisa, seus relatos, as dores e as vitórias de cada uma delas. Pontuamos e analisamos os eixos mais

significativos, como a ligação entre o ser mulher e o ser mãe, a relação intensa com as mães, tias e irmãs – com as figuras femininas da família, o lugar das gravidezes e o papel do pai e dos homens em geral.

Há um discurso insistente sobre a presença materna e sua importância, as relações femininas são constantemente colocadas em um lugar de admiração. É possível notar que, no ambiente em que estão inseridas as entrevistadas, as famílias são predominantemente matriarcais, as mulheres se ocupam sozinhas da casa e dos filhos. Por outro lado, notamos uma marcante e significativa demonstração de ausência das figuras masculinas no cuidado com a família, os pais e maridos são pessoas pouco admiradas e reconhecidas. Os homens, em sua maioria, se retiram de suas responsabilidades e não assumem seus filhos no papel e na vida prática. Esse será um eixo importante em nosso trabalho de investigação e nos permitirá refletir sobre uma dinâmica subjetiva que possivelmente não se encerre em uma questão pré-edípica ou um sofrimento narcísico.

Buscaremos investigar se estaríamos neste estudo diante de um movimento de colagem ao “ser mãe”, uma idealização do lugar das mulheres e da maternidade. Haveria nesses casos e no movimento de seguidas gravidezes uma procura desesperada por um lugar potente, o símbolo da feminilidade? Um lugar de reconhecimento de si mesmas e um vir a ser mulher?

No último capítulo, será desenvolvida a noção de *incorporação da maternidade*. Propusemos este termo para definir a dinâmica subjetiva encontrada nos casos da presente pesquisa, processo que se dá, a nosso ver, como consequência de um movimento de presença e ausência materna e paterna. Utilizaremos como contribuição o que André Green, Sándor Ferenczi, Nicolas Abraham e Maria Torok teorizam sobre introjeção, projeção e incorporação. Ao final deste capítulo, buscamos refletir sobre o papel da laqueadura neste processo: onde se enquadra essa escolha? O que a laqueadura viria instaurar e qual o objetivo dessas mulheres ao recorrerem a esse processo depois de uma certa quantidade de filhos? A que ela é chamada a resistir?

Nossa proposta é a de compreender o que nos comunicam as gravidezes em série, mas, para isso e acima de tudo, o percurso dessas mulheres em direção à feminilidade, a busca por ascender à posição feminina, o uso do corpo, sua relação pré-edípica e o lugar do pai e das figuras masculinas nesse processo. Este estudo visa a entrar em contato com o sofrimento e com as medidas necessárias para a

estruturação dessas meninas; é evidente a existência de um movimento inconsciente em curso que busca incessantemente dar conta de algo se manifestando nas constantes gravidezes.

2

Em direção à feminilidade

Eu acho que ser mulher é você se aceitar, porque tem mulheres que queriam ser homens, se aceitar como mulher, é ser, ser responsável por si, correr atrás do que você quer, nada contra quem corra atrás de outra forma, mas, assim, pra, eu tenho o exemplo de mulheres lindas na minha família então, assim, eu tento meio que me espelhar nelas, então assim, é você correr atrás, é você se respeitar, você se respeitando, você respeita o próximo, tanto opinião quanto o seu corpo. Ser mulher é maravilhoso. Assim, poder gerar outra vida, eu já gerei três. Parei, mas gerei três vidas e também nessas três vidas incluí novamente duas mulheres, então, assim, uma sequência que vem pra continuar. E quero que elas tenham também esse orgulho de ser mulher. Entendeu?

(Elisa, entrevista 3)

A fim de investigar os processos psíquicos envolvidos no caso de mulheres com mais de duas gravidezes que buscam a laqueadura como forma de interromper esse movimento, recorreremos à obra freudiana e sua abordagem sobre o feminino e a sexualidade feminina. Para a psicanálise a menina percorre uma trajetória de amadurecimento diferente do menino; o falo é tratado como um pilar na constituição da sexualidade da mulher e será fundamental na construção teórica do percurso da menina em direção à feminilidade. O objeto mãe possui um lugar primordial, a presença materna, os cuidados fornecidos por ela e a forma como os conduzirá permitirão que a menina siga seu caminho.

A investigação sobre a relação mãe-filha e seus efeitos no percurso do tornar-se mulher é essencial, uma vez que em todas as entrevistas a figura materna e as referências femininas da família são exaustivamente citadas. A relação pré-edípica oferece ferramentas importantes para responder às principais questões desta pesquisa, sem deixar de lado o papel e a entrada do pai nessa diáde e sua contribuição para que a menina alcance seu destino como mulher.

As mulheres entrevistadas nessa pesquisa nos oferecem um material riquíssimo para uma compreensão apurada do que Freud buscou teorizar sobre o processo de constituição da menina. Observamos no trecho destacado acima alguns tópicos importantes trabalhados na obra freudiana: a inveja do falo, o atravessamento pela relação primordial com a mãe, tão fundamental para o processo, e, finalmente, a gestação e a possibilidade de gerar um filho como símbolo da feminilidade.

São claros os desafios enfrentados pela menina no seu processo de constituição, quando se observa um desejo enorme de manter o vínculo de completude e amor incondicional com a mãe. Separar-se dessa mãe se torna

difícil, uma vez que existe uma nostalgia pelo amor que pode tudo suprir; é possível observar um jogo de passividade e atividade, prazer e desprazer, intenso. Essa importante relação deixa marcas físicas e psíquicas: físicas, na medida em que os cuidados corporais promovem prazer, reconhecimento corporal e identificação; e psíquicas, visto que a menina se encontrará diante da necessidade de reconhecer sua condição castrada sendo obrigada a abrir mão de uma relação com o objeto primário na busca do que não pôde ser oferecido.

Da mesma maneira, o pai e sua entrada na relação serão fundamentais para auxiliar o movimento de separação e transformação. A fronteira, ou a falta dela, entre as duas, mãe e filha, é constituída e delimitada a partir desse processo. A dupla, se não consegue seguir seu caminho de maneira exitosa, pode ter dificultada a construção dessa fronteira e impedir um futuro favorável em direção à feminilidade.

2.1.

Sexualidade infantil – diferenciação entre os sexos

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud traz um novo olhar para a criança e sua sexualidade. O autor comenta que um dos grandes erros dos estudiosos foi o de não considerar a pulsão sexual presente já na infância como algo normal e parte integrante do desenvolvimento do sujeito. Esse equívoco seria responsável por nossa ignorância a respeito das condições básicas da vida sexual. Garcia-Roza (1995) comenta que Freud inaugura um olhar para a sexualidade infantil não como um fenômeno oposto à sexualidade adulta, madura e completa, mas como uma característica definidora da sexualidade humana, sempre parcial e marcada pela incompletude.

Um dos fatores responsáveis pela não valorização do período infantil, principalmente no que diz respeito à sexualidade, é a amnésia infantil encarregada de encobrir memórias dos primeiros anos da vida do sujeito (Freud, [1905] 2007). Como aponta o autor, mesmo que este seja o período de maior apreensão e experimentação, há um processo encobridor das lembranças vivenciadas; lembranças e memórias que deixam marcas profundas na nossa vida anímica e são fundamentais para o desenvolvimento.

O bebê nasce com moções sexuais que se desenvolvem por um tempo até sofrerem uma supressão progressiva e entrar no que o autor chama de período de latência sexual infantil. No entanto, mesmo durante esse período, se edificam forças anímicas que mais tarde atuarão como inibidores no caminho da pulsão sexual sob a forma de vergonha, asco, ideais morais e estéticos (Freud, [1905] 2007, p.161). As moções sexuais que não cessam mesmo no período de latência têm sua energia total ou parcialmente desviada a outros fins que não possuem um cunho sexual. Esse desvio das forças pulsionais leva o nome de sublimação e é fundamental para a construção de futuros ganhos sociais.

Freud ([1905] 2007) chama de pré-genitais as organizações da vida sexual em que as zonas genitais ainda não alcançaram seu papel hegemônico. Na primeira fase pré-genital, a oral/canibalesca, a atividade sexual ainda não está desconectada totalmente da nutrição, o objeto que oferece o alimento é também o que fornece o prazer. E a meta sexual é, como aponta o autor, a incorporação do objeto, protótipo do que mais tarde observamos na identificação. O chuchar é apontado como um resíduo dessa primeira fase; nele a atividade sexual já se encontra separada da alimentação. Um objeto do próprio corpo é escolhido para oferecer a satisfação e o prazer, providos anteriormente.

Freud afirma que a sucção ou chuchar é uma manifestação da sexualidade infantil decorrente da experiência de mamar o seio materno que de início vem acompanhado da necessidade de nutrição. Ela se desenvolve e se desloca da busca pela satisfação nutricional para o prazer sexual. Esta prática sexual não é dirigida a outra pessoa, se satisfaz no próprio corpo, é autoerótica. Os lábios funcionam como uma zona erógena que busca um retorno ao prazer oferecido pela amamentação, se apresentando pela necessidade de repetir a satisfação sexual dissociada da alimentação (Freud, [1905] 2007). A criança busca um prazer experimentado e agora repetido; o sugar do seio materno dá lugar à experiência primária de satisfação e a familiariza com este prazer (Garcia-Roza, 1995). Observamos assim que a atividade sexual se apoia primeiro na conservação da vida e posteriormente se desvincula dela.

O autoerotismo é o conceito mais importante desenvolvido por Freud no texto de 1905 e um processo fundamental no amadurecimento da sexualidade humana. O prazer oferecido pelo objeto nesse primeiro momento será marcante na vida subjetiva do sujeito. Como afirma Garcia-Roza (1995), a partir dessa

primeira experiência de satisfação, o movimento da libido será o de repeti-la e, como a mesma foi provida pelo seio materno, a direção será a do encontro com esse objeto, ou melhor, a de um reencontro. Por outro lado, como bem sinaliza o autor, esse reencontro do mesmo é impossível, haverá uma inevitável discrepância entre o objeto que se procura e o objeto que pode ser encontrado, aquele objeto perdido que, na verdade, nunca foi tido. A partir do autoerotismo, a libido construirá aos poucos seus objetos em uma expansão que é correspondente à elaboração do mundo pelo sujeito, mundo de objetos de interesse.

Para Freud ([1905] 2007), as zonas erógenas são escolhidas de acordo com uma referência de prazer vivido anteriormente; a satisfação é vivida e posteriormente surge a necessidade de repeti-la. Enquanto estado, a necessidade de repetir a satisfação se apresenta de duas maneiras: por um sentimento peculiar de tensão, que tem antes o caráter de desprazer, e por uma estimulação centralmente condicionada e projetada para a zona erógena periférica. Dessa forma, Freud formula que a meta sexual pode ser uma maneira de, assim como ocorre com a sucção, substituir a sensação de estímulo projetada sobre a zona erógena por aquele estímulo externo que o cancela ao provocar a sensação de satisfação.

A segunda zona pré-genital teorizada por Freud é a sádico-anal. Nessa fase é possível afirmar a existência de opostos, não masculino e feminino, mas ativo e passivo. A atividade sexual se dá através da pulsão de dominação pela musculatura do intestino. Já é possível observar o movimento de ofertar e reter direcionado a um objeto já reconhecido em sua externalidade.

A terceira zona erógena corresponde à fase fálica e está relacionada aos órgãos sexuais em si. A micção já no período de amamentação é responsável pelo contato com o prazer que essa zona produz. Os cuidados corporais e a micção voltam a atenção da criança pequena para as sensações prazerosas que esta região produz e despertam a necessidade de repetição na busca pela satisfação. A ação que eliminará o estímulo e trará a satisfação nessa zona é a fricção manual com a mão ou o ato de unir as coxas pelas crianças. No entanto, como comenta Garcia-Roza (1995), essa região não desempenha papel principal num primeiro momento, mas aponta para o contato com o que será o futuro da vida sexual.

Mesmo com o forte poder que as zonas erógenas demonstram ter neste período, Freud ([1905] 2007) comenta que desde o início a vida sexual infantil

exibe componentes que envolvem outras pessoas na qualidade de objetos sexuais. Desta classe de organização encontramos as pulsões parciais de ver e exhibir, assim como a da crueldade. Essas pulsões em um primeiro momento se apresentam independentes das zonas erógenas. Como exemplo desses processos, Freud aponta para o prazer da criança pequena no desnudamento do corpo e o grande interesse nos órgãos genitais de outras pessoas, que surge um pouco mais tarde quando o sentimento de vergonha já pode ser percebido. O componente da crueldade da pulsão sexual também é observado de maneira natural, visto que a capacidade de compadecer-se do outro ainda não foi desenvolvida. O autor afirma que o impulso cruel advém da pulsão de dominação em um momento em que os genitais ainda não assumiram seu papel, dominando uma parte da vida sexual mais tarde descrita como organização pré-genital.

De acordo com Freud ([1905] 2007), o ponto de chegada do desenvolvimento sexual infantil é a vida sexual do adulto normal, onde a obtenção de prazer se coloca a serviço da reprodução e onde as pulsões parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formam uma organização sólida para se alcançar a meta sexual em um objeto externo. Até então vimos que a vida sexual infantil se caracterizava por ser autoerótica e por suas pulsões parciais buscarem o prazer, cada uma a sua maneira e desconectadas entre si.

Freud afirma, em 1905, que na infância uma escolha objetual é realizada de forma parecida com a que se observa na puberdade. As aspirações sexuais se dirigem para uma única pessoa, na qual buscam alcançar seus objetivos. Essa aproximação é tratada por Freud nesse momento como a maior aproximação possível ao que se observa já desenvolvido na vida sexual adulta. A diferença em relação à vida sexual adulta está, segundo Freud, no fato de a vida sexual infantil estar ainda muito concentrada nas pulsões parciais e que o primado da genitália ainda não foi alcançado ou apenas de maneira incompleta. Tal afirmação será revista por Freud, conforme veremos mais adiante.

A escolha do objeto é descrita por Freud ([1905] 2007) como ocorrendo em dois tempos. Primeiro entre os dois e cinco anos, sendo retida pelo período de latência e caracterizada pela natureza infantil de suas metas sexuais, e depois, já com o alcance da puberdade, a escolha com o caráter definitivo da vida sexual. A escolha objetual em dois tempos se dá pelo efeito do período de latência entre eles, no entanto, não são independentes entre si – as escolhas realizadas num primeiro

momento se prolongam, se conservam ou se renovam com a chegada da puberdade. Com o período de latência, as metas sexuais são atenuadas, as aspirações sexuais das pulsões parciais se apresentam “disfarçadas” com o que Freud chama de corrente terna da vida sexual. E já na puberdade o sujeito necessita renunciar aos objetos infantis para abrir espaço para uma corrente sensual. A confluência entre as duas correntes é apontada pelo autor como algo importante de ser conquistado para que haja a conjugação dos desejos sobre um só objeto.

Em 1905, Freud comenta que entre os três e cinco anos a vida sexual da criança floresce e com ela a pulsão de saber ou de investigar. São interesses práticos que iniciam a atividade investigativa na criança. A chegada do novo bebê impõe medo e receio da perda do amor e dos cuidados dos pais e com isso se inaugura o enigma “De onde vêm os bebês?”. Em 1908, Freud reafirma que as crianças, despertadas pelo nascimento de um irmãozinho ou irmãzinha ou ainda por observar a chegada de um novo bebê em uma família vizinha, iniciam suas investigações sobre a origem dos bebês.

É então, de acordo com Freud ([1908] 2006), que a partir das respostas evasivas dos pais sobre a origem dos bebês que as crianças iniciam seu primeiro conflito psíquico que, posteriormente, pode transforma-se em uma dissociação psíquica, se formando assim o complexo nuclear de uma neurose. O conflito psíquico se dá entre o saber infantil, tendo como base o desejo e a pulsão sexual, e a repressão, desmentido do adulto em relação à sexualidade infantil, que faz com que ocorra uma cisão estrutural no psiquismo, correlato, para alguns autores, ao momento do recalçamento primário.

Sobre as teorias sexuais infantis, Freud aponta que a primeira delas, e muito importante para a constituição sexual de meninos e meninas, é a teoria de que todos, homens e mulheres, possuem um pênis. Por ser um membro de intensa fonte de excitação, principal zona erógena do menino e importante objeto sexual, é difícil conceber a ideia de que nem todos o possuem. Ao observar sua irmãzinha ou uma amiga e a ausência de um órgão como o seu, o menino acredita, a princípio, que ele ainda irá crescer. Com a represália dos adultos e a ameaça de perda do pênis com os constantes manuseios, o menino sente receio e medo da ameaça de castração. Diante disso e mais tarde, quando observados os órgãos

femininos, o menino passa a acreditar que elas tinham um órgão como o seu, mas que por punição ele foi cortado/mutilado.

Segundo Freud, as meninas muito encantadas e curiosas com o órgão masculino também compartilham da mesma teoria. O interesse pelo pênis logo se torna uma inveja e faz com que elas se sintam prejudicadas. O clitóris, quando considerado pela anatomia como um pequeno pênis, comprova a teoria de que todos o teriam. Freud afirma que durante a infância ele funciona como um pênis genuíno provedor de muita excitação. O que confere à sexualidade feminina um caráter masculino e a necessidade de que seja atravessado posteriormente para que “surja a mulher”. Um pouco mais adiante, Freud teoriza sobre o complexo de masculinidade, momento em que a menina acredita que o “pênis” dela ainda irá crescer.

Para Freud ([1908] 2006), o que dificulta a descoberta infantil da verdadeira resposta para a pergunta “de onde vêm os bebês?” é exatamente a ideia de que a mãe também possui um pênis. A vagina como uma cavidade que “acolhe” um pênis seria uma ideia aterrorizadora para as crianças, já que seriam, nesse caso, obrigadas a abandonar sua primeira teoria e conferir à mãe outro estatuto.

É também o cerne da primeira teoria que vai dar entrada à segunda teoria sexual infantil. A ignorância sobre a existência da vagina e a ideia de que todos possuem um pênis oferecem às crianças um novo desafio. Se os bebês são gestados pelas mulheres, como eles saem de lá? Freud ([1908] 2006) então comenta que as crianças acreditam que ele saia pelo ânus; o bebê seria expelido como um excremento em uma evacuação, o que será revisto em um momento posterior pelas crianças, quando afirmam que os bebês saíam pelo umbigo.

Por fim, a terceira e última teoria típica sexual infantil surge quando a criança flagra os pais no momento do coito. De acordo com Freud, diante de tal ato, a criança chega a uma conclusão: “a concepção sádica do coito”. Para ela o adulto mais forte é “acusado” de ser responsável por impor violentamente o ato ao outro. Assim como ela o teria feito em momentos anteriores com seus brinquedos ao sentir prazer com seu órgão genital, associa a excitação antes sentida com seu pênis.

Em 1923, Freud reconsidera algumas de suas noções sobre o desenvolvimento psicosssexual da criança, ao afirmar que a criança já faz uma

escolha de objeto de amor, tem um interesse genital como os adultos, mas ainda não consegue exercitar sua sexualidade ou extrair os efeitos da diferença sexual. O autor afirma que a aproximação da vida sexual infantil da vida adulta é maior do que imaginou em um primeiro momento e que não se circunscreveria à eleição de um objeto. No auge do processo de desenvolvimento da sexualidade infantil, o interesse pelos genitais e sua aparição possuem uma significativa dominância, algo passível de comparação ao que ocorre na idade madura. No entanto, diferentemente do que acontece na fase adulta, tanto para a menina como para o menino só o genital masculino desempenha um papel, dessa forma não haveria um primado genital, mas sim um primado do falo.

Freud aponta que no estágio da organização pré-genital sádico-anal não é possível pensar em masculino e feminino, a oposição ativo-passivo é a dominante. Já no estágio seguinte da organização genital infantil poderíamos considerar que existe algo masculino, mas ainda não feminino; a oposição se encontra entre genital masculino x genital castrado. No entanto, só mesmo na puberdade é que a polaridade sexual coincidiria com o masculino e o feminino. Nesse momento, encontramos, segundo o autor, o masculino reunindo o sujeito, a atividade e a posse do pênis, e por outro lado o feminino com o objeto e a passividade. De acordo com o autor, a vagina é agora apreciada como lugar para abrigar o pênis, recebendo a herança do ventre materno.

Em 1933 /1932, Freud traça uma diferenciação entre os sexos a partir da constatação da bissexualidade humana nos primórdios da vida. Segundo o autor, mesmo que como regra geral o masculino esteja referido à atividade e o feminino à passividade, esses movimentos são encontrados em ambos os sexos, variam entre os sujeitos e muitas vezes são determinados pela cultura. Neste sentido, homens e mulheres são bissexuais tanto no sentido psicológico quanto anatômico. Ou seja, a sexualidade não pode ser pensada a partir da anatomia, mas, sim, como um percurso subjetivo que se inicia na infância e que depende de um processo de desenvolvimento psíquico.

Em 1923, Freud ainda não trabalha tão claramente a sexualidade feminina, comenta que não conhece ainda os processos que afetariam a menina, e parte do lugar do menino, sua percepção sobre o mundo e sua sexualidade. Segundo o autor, o pênis, esse órgão que é fonte de prazer e de variadas sensações, é para o menino correspondente em todos os sujeitos. A criança percebe que há uma

diferença entre homens e mulheres, mas ainda não diretamente pela anatomia do corpo.

Como comentamos, a convivência com uma menina fará com que o menino note a ausência de um órgão como o seu. Algo que não será aceito e assimilado de forma evidente em um primeiro momento, mas que dará início a todo um processo de desenvolvimento subjetivo que envolve a castração, a constituição de um superego e a possibilidade de saída do complexo de Édipo.

2.2.

A sexualidade masculina

A fim de compreender como se constitui a sexualidade feminina, Freud recorre, compara e constrói suas reflexões a partir do que propõe sobre a sexualidade masculina. Nesse sentido, abordaremos primeiramente algumas pontuações freudianas sobre o tema para poder, em seguida, dar início às suas proposições a respeito da feminilidade.

Em *A dissolução do complexo de Édipo*, 1924, Freud comenta que o desenvolvimento sexual do menino progride até uma fase em que os genitais tenham tomado sobre si um papel de liderança. Quando o menino demonstra seu interesse sobre os genitais, deixa transparecer um grande desejo de tocá-lo, manuseá-lo e experimentar o prazer que advém deste órgão. Junto com esse movimento surge a ameaça de que seu pênis arrebentará ou que a mão será cortada, caso se mantenha manuseando-o. Essa advertência é descrita pelo autor como uma ameaça de castração. Ela provém das mulheres que se ocupam desse menino, mas é acompanhada da voz do pai ou de outra figura masculina presente, figuras supostamente responsáveis por consumir o castigo.

De acordo com Freud ([1924] 2007), é diante da ameaça de castração que o amor incestuoso pela mãe se desliza para o amor por outras mulheres. No entanto, o processo não é simples, é somente a partir da observação dos genitais femininos que o menino quebrará sua incredulidade em relação à possibilidade de castração. Em 1925, o autor comenta que, quando o menino vê pela primeira vez a região genital da menina, não se interessa tanto e a princípio desmente sua percepção. Mais tarde, depois de algum contato com a ameaça de castração, essa observação se tornará significativa, sua lembrança mobilizará nele uma forte

tormenta afetiva e o submeterá à crença de uma efetiva ameaça de castração. Nesse momento, é representada a possibilidade da perda do próprio pênis e o menino é convencido da falta de um pênis em um ser semelhante a ele. Freud ([1925] 2007) complementa apontando que são possíveis dois efeitos sobre o menino ao se deparar com a região genital feminina, efeitos que determinarão sua relação com a mulher futuramente: um horror frente à criatura mutilada ou um menosprezo diante dela.

Por outro lado, percorrendo ainda outra dimensão, de acordo com Freud ([1923] 2007), o menino não compreende tão facilmente que todas as pessoas do sexo feminino não possuem pênis. Ele acredita que apenas pessoas depreciáveis do sexo feminino, culpadas pelas mesmas moções proibidas que ele experimentou, teriam perdido seus genitais. Pessoas respeitáveis como a própria mãe seguem conservando o pênis. Segundo o autor, somente com a abordagem da temática do nascimento dos bebês, que coincide com a noção de que só mulheres podem fazê-lo, a mãe perderá seu pênis.

Segundo Freud ([1925] 2007), o complexo de Édipo oferece ao menino uma possibilidade de satisfação ativa e outra passiva. Ele pode se situar de maneira masculina no lugar do pai e manter uma relação exclusiva com a mãe ou substituir a mãe e transferir esse amor ao pai. Apesar de o menino manter o mesmo objeto de investimento libidinoso do período de amamentação e quando criança, de acordo com o autor, o complexo de Édipo teria um sentido duplo, ativo e passivo. O menino também deseja de alguma forma substituir a mãe como objeto de amor do pai, o que Freud designa como uma atitude feminina.

No entanto, a constatação de que a mulher é castrada põe fim às duas possibilidades de satisfação do complexo de Édipo. As duas implicam na perda do pênis, a masculina na qualidade de castigo e a feminina como premissa. Instaura-se, dessa forma, um conflito entre o interesse narcísico nessa parte do corpo e o investimento libidinoso dos objetos parentais. Sabemos que nesse caso o eu do menino opta por preservar essa parte de seu corpo.

Isso se dá, de acordo com Freud ([1924] 2007), com a resignação dos investimentos no objeto substituída pela identificação. É nesse momento que se constitui o supereu, a partir da introjeção da autoridade do pai, toma emprestado sua severidade, perpetua a proibição do incesto e assegura o eu de um possível retorno de investimento libidinal ao objeto. As aspirações pertencentes ao

complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas, transpostas em identificação e inibidas em sua meta, transformadas em moções ternas. Esse processo possibilita ao menino a entrada no período de latência, interrompendo o desenvolvimento sexual, seu órgão está a salvo, longe do perigo e sua função paralisada. Freud comenta que esse processo é mais do que uma repressão, ele consoma a destruição e o cancelamento do complexo de Édipo.

2.3.

A sexualidade feminina

No intuito de compreender como se dá o processo de constituição psíquica da mulher e o “enigma da feminilidade”, Freud inicia seu percurso teórico-clínico a partir da investigação sobre a sexualidade feminina e a relação mãe-filha. Como Freud ([1933/1932] 2006) afirma, seu objetivo não é o de descrever o que é uma mulher, “uma tarefa quase impossível para a psicanálise”, mas sim analisar o percurso da mesma em direção à feminilidade.

Freud analisa como se dá o desenvolvimento sexual feminino e a feminilidade e compreende que a menina, diferentemente do menino, passa por um processo de desenvolvimento mais difícil e complexo ([1933/1932] 2006). A menina possui, para o autor, tarefas adicionais a realizar que não são vivenciadas pelo menino. A primeira grande tarefa que a menina precisa atravessar está ligada à substituição de uma zona de prazer, o clitóris, zona erógena principal na fase fálica que proporciona sensações prazerosas na menina pequena, para a vagina. Freud ([1933/1932] 2006) aponta, seguindo a conceituação de um sujeito primeiramente bissexual, que por ser o clitóris um órgão semelhante ao pênis, a menina ao transferir a estimulação erógena do clitóris para a vagina está também se deslocando da masculinidade para a feminilidade.

A segunda grande tarefa que a menina deve cumprir ao longo de seu processo de desenvolvimento é a mudança do objeto de amor. Para ambos os sexos, a mãe é o primeiro objeto de investimento amoroso. Por meio de seus cuidados, ela erotiza o corpo do bebê, respondendo às suas necessidades vitais e afetivas. No entanto, para a menina a trajetória em direção ao pai é mais complexa, pois, enquanto o homem desliza do amor materno para o amor de outras mulheres, a menina deve mudar de objeto, o que se realiza a partir de

sentimentos ambivalentes direcionados à mãe. Ou seja, ao contrário do menino que mantém a mãe como objeto de amor mesmo com sua entrada no complexo de Édipo, a menina tem que abandonar a fantasia de uma mãe que pode completá-la (mãe fálica) para se direcionar ao pai como aquele que pode compensar sua perda narcísica e objetual. Narcísica, na medida em que a menina interpreta a castração materna como um dano e um prejuízo, como algo que ela não pode lhe dar e que lhe falta; e objetual por ter que abandonar a lógica dual da relação exclusiva com a mãe.

Neste sentido, Freud ([1933/1932] 2006) reconhece a complexidade do Édipo feminino, já que a relação pré-edípica com a mãe é capaz de deixar sequelas tais como fixações e predisposições. O pai neste primeiro momento é apenas um “fastidioso rival” e tudo que pode ser visto posteriormente na relação pai-filha pré-existiu e foi transferido da ligação pré-edípica com a mãe.

Observamos, nessa pesquisa, como a contribuição freudiana se faz presente, principalmente pela referência constante das mulheres ao período pré-edípico. Freud é considerado um autor que focou seus apontamentos e a saída da feminilidade para o momento do Édipo, no entanto veremos ao longo deste capítulo que a clínica e seus estudos direcionaram sua atenção para a relação primordial mãe-filha.

É por ver a honestidade, por ver o caráter, por ver a disciplina, o diálogo, o dia a dia, sabe? Que são minha avó e minhas tias, minha mãe. Até minhas primas mesmo, que são mais novas do que eu, mas assim, que têm um caráter, uma personalidade, assim, indescritível. Assim, são exemplos próximos, mas têm exemplos longe também, mas nada que eu precisa sair da minha zona de conforto. Eu tenho isso dentro da minha família pra poder admirar assim como mulher, entendeu? (Elisa, entrevista 3).

Freud aponta ([1933/1932] 2006) que os vínculos libidinosos com a mãe são diversos. Eles atravessam as três fases da sexualidade infantil e se expressam mediante desejos orais, sádico-anais e fálicos. Esses desejos substituem tanto moções ativas, quanto passivas e são completamente ambivalentes, de naturezas terna e hostil-agressiva. Sabemos, de acordo com Freud, que esta relação está destinada a abrir caminho para a ligação pai-filha. No entanto, isso não ocorre como uma simples mudança de objeto de amor; esse “rompimento” se dá, segundo o autor, em meio a muita hostilidade e ódio por parte da menina.

A inveja do pênis é responsável pelo afrouxamento dos vínculos ternos com a mãe (Freud, [1925] 2007). A menina se convence, de acordo com o autor, de que a mãe no final das contas foi quem a concebeu insuficientemente dotada e por isso é responsabilizada. Depois de descobrir a desvantagem nos genitais, o ciúme é aflorado diante do menino a quem a mãe supostamente amaria mais. Dessa forma, haveria uma razão para desvincular-se da ligação-mãe.

Somado a isso, o descobrimento da inferioridade do clitóris surge como um surpreendente feito da inveja do pênis. Freud aponta ([1925] 2007) que a menina se propõe com menos frequência à masturbação clitoriana. A masturbação clitoriana seria uma prática mais masculina e a entrada na feminilidade teria por condição a remoção da sexualidade clitorídea. A explicação não muito segura que Freud propõe a esse processo estaria ligada a uma afronta narcisista ligada à inveja do pênis, o aviso de que apesar de tudo não é possível lidar nesse ponto com o menino sendo melhor deixar a rivalidade com ele. Dessa forma, Freud afirma que a diferença anatômica entre os sexos força a menina pequena a separar-se da masculinidade e do onanismo masculino e assim encaminhar-se por novas vias que a levariam em direção à feminilidade.

Ao descobrir a castração materna e desvalorizar o clitóris diante do pênis, a menina abandona ou reprime a masturbação e renuncia em parte à sexualidade ativa. De acordo com Freud ([1933/1932] 2006), a passividade assume um papel fundamental e o movimento em direção ao pai se torna preponderante com a ajuda das moções pulsionais passivas. Neste sentido, segundo Freud, é importante para se alcançar a feminilidade que algo da atividade fálica seja perdido. No entanto, uma vez que é o desejo pelo pênis e a frustração ao se deparar com a mãe castrada que propiciarão o movimento da menina em direção ao pai, manter alguma parte da mesma é necessário.

A castração e a inveja do pênis seriam responsáveis tanto pela troca de zona erógena quanto pela mudança de objeto amado no processo de constituição feminina, impulsionando a menina a entrar no Complexo de Édipo. O complexo de castração surge então como inibidor e limitador da masculinidade e promotor da feminilidade, uma vez que, enquanto a ameaça de castração impulsiona o menino a sair do Édipo, o reconhecimento da castração introduz a menina no Édipo.

Para Freud ([1933/1932] 2006), a inveja do pênis - face feminina do complexo de castração - direciona a menina as diferentes possibilidades de saídas frente à castração: a inibição sexual ou a neurose, ao complexo de masculinidade - período em que a mesma se mantém acreditando que ainda receberá o pênis e a feminilidade “normal”. Ao entrar em contato com essa ferida narcísica, se estabelece na mulher um sentimento de inferioridade e um processo de menosprezo pelo sexo mutilado. O reconhecimento de sua condição castrada e a inveja do pênis, para Freud, acarretariam, desta forma, um afrouxamento dos vínculos ternos da menina com o objeto-mãe.

Será essa então a explicação da pré-história edípica feminina? Freud, em 1925, aponta que o complexo de Édipo tem uma longa pré-história e surgiria como uma formação secundária. O bebê descobre a zona genital produtora de prazer durante a mamada e, em seguida, com a entrada da chupeta ou objeto de sucção. Nesse primeiro momento, a zona de prazer e o movimento que o bebê possui com ela não vêm atribuído de conteúdos psíquicos. Já na fase fálica, há um descobrimento cheio de consequências. A menina, frente ao encontro com o pênis de um menino, este claramente maior que seu órgão, o clitóris, cai, como comenta o autor, vítima da inveja do pênis. Segundo Freud, assim que se depara com o órgão masculino, é formado seu juízo e decisão, ela sabe que não o possui e quer possuí-lo. A diferença entre homens e mulheres, quando tratamos do desenvolvimento sexual, é uma compreensível consequência da diversidade anatômica dos genitais e da situação psíquica ligada a ela, corresponde à distinção entre castração consumada e a mera ameaça de castração (Freud, [1925] 2007).

Dessa forma, se não há angústia de castração, não existe também, nesse momento, uma possibilidade de instituir o supereu e interromper a organização genital infantil, assim como ocorre com o menino. Nesse caso, segundo Freud ([1924] 2007), o medo e a ameaça que surgem estão ligados à perda do amor pelos objetos. Zalcberg (2008) comenta que, para Freud, o termo “angústia de castração” não se aplica ao feminino, uma vez que não é possível temer o que já ocorreu. Assim, o que ameaça a mulher é o medo de não ser amada. Desta forma, Freud reconhece que, mesmo havendo uma forte relação edípica com o pai, há uma relação pré-edípica com a mãe que, em grande parte, é determinante do futuro da menina como mulher.

Segundo Zalcberg (2003), na impossibilidade de encontrar um símbolo para a sexualidade feminina, uma solução encontrada pelo inconsciente é a dicotomia “castrado” e “não castrado”. Como consequência da diferença anatômica entre os sexos, a elaboração realizada pelo inconsciente é a de que a menina seria o ser da falta e da ausência, castrada, enquanto o menino se apresenta como o sujeito não castrado, da presença. No entanto, esta dicotomia não trata de uma falta de órgão em si, mas da falta de um símbolo do sexo feminino. Este seria um dos pontos fundamentais no desenvolvimento emocional da mulher; o efeito causado nela pela falta de um símbolo específico de seu sexo, assim como o falo é para o homem.

De acordo com Freud ([1924] 2007), no sexo feminino também há um complexo de Édipo, um supereu, um período de latência, uma organização fálica e um complexo de castração, mas tudo isso é experimentado de maneira diferente. A diferença morfológica entre os sexos se exterioriza e determina algumas diversidades no desenvolvimento psíquico. Em um primeiro momento, o clitóris da menina é percebido por ela como um pênis, mas, no encontro com o menino, é possível notar que é curto demais, o que é sentido como um prejuízo, uma razão de inferioridade. Como apontamos, por um momento a menina se recusa a reconhecer esse ato desagradável, mantém sua crença no clitóris e busca refúgio em uma identificação com a mãe fálica ou com o pai, momento em que observa-se o complexo de masculinidade.

Freud comenta ([1925] 2007) que, se o complexo de masculinidade não é dissolvido, pode oferecer grandes dificuldades no percurso em direção à feminilidade. Pontua que a esperança de receber um pênis e se igualar ao menino pode manter-se por muito tempo e ser motivo de estranhas ações. Por outro lado, de acordo com o autor, a menina não entende sua falta naquele momento como um caráter sexual, ela explica esse feito com a suposição de que um dia possuiu um pênis e que o perdeu pela castração. Por observar mulheres adultas, sob a ótica da fase fálica, como possuidoras de um genital grande e completo, a menina aceita, diferentemente do menino, a castração como um ato consumado.

No entanto, a renúncia do pênis não é suportada sem um acalanto de ressarcimento (Freud, [1924] 2007). Nesse momento o autor aponta para o que seria a grande saída em direção à feminilidade: a menina deslizará na equação simbólica, do pênis ao filho. Seu complexo de Édipo então é alimentado durante

muito tempo pelo desejo de receber de presente um filho de seu pai. O desejo de receber um pênis e um filho permanecerá no inconsciente onde se conservam investimentos e contribui para seu futuro papel sexual.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa nos auxiliam bastante na compreensão do que Freud aponta sobre o desejo por um filho como símbolo do feminino e a saída encontrada para a castração. Os discursos apontam para o desejo por um bebê, uma gravidez, um objeto que oferece um lugar. Este desejo ultrapassa a relação com os maridos e pais dos bebês; o desejo não está ligado à relação com aquele homem, mas com o que se alcança a partir dele.

Não dele. Eu queria mais alguém pra preencher, porque a gente, né... A gente, sei lá, a gente... eu não sei. Eu sempre quis muito ser mãe... [...] A do meio eu tava consciente do que eu tava fazendo, independente *dele* querer ou não, eu queria a minha filha ou filho, não sabia. [...] No início eu escolhi. Assim, eu queria ter filho, mas eu não queria ter marido, né? (Sônia, entrevista 1).

Em 1940/1938, Freud volta a apontar que a relação com o pai se dá, inicialmente, na busca pelo pênis negado pela mãe e, em seguida, é substituída pelo desejo de receber de presente um filho. Segundo Freud ([1925] 2007), depois do reconhecimento de sua condição castrada, a menina desliza ao longo da equação simbólica a uma nova posição. Ela desloca o desejo pelo pênis por um desejo pelo filho e, com essa intenção, toma o pai como objeto de amor. Para Freud ([1933/1932] 2006), essa substituição, o filho ocupando o lugar do pênis, é o que possibilitará que a situação feminina se estabeleça de fato. Zalcberg (2008) aponta que a inveja do pênis na mulher desliza metonimicamente através da equação simbólica: pênis=bebê=homem, sendo o homem o último elo desta equação.

De acordo com Freud, fazendo esta passagem, a menina estaria livre de determinantes de uma neurose na vida posterior. A mãe, nesse momento, torna-se objeto de ciúme e a menina surge como uma pequena mulher. Freud ([1925] 2007) aponta que, nesta nova situação, a menina pode chegar a ter sensações corporais, equivalentes a um despertar prematuro do aparato genital feminino.

Como vimos, Freud ([1925] 2007) comenta que, diferentemente do menino, é por intermédio do complexo de castração, pela decepção e consequente hostilidade com a mãe que não lhe deu o falo desejado, que a mulher entra no Édipo. No entanto, segundo o autor, como não há uma ameaça que se ancore na

realidade do corpo (pênis masculino), o superego feminino não seria tão internalizado como no menino, já que a mulher manteria o desejo edípico de receber um pênis/bebê de seu pai. Por isso, observamos diferentes processos de formação de superego e, conseqüentemente, segundo Freud, distinções em relação a sentimentos, decisões e formas de encarar a vida entre homens e mulheres.

Observamos até este momento que, no percurso da menina para tornar-se mulher, a relação mãe e filha aparece com um vínculo intenso e ambivalente. Ao mesmo tempo em que é constituinte de subjetividade, pode ser fonte de aprisionamento e um obstáculo no processo em direção à sexualidade da mulher, à sua feminilidade. Encontramos um percurso de ligação e ruptura, de amor e ódio, que gira em torno da ideia de separar-se e manter-se fortemente ligada. Freud afirma que há a necessidade de uma primeira vinculação, identificação com a mãe, para que, em seguida, haja um rompimento que abriria caminho para uma constituição em direção à sexualidade adulta.

2.4.

O estatuto do objeto, o narcisismo e o luto pela perda do objeto

Trabalhamos a partir da noção freudiana de que a menina necessita atravessar uma relação com a mãe para buscar satisfação em outros objetos e alcançar a feminilidade. Essa relação primordial foi uma fundamental fonte de prazer e completude e é responsável por inaugurar a vida sexual da menina e sua relação com o mundo. A mãe é o primeiro objeto de amor e fonte de muito investimento; como apontamos sobre o início da sexualidade humana, o bebê é tomado pelo prazer oferecido pelo seio materno e inicia seu movimento em direção à busca de satisfação, primeiramente com o autoerotismo, momento anterior à própria instauração do eu.

De acordo com Freud ([1914] 2007), não há no indivíduo inicialmente nada comparável ao eu – essa unidade deve ser desenvolvida. O narcisismo se constitui quando uma nova ação psíquica se agrega às pulsões autoeróticas iniciais, primordiais. O que se agrega ao autoerotismo, essa nova ação psíquica, é o eu e está ligada ao objeto, à relação com o que vem de fora. Segundo Garcia-Roza (1995), quando se aborda o autoerotismo, não se trata de um corpo considerado como um todo, não há uma representação do corpo como uma

unidade. Falta nesse corpo o eu, a representação que o indivíduo faz de si mesmo e que propiciará a constituição do narcisismo.

Garcia-Roza (1995) aponta que antes de 1914 o narcisismo era vinculado à perversão na teoria freudiana, à escolha do próprio corpo como objeto de investimento amoroso. A partir deste momento, o conceito é trazido como uma forma necessária à constituição da subjetividade. O narcisismo passa a ser condição para a formação do eu, chegando mesmo a confundir-se com o próprio eu.

A conduta que chamamos de narcisismo se dá quando a libido é subtraída do mundo externo e é conduzida ao eu. Há na constituição do sujeito um investimento libidinoso originário no eu, narcísico, que é cedido posteriormente aos objetos (Freud, [1914] 2007). Freud aborda o narcisismo como um direcionamento da libido sobre o próprio ego. O narcisismo é um complemento libidinoso do egoísmo inerente à pulsão de autoconservação, algo que pertence a todo ser vivo em alguma medida.

Originalmente, o eu é objeto privilegiado de investimento libidinal, a ponto de se constituir como o “grande reservatório da libido”, armazenador de toda libido disponível. Esse momento, Freud denomina narcisismo primário. Posteriormente, o investimento libidinal passa a incidir sobre objetos (entenda-se: representações-objeto), o que corresponde à transformação da libido narcísica em libido objetual (Garcia-Roza, 1995, p. 43).

Freud ([1914] 2007) se questiona sobre o motivo pelo qual a vida anímica se vê obrigada a ultrapassar os limites do narcisismo e colocar a libido sobre os objetos. Ao que responde apontando que um forte egoísmo preserva o sujeito de adoecer, ao mesmo tempo em que é necessário começar a amar para não cair enfermo. Compreendemos, diante desta colocação, que é a partir de um movimento narcísico e de preservação que o sujeito se dirige ao outro na busca por amar e ser amado. Segundo o autor, o sujeito adoece de uma forma ou de outra se, por alguma frustração, não puder amar.

Freud ([1914] 2007) aponta que uma das vias de estudo do narcisismo é a vida amorosa. A criança e o adolescente elegem seus objetos sexuais a partir de suas primeiras experiências de satisfação. Como vimos no início deste capítulo, as primeiras satisfações sexuais autoeróticas são vivenciadas a partir de funções vitais que servem à autoconservação. As pulsões sexuais se apoiam, segundo o

autor, a princípio na satisfação das pulsões de autoconservação e, somente em um momento posterior, elas tornam-se independentes. Essa afirmação reside no fato de que os primeiros objetos sexuais advêm das pessoas, a mãe ou seu substituto, encarregadas da nutrição, do cuidado e da proteção da criança.

Freud aponta que pessoas que tenham passado por alguma perturbação em seu desenvolvimento libidinal não elegem seu objeto de amor de acordo com o modelo da mãe. Ele será escolhido segundo sua própria pessoa. Essas pessoas que nitidamente buscam a si mesmas como objetos de amor, exibem, segundo o autor, um tipo de eleição narcisista.

A partir desta constatação, Freud afirma que todo ser humano teria duas opções de escolha de objeto, o narcisista e o anaclítico. Os dois tipos de escolha objetual estão abertos a cada indivíduo. O ser humano teria dois objetos sexuais originários, ele mesmo e a mulher que o criou. Há, assim, em todo ser humano o narcisismo primário que, eventualmente, se torna a escolha de objeto dominante.

Para Freud ([1914] 2007), há diferenças entre os sexos em relação à escolha objetual. O pleno amor de objeto, segundo o modelo anaclítico, é característico do homem. Existiria uma superestimação sexual proveniente do narcisismo primário, mais evidente nos meninos, que seria transferida para a escolha do objeto sexual. Essa supervalorização estaria na gênese do apaixonamento, o que conduziria o sujeito a um estado de empobrecimento libidinal do eu em benefício do objeto.

Sobre as mulheres, ainda amadurecendo o tema da sexualidade feminina em 1914, Freud afirma que, com a entrada na puberdade e amadurecimento dos órgãos sexuais femininos, até esse momento latentes, parece sobressair um acréscimo de narcisismo originário. Tal fato seria desfavorável à escolha de um objeto de amor dotado de supervalorização sexual, como ocorre com os meninos. Apenas com o desenvolvimento da menina e o amadurecer de sua sensualidade, um reconhecimento de sua beleza e encantos, é que se estabeleceria nela uma complacência consigo mesma que a ressarciria da atrofia. A atrofia aqui comentada se refere ao clitóris, à falta de um pênis, já considerada pelo autor como parte importante no processo de constituição da menina. Tais mulheres, enquadradas em uma escolha de objeto mais narcisista, só amam a si mesmas e na mesma intensidade que o homem as ama. Sua demanda narcísica não se sacia amando, mas sendo amada.

Apesar de tal afirmação, Freud admite que exista um número indeterminado de mulheres que amam segundo o modelo considerado por ele como masculino e que também desenvolvem uma correspondente supervalorização sexual. E afirma que, mesmo para as mulheres narcisistas que permanecem frias aos homens, há um caminho que leva ao pleno amor de objeto, o filho. Ao gerar uma criança, essas mulheres devem enfrentar uma parte de seu corpo como um objeto estranho – objeto estranho e “externo” ao que agora podem ofertar, partindo de seu narcisismo, o pleno amor de objeto.

Existem ainda outras mulheres que são capazes de caminhar do narcisismo ao amor de objeto. Elas se sentiram meninos e se desenvolveram de tal forma durante um período, como no caso de um complexo de masculinidade. Com o amadurecimento da feminilidade, essa aspiração ficou interrompida, restou-lhes assim a capacidade de ansiar por um ideal masculino (Freud, [1914] 2007).

O investimento libidinal dos objetos não eleva, de acordo com Freud, o sentimento de si. A dependência ao objeto amado tem como efeito um rebaixamento do sujeito; o que ama sacrifica uma parte de seu narcisismo e só pode restituí-lo em troca de ser amado. Em todos estes vínculos, o sentimento de si guarda relação com o componente narcisista da vida amorosa.

Freud comenta que os cuidados parentais, os investimentos e idealizações em relação aos filhos, nada mais são do que resquícios de seus próprios narcisismos há muito adormecidos. “Sua majestade, o bebê” faz parte da construção daquele bebê que os pais um dia foram. O amor dos pais, comovedor e profundo, seria, na verdade, o narcisismo parental renascido que, transformado em amor objetal, revela sua natureza anterior.

O sujeito estabelece no seu interior um ideal pelo qual mede seu eu atual. Incapaz de renunciar à satisfação, sentimento de onipotência experimentado anteriormente imerso na relação com o objeto primário, o sujeito se apoia nesse eu ideal dotado de todas as perfeições valiosas. Freud ([1914] 2007) afirma que o sujeito não quer ser privado de uma perfeição narcisista de sua infância, aquela que ele não pôde manter com a entrada no Édipo e certo amadurecimento. O que ele projeta para si é um substituto do narcisismo perdido de sua infância, naquela fase em que ele foi seu próprio ideal.

Importante apontar aqui que Freud, em 1914, não faz distinção entre os termos “eu ideal” e “ideal de eu”, algo sobre o que não se debruçará em sua obra.

Não nos dedicaremos a tais conceitos neste momento; acredita-se que tal indiferenciação não impede nossa compreensão do que o autor propõe sobre o narcisismo e sua importância para a presente pesquisa.

Na busca por assegurar uma satisfação narcísica proveniente do ideal do eu, o sujeito tem como recurso a sublimação e a idealização. A sublimação, segundo Freud, é um processo vinculado à libido de objeto em que a pulsão é lançada sobre outra meta, distante da satisfação sexual. Já a idealização envolve o objeto que, sem mudar de natureza, é engrandecido e realizado psiquicamente.

Freud ([1914] 2007) aponta que a sublimação descreve algo que sucede com a pulsão, e a idealização se dá com o objeto. No entanto, a substituição de seu narcisismo por uma veneração de um elevado ideal de eu não implica que se tenha realizado a sublimação com as pulsões libidinosas (p. 91). A sublimação é um processo especial cuja iniciação pode ser incitada pelo ideal, mas que a execução é independente da mesma. De forma mais objetiva, Freud afirma que a formação do ideal aumenta as exigências do eu e é o mais forte favorecedor da repressão. Já a sublimação constitui aquela via de escape que permite cumprir essa exigência sem dar lugar à repressão. O ideal do eu surge como efeito da influência crítica dos pais e, posteriormente, da comunidade ao redor daquele sujeito.

De acordo com Freud, se ao investir amorosamente no objeto o sujeito recebe de volta a possibilidade de ser amado, seu sentimento de si é elevado. Ou seja, se o sujeito encontra um objeto de amor e a possibilidade de possuí-lo, existem investimentos amorosos alinhados ao eu. Por outro lado, se os investimentos libidinosos de objeto sofrerem alguma repressão, se o amar em si é sentido com ânsia e privação, há um rebaixamento da autoestima. Nesse caso, o investimento de amor é sentido como grave redução do eu, a satisfação é impossível e um novo enriquecimento do eu só volta a ser possível pela retirada da libido dos objetos e retorno de investimento das mesmas.

Compreende-se dessa forma que o narcisismo se dá na relação com o outro, a partir do olhar do outro. Segundo Zornig (2008), o narcisismo primário teorizado por Freud é instituído por intermédio do investimento narcísico parental que antecipa um sujeito e um lugar para o bebê antes mesmo de seu nascimento. Freud sugere que é necessário um investimento do outro para que haja um investimento no eu. Os cuidados maternos possibilitam à criança que ela se reconheça como sujeito. Narcisismo diz respeito à possibilidade de amar e

reconhecer um corpo que foi investido e erotizado por um outro na infância (Zornig, 2008).

Na obra freudiana é possível compreender que existe um processo fundamental vivido pelo sujeito do narcisismo primário até a relação com o objeto. Do intersubjetivo ao intrapsíquico, há um percurso importante para a constituição subjetiva em que a relação com o objeto só é possível via internalização. Uma vez alcançada essa internalização, o indivíduo se vê obrigado, posteriormente, a enfrentar uma separação para que haja o reconhecimento do objeto como alteridade.

As contribuições de Freud sobre a feminilidade indicam como o vínculo pré-edípico é intenso e como a separação da mãe não ocorre de forma simples. É preciso um intenso trabalho psíquico por parte da menina, que precisa vivenciar o luto da mãe fálica para abrir mão desta fantasia e poder acessar a experiência de triangulação edípica. O que determinará o êxito do processo é a forma como se constituiu a relação e a condução que o objeto pôde oferecer a essa passagem.

Em *Luto e Melancolia*, Freud ([1917/1915] 2007) oferece uma importante contribuição sobre as vicissitudes da perda e o trabalho de luto. Segundo o autor, o luto é um processo por meio do qual o sujeito reconhece a perda de um objeto, possibilitando a elaboração de sua falta e consequente retirada de sua ligação com o objeto perdido.

Garcia-Roza (1995) aponta que há uma inibição do eu no luto e que a mesma está ligada ao fato do eu estar ocupado com o próprio trabalho do luto. A retirada dos investimentos no objeto que já não mais existe não é simples, há sempre uma forte oposição a tal movimento. Esse abandono será realizado aos poucos de forma a prolongar a existência do objeto perdido. São evocadas e superinvestidas cada ligação com o objeto; o desinvestimento será feito sobre cada uma delas até que o eu esteja livre das inibições do início do trabalho do luto.

Por outro lado, a melancolia se manifesta, de acordo com Freud, por um cancelamento do interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição da produtividade e um rebaixamento no sentimento de si. Todas as características observadas na melancolia são comuns ao luto, com a diferença de uma perturbação do sentimento de si, um rebaixamento do sentimento egóico e empobrecimento do eu mais intensos. Numa experiência de luto pesaroso, o sujeito se entrega incondicionalmente ao sofrimento e vive a incapacidade de se

dedicar a qualquer outra função que não tenha relação com o objeto perdido. Para o indivíduo que experimenta esse sofrimento, a capacidade de escolha por um novo objeto de amor é prejudicada.

Como comenta o autor ([1917/1915] 2007), ao se deparar com a ausência do objeto amado e a necessidade de retirada de investimento amoroso sobre o mesmo, surge uma natural dificuldade e resistência em fazê-lo. O sujeito não abandona facilmente uma posição libidinal, e a resistência em retirar os investimentos do objeto pode ser grande, de maneira a produzir um estranhamento da realidade e uma retenção do objeto por meio de uma psicose alucinatória do desejo.

A melancolia pode ser uma reação à perda efetiva de um objeto de amor, mas pode também estar relacionada a uma perda de natureza ideal. Nesse caso, trata-se de um objeto que não morreu, mas foi perdido como objeto de amor. O sujeito saberia quem ele perdeu, mas não exatamente o que foi perdido nele. O que seria indicativo, segundo Garcia-Roza (1995), de que a perda objetual foi retirada da consciência, contrariamente ao luto para o qual a perda é inteiramente consciente. O sujeito que sofre o luto melancólico sofreu a perda do objeto, mas é como se tivesse havido uma perda em seu eu.

O processo que desencadeia a melancolia é descrito por Freud da seguinte forma: houve uma eleição de objeto, uma ligação da libido a uma pessoa determinada. Por uma afronta real ou desilusão por parte da pessoa amada há um afrouxamento do vínculo com o objeto. O investimento de objeto não se mostra forte o suficiente e é cancelado, mas a libido livre não se desloca para outro objeto, ela se volta ao eu. Essa libido, de acordo com o autor, serve para estabelecer uma identificação narcísica do eu com o objeto. A sombra do objeto cai sobre o eu, quem, posteriormente, pode ser julgado por uma instância particular como um objeto, como o objeto abandonado. Sendo assim, a perda de objeto transforma-se em uma perda do eu e em conflito entre o eu e a pessoa amada, em uma bipartição entre o eu crítico e o eu alterado por identificação.

Freud ([1917/1915] 2007) pontua que é possível inferir que no caso da melancolia há uma eleição narcisista do objeto. Diferentemente do que ocorreria na escolha de objeto do tipo anaclítico, há na eleição do tipo narcísico uma forte fixação no objeto de amor, mas, por outro lado e paradoxalmente, alguma resistência no investimento de objeto. Frente a frustrações com o objeto, o sujeito

retorna sem muitas dificuldades ao narcisismo. A identificação narcisista com o objeto se converte no substituto do investimento de amor, o que permite ao sujeito não abrir mão do vínculo, apesar do conflito com a pessoa amada. A melancolia toma emprestadas características do luto e da regressão da eleição narcisista do objeto até o narcisismo.

A perda do objeto, de acordo com Freud, traz à tona a ambivalência dos vínculos de amor. Como em muitos casos a melancolia se dá frente à perda do objeto por morte, a ambivalência entre o amor e o ódio ganha uma intensidade forte. Se o amor pelo objeto se refugia na identificação narcisista como havíamos pontuado, o sujeito sente raiva desse objeto substitutivo insultando-o, denegrindo-o e o fazendo sofrer.

Segundo o autor, a relação com o objeto na melancolia é constitucional, inerente a todo vínculo de amor do eu, ou nasce das vivências que transportam a ameaça da perda de objeto. Na melancolia são tecidas múltiplas batalhas parciais inconscientes pelo objeto; nelas são enfrentados o ódio e o amor – o primeiro conflito para desatar a libido do objeto, e, por outro lado, para salvar essa posição libidinal.

A satisfação narcísica inicial só pode ser plena porque há um objeto oferecendo um bom ambiente. Essa presença do objeto não é reconhecida pelo sujeito em um primeiro momento, mas a qualidade dessa presença objetual será determinante para que, posteriormente, a eleição seja pelo tipo narcisista ou anaclítico. Nota-se na obra freudiana que a escolha objetual será fundamental para o processo de separação posterior. Quando a vinculação com o objeto não se dá de maneira exitosa, quando a escolha é narcisista, a perda do objeto posteriormente passa a ser um processo árduo vivido pelo sujeito.

As dificuldades nesse trajeto estão relacionadas à condução do objeto; a eleição do objeto, narcisista ou anaclítico, se dá diante da própria fragilidade do objeto e de seu manejo na relação com o sujeito em um momento primordial. No caso da relação mãe-filha, o objeto é responsável por permitir que essa menina possa seguir seu percurso e alcançar de maneira satisfatória a sexualidade adulta. Na impossibilidade de fazê-lo, a experiência do luto se torna mais árdua, podendo levar a um aprisionamento ao objeto, como na melancolia, que prejudica a trajetória do sujeito. A dificuldade na vivência do luto pela perda do objeto revela,

ao mesmo tempo, uma dificuldade na busca pela satisfação na relação com outros objetos.

Comentamos no início deste capítulo que as falas coletadas durante a pesquisa carregam como uma marca a relação com as figuras femininas e, principalmente, a própria mãe. As constantes gravidezes sem mediação, sem um “eu planejei” ou “eu desejei”, parecem nos apontar para algo que vai além da equação falo/bebê, indicando uma regressão ou solução pré-edípica, envolvendo primordialmente a relação com o objeto materno. Sendo assim, a escolha de objeto do tipo narcisista e o luto melancólico são contribuições importantes à presente pesquisa. Observamos as constantes gravidezes como um movimento narcísico, que estaria ligado a uma provável dificuldade em realizar o luto da separação com o objeto-mãe primordial, e, dessa forma, a uma experiência primária, como a busca por manter uma satisfação e um prazer de completude anterior.

3

A mãe que não se deixa esquecer – o trabalho do negativo

Para poder dizer sim a si mesmo é preciso poder dizer não ao objeto.

(André Green)

Como apontado no capítulo anterior, a menina precisa separar-se de sua mãe para poder dar entrada no Édipo. No entanto, as vicissitudes do percurso da sexualidade feminina demonstram que a separação do objeto primordial não é vivenciada sem ambivalência. Quando a menina não consegue viver o luto da perda do objeto, busca conservar algo que remete à experiência anterior. A perda do objeto pode ser tão insuportável que viver “acoplado” à parte dele passa a ser a via para se evitar um sentimento de desamparo. Ou seja, o processo de luto não pode ser vivido satisfatoriamente quando existem dificuldades na relação do sujeito com os objetos primordiais. O objeto é fundamental no percurso de vinculação e separação; sua função é corresponder de maneira satisfatória às demandas do sujeito, se apresentando e se ausentando sem exceder a capacidade da criança de manter a continuidade psíquica.

André Green nos oferece contribuições riquíssimas acerca da função do objeto na constituição psíquica do sujeito. O autor utiliza o conceito de trabalho do negativo para teorizar sobre as funções primordiais do objeto primário, fundamentais para a subjetivação. A negativização do objeto propicia a criação de um espaço potencial essencial para o processo de amadurecimento psíquico. O trabalho do negativo corresponde a um processo primário da constituição do sujeito em que a mãe, a princípio apresentada como objeto que promove plena satisfação, ganha outro estatuto.

3.1.

O conceito de trabalho do negativo

Durante o processo de desenvolvimento e de adaptação à realidade do mundo externo, o bebê sofre frustrações e desilusões que são necessárias para sua estruturação. No entanto, se estas frustrações e os sentimentos de desprazer vividos forem excessivos, podem se tornar potencialmente traumáticos, dificultando a adaptação do bebê. Neste sentido, a função desempenhada pelo

objeto primário possui um papel muito importante para que este processo não se constitua enquanto traumático (Vieira & Zornig, 2011).

Segundo Vieira e Zornig (2011), os cuidados fornecidos pelo ambiente neste primeiro estágio são capazes de ajudar na transformação de um ego não integrado para uma integração estruturada. O recém-nascido pode experimentar a ansiedade referente à desintegração, vivida antes da integração egóica, uma vez que possui um ambiente que o acolhe e sustenta. Ao longo de seu desenvolvimento, havendo uma boa condução por parte do objeto primário, o bebê será capaz de experimentar momentos de não integração sem que isso signifique o desfalecimento do mesmo. A continuidade desses cuidados primários ou a internalização deles garantirá que o sujeito chegue a se tornar uma pessoa com individualidade própria, em um “estado unitário”.

De acordo com Mello e Herzog (2012), a partir de uma maternagem que permite ao sujeito uma base constitutiva suficientemente boa, é possível que o indivíduo se separe do objeto sem que isso seja sentido como caos psíquico ou como desamparo. Diante desta relação e da internalização de um objeto seguro, é possível ao sujeito apreender as condições necessárias para que ele consiga regular frustrações e sentimentos de desprazer vividos, além de dispensar as funções cuidadoras do objeto.

André Green, nas *Conferências Brasileiras de André Green: metapsicologia dos limites* (1990), indica que para se estabelecer uma relação intrapsíquica e intersubjetiva são necessários espaços de elaboração e barreiras que cumpram suas funções, impondo um limite necessário entre o sujeito e o objeto. Esses espaços de elaboração fazem parte do que este autor aponta como trabalho do negativo e ocorrem a partir da negativização do objeto, de seu afastamento. Para Green (1988), o trabalho psíquico que se elabora no sujeito não é determinado unicamente pelo jogo pulsional – existe uma participação fundamental do objeto na constituição subjetiva.

Green (1986) propõe que se denomine de trabalho do negativo o conjunto de operações psíquicas do qual o recalque é o protótipo e que deu origem a variantes como a negação, a desmentida e a forclusão, mecanismos de defesa primários. Segundo o autor e como bem pontuam Garcia e Penna (2010), o trabalho do negativo se realiza entre os pólos extremos de um recalque bem constituído e o da forclusão, podendo seguir caminhos intermediários, como os da

clivagem ou da desmentida, em que coexistem o sim e o não. O trabalho do negativo se apresenta no princípio de qualquer operação psíquica de transformação e nos processos de pensamento.

A coexistência do sim e do não pode ser conjuntiva ou disjuntiva. Para Green (1986), o objeto transicional é um exemplo de coexistência conjuntiva; ele não é nem o seio nem a mãe e o discernimento de existência não se aplica a ele, não se determina se esse objeto foi criado, objeto subjetivo, ou encontrado, objeto percebido. Esse objeto se localiza na área intermediária, na interseção do espaço interno e externo. Na coexistência disruptiva o trabalho do negativo se realiza sob os “auspícios” das pulsões de destruição, que seria o caso da clivagem e da desmentida. Neste caso, o trabalho do negativo, ao invés de reunir, separa e impede escolhas e investimentos positivos.

Para desenvolver o conceito de trabalho do negativo, Green (2002) recorre a importantes eixos da metapsicologia freudiana. O autor propõe como trabalho do negativo o conjunto de diferentes conceitos abordados por Freud: o recalçamento, a forclusão, a negação, a clivagem e a rejeição. Esses mecanismos de defesa se assemelham por envolverem uma decisão, uma forma de julgamento. Em todos os casos é preciso dar uma resposta, seja ela sim ou não. Para esses processos é possível, segundo Green, atribuir um papel capital, que relacionará a afirmação a Eros e a negação às pulsões de destruição.

Garcia e Penna (2010) reforçam os estudos de Green quando apontam que a presença do negativo pode ser encontrada na obra freudiana desde seu início, por meio do fenômeno da alucinação negativa. Segundo André Green (2002), existem muitos traços do negativo em Freud: o inconsciente; o luto e a perda do objeto; as representações a partir de sua relação com a pulsão; as identificações por sua relação com o desejo e a pulsão de morte.

O trabalho do negativo aparece nos escritos de Freud relacionado, a princípio, ao conceito de defesa, quando na *Interpretação dos Sonhos* (1900) Freud aponta para um trabalho do sonho e posteriormente, em 1915, quando descreve o trabalho do luto. O sonho e o luto são exemplos autênticos de trabalho do negativo. O primeiro trata de um funcionamento que se dá na ausência e fora da consciência, já o segundo se produz depois da perda do objeto e é considerado como trabalho do negativo num estado de lucidez (Green, 1993). O sonho é tratado como trabalho do negativo na medida em que há a falta da consciência no

sono, ou seja, é a ausência de consciência que faz o papel do negativo. Nesse sentido, segundo Green (1993), o sonho é o indicador da impossibilidade de realizar desejos no estado de vigília – “há, portanto, um trabalho do negativo no sonho porque a negatividade mesma, essa falta implícita a que remete a fantasia inconsciente, é ocultada” (p. 66).

O luto e também a melancolia, como afirma Green, se diferem do sonho no que diz respeito ao trabalho do negativo. No luto, diferentemente do sonho, a falta e a perda são logo identificadas. No caso da melancolia, a perda também é evidente, no entanto, como apontamos no capítulo anterior, o sujeito não sabe o que perdeu nem como enfrentou a perda. Nas palavras de Green (1993, p. 67): “o Eu se identifica com o objeto perdido e se amputa de uma parte dele mesmo para que esta ocupe o lugar do objeto que não é mais, se dividindo, contra ele mesmo”. Nesse caso, o trabalho do negativo ganha uma dimensão incomparável com o sentimento de perda, sentimento sem consciência do que foi perdido, que é substituído pelo próprio eu. Uma vez que o eu será atingido, segundo Green, o negativo já não age em silêncio, como ocorre no sono, ele chega a uma complexidade maior.

Quando o eu é atingido, a negatividade se torna mais visível, como no caso do deprimido que se encontra sob a influência da negatividade na imagem que possui e passa de si. Por outro lado, essa visibilidade é acompanhada por uma opacidade de si mesmo. Segundo André Green (1993), se o negativo é mais perceptível de fora, seu trabalho permanece não reconhecido dentro. Aqui, há uma perda presente sem que aquele que sofre saiba exatamente o que o faz sofrer. Há uma dificuldade do eu em perceber a natureza do seu sofrimento e do objeto que o provoca, quando esse sentimento está ligado a algo que se apresenta no excesso de presença interna causado pela ausência do objeto perdido. Da mesma forma, o sujeito parece não reconhecer a maneira como sacrifica parte de seu psiquismo para substituir o objeto perdido, o que o faz perder sua capacidade de consciência e renunciar ao amor por si próprio.

Como apontamos no capítulo anterior, para Freud ([1917/1915] 2007), o processo de luto vivido na sua melhor face é aquele em que o sujeito se utiliza de satisfações narcisistas para dar conta da falta e, com isso, consegue vencer a perda do objeto e os investimentos depositados nele. Dessa forma, seria possível transferir a ligação com o objeto perdido para outros objetos. No caso da

melancolia, o processo é vivido com mais sofrimento, o rebaixamento do sentimento de si se apresenta de maneira predominante.

O trabalho do luto, apontado aqui por Green, só pode se realizar se o objeto tiver sofrido uma negativização no processo de separação ou perda. Esse luto é necessário em qualquer circunstância em que o objeto deixa de ocupar um lugar que antes pertencia a ele. Para que o sujeito siga adiante e possa se ligar a outros objetos na busca por uma satisfação semelhante a que anteriormente era oferecida, é importante que o objeto se coloque em condições de ser apagado.

Segundo Green (1993), Freud reconhece que o eu é inconsciente de suas próprias defesas, o que o faz cego também sobre ele mesmo, sobre seu modo sacrificial de reparação e de restituição do objeto em detrimento de sua unidade ou seu sentimento de existência. Ao defender a noção de um *in-consciente*, Freud traz o negativo para um campo onde era ignorado. Freud aponta para uma concepção de psiquismo em que a parte do consciente é subordinada e submetida ao inconsciente. Seu poder e a extensão de seu campo são conhecidos de maneira extremamente insuficiente pelo sujeito. Reconhecer que “o sistema consciente pode ser dominado pela ação inconsciente e dos produtos a que ele dá origem” (Green, 1993, p. 65) implica também no reconhecimento da existência de um trabalho do negativo, o que nos permite evocar o recalque.

O processo de recalque entra de forma clara no escopo do que Green (1993) trabalha como negativo, uma vez que, segundo o autor, permite evitar ou reduzir o desprazer e institui um segundo mundo exterior dando origem ao recalque organizador do inconsciente, o que nos permitiria apontar para uma negatividade constituída, que em seguida assume a forma de negatividade instituída. Nesse caso, se observa a conjunção de dois sentidos do negativo: o negativo como desprazer e o negativo como duplicação da experiência positiva buscada (realização alucinatória do desejo e de fantasias).

A não satisfação experimentada pela ausência do objeto gera angústia e, ao mesmo tempo, uma necessidade de encontrar uma solução para impedir que a desorganização aconteça. Green (1993) comenta que este sentimento pode se agravar pela dor da perda. A imprevisibilidade do objeto é capaz de gerar uma desorganização, uma crise, assim como seu desaparecimento, que possui efeitos nocivos configurando uma privação, perda de substância, amputação psíquica, que buscam evitar o desmoronamento, a fragmentação. O autor compreende que a

castração pode simbolizar a catástrofe, uma vez que concentra dois agentes desorganizadores, a constatação da falta de um membro e a representação, que atinge a conformação do objeto privado do órgão de seu gozo, a aceitação da mãe como ser castrado, como trabalhamos no capítulo anterior.

A estrutura psíquica precisa encontrar uma solução orientada pela relação com o objeto que assegure sua sobrevivência. Fator de muita imprevisibilidade, já que o objeto é promotor de gratificações e frustrações, pode se apresentar oferecendo amor, pode suscitar o ódio ou se posicionar com indiferença, posição geradora de perda de sentido. Conforme Green (1993, p. 78):

Ligando-se aos traços mnésicos, ele (objeto) segue as vias traçadas, ao menos em parte, pela experiência anterior, e leva a organização psíquica a se elaborar em torno de uma memória que permite demarcar o que deve ser evitado ou buscado menos de acordo com critérios adaptativos do que tensionados entre dois polos frequentemente incompatíveis, entre prazer e desprazer, ou divididos entre a prioridade a atribuir ao eu e ao objeto.

A solução que a princípio responde a essas relações objetais variáveis, segundo Green (1993), está na identificação. No processo de identificação, a organização estrutural do aparelho psíquico desloca seu gradiente para o objeto, o caminho passa a ser do intersubjetivo para o intrasubjetivo. Dessa forma, o objeto pode ser interiorizado, se conservando de maneira constante, o que reforça a articulação dentro-fora e produz uma proteção dos imprevistos que fogem à organização interna e que o recalque não é suficiente para controlar. A identificação surge como um recurso que preserva o sujeito da desolação diante da perda do objeto, funciona como uma resposta da negatividade à alteridade, produz uma ilusão de não separação com o objeto e uma promessa de felicidade pela sua posse.

De acordo com André Green (1993), o negativo se encontra tensionado entre dois polos: negativo do recalque e negativo do masoquismo da reação terapêutica negativa. O primeiro preserva a relação com o objeto na esperança de que o desejo se realize. Nesse caso, a tomada de consciência do desejo recalcado permite o desligamento da transferência e a busca por objetos que possam proporcionar, ainda que parcialmente, a satisfação. Por outro lado, o outro polo “prende” o sujeito ao objeto. Nesse caso, a esperança de um dia ver o desejo se realizar é frustrada, restando a consolidação de uma “relação de não relação”.

Esse polo é marcado pela impossibilidade de renunciar à atualização dos desejos com o objeto da transferência, desprezando tudo que não é ele.

3.2. A Negativa de Freud

André Green aponta para o texto de 1925, *A negativa*, de Freud, como o momento em que o autor retorna ao conceito do negativo, depois de introduzir a noção de pulsão de morte. É com esse trabalho que Freud apresenta seu interesse pela negação propriamente dita, por um fenômeno ligado à linguagem, ao consciente. Freud afirma que a negação é o substituto intelectual do recalçamento.

Segundo Garcia e Penna (2010), em 1925 Freud trabalha a origem do julgamento intelectual enfatizando que as funções de negação e de afirmação derivam das pulsões orais e são fundamentais na criação das fronteiras dentro/fora, eu/não eu. Neste sentido, o que se discute é o destino das primeiras manifestações pulsionais e a emergência concomitante do eu, que se daria em duas etapas. Na primeira, vigora o juízo de atribuição regido pelo prazer-desprazer: o que é considerado prazeroso é incorporado e o que se julga desprazeroso é expulso. Na segunda etapa, o juízo de existência é, por outro lado, comandado pelo eu realidade e decidirá se uma coisa que existe no inconsciente também existe na realidade. De acordo com Green ([1981] 1988, p.262):

Outras vezes, afirmar e negar são dois membros da categoria de julgamento. Isso na realidade compele Freud a introduzir a função do julgamento. Outras vezes, ele inverte a ordem em que dois tipos de julgamento normalmente aparecem: coloca primeiramente o julgamento da atribuição (bom/mau) e depois o julgamento da realidade (existência/inexistência) (...) Este artigo leva-nos a um sistema de oposições binárias a qualquer nível: bom/mau, existência/inexistência. Mas também sugeridos são os pares antitéticos Cs/Ics e self/objeto.

Freud ([1925] 2007) inicia sua reflexão acerca do negativo apontando que conteúdos inconscientes são trazidos à tona na condição de que se deixem negar. A negação é uma forma de termos notícias sobre o reprimido, é um cancelamento da repressão, ainda que não seja uma aceitação do reprimido por completo. A partir da negação se tentaria manter sob o domínio da repressão conteúdos de representação.

É tarefa da função intelectual de juízo afirmar ou negar conteúdos de pensamentos. O juízo é considerado o substituto intelectual da repressão; negar

algo em juízo é como afirmar: “isso é algo que eu preferiria reprimir” (Freud, [1925] 2007, p. 254). A negação é tratada como uma via pela qual o pensamento se libera das restrições da repressão e se enriquece com conteúdos indispensáveis. Segundo Freud, o juízo tem duas decisões a adotar, na primeira deve atribuir ou retirar uma propriedade a uma coisa. O juízo deve decidir, de forma manifesta na linguagem das pulsões orais, se quer comer ou cuspir determinada coisa. “Quer introduzir isso em si mesmo ou excluir, isso deve estar em mim ou fora?” Nos deparamos, nesse momento, com o processo de introjeção, o eu-prazer quer introjetar em si mesmo tudo que é bom e afastar de si o que é ruim.

A outra decisão da função de juízo recai sobre a existência de uma coisa representada no mundo real. Trata-se de investigar se algo presente com representação dentro do eu pode ser reencontrado na percepção, na realidade. Como comenta Freud ([1925] 2007), sua experiência lhe permite afirmar que é importante que uma coisa do mundo (objeto de satisfação) possua boas propriedades, e assim ser acolhida pelo eu, mas que também se encontre no mundo exterior de forma que o sujeito possa apoderar-se dela quando necessitar.

Freud ([1925] 2007) aponta que a oposição objetivo/subjetivo não é algo dado de início, só se estabelece porque o pensamento possui a capacidade de fazer presente, reproduzindo na representação algo que um dia foi percebido. Desta forma, o objetivo primeiro do exame de realidade não é achar na percepção objetiva um objeto que corresponda ao representado, mas, sim, reencontrá-lo. O exame de realidade prevê assim que tenham sido perdidos objetos que na realidade proporcionaram satisfação. Segundo André Green ([1981] 1988), a realidade externa é primeiro negada, declarada estranha. Mas é “reobtida” quando os processos de pensamento secundários recriam um equilíbrio entre o sistema de relacionamentos internos e externos. O objeto achado a partir disso é, na verdade, um objeto “reachado”.

De acordo com Freud ([1925] 2007), diante desses apontamentos, pode-se afirmar que a função intelectual do juízo é o primeiro processo que busca a inclusão dentro do eu ou a expulsão dele que originalmente foi regido pelo princípio de prazer. E a polaridade encontrada corresponde à oposição dos dois grupos pulsionais, a afirmação como substituta da união pertence a Eros e a negação, sucessora da expulsão à pulsão de destruição. Freud afirma que a operação da função de juízo é possibilitada unicamente a partir da ideia de que a

criação do símbolo da negação tenha permitido alguma independência das consequências da repressão e assim, da compulsão ao princípio de prazer.

O julgamento de atribuição em bom e mau é retratado por Freud de forma que a atribuição em mau seria uma expressão do desejo de incorporação do bom. O negativo se apresenta assim na recusa a tomar para si o mau e na tentativa de expulsá-lo de si mesmo (Green, 2002). O julgamento de existência é descrito como a capacidade de decidir se uma coisa que existe no inconsciente existe também na realidade. Essa forma de negativo se preocuparia menos em julgar o que deve ser incorporado ou excorporado do que determinar se o que está no “espírito” está também na realidade. Segundo Green, Freud termina seu artigo identificando na incorporação e na excorporação a materialização originária do que mais tarde será a afirmação e a negação.

Para Garcia e Penna (2010), no “Anexo 1 – O trabalho do negativo” de Green (1986) o trabalho do negativo como expulsão do desprazeroso permite a criação de um espaço interno onde há a possibilidade do nascimento do eu. É somente a partir das experiências satisfatórias de ligação com o objeto que o eu pode nascer. Desta forma, e só a partir desse processo, é que o objeto pode ser reconhecido como separado do eu, que o espaço não eu pode existir e posteriormente o seu reencontro.

De acordo com Garcia e Penna (2010), nesse mesmo texto Green aponta que aquilo que retorna depois de ter sido excorporado é submetido à ação negativizante do recalçamento. Esse processo é responsável pela fundação do psiquismo ao delimitar a divisão consciente/inconsciente, fundamental para a constituição da subjetividade, das representações e de um sentimento de continuidade.

Diante disso, compreendemos a importância do texto de 1925 na construção do trabalho do negativo na obra greeniana. Preocupado com os efeitos do negativo na constituição subjetiva do indivíduo, Green encontra em Freud ferramentas para pensar a função do objeto na construção dos limites interno/externo. O ato original de expulsão explora uma relação de prazer/desprazer que se resolverá pela repressão. Existe uma divisão vertical dentro/fora seguida de uma duplicação da contradição entre o desejável e o indesejável (Green, [1981]1988). Para Green, a posição solipsista que consiste em expelir a realidade externa, sentida como desprazer internamente, é equivalente a

uma amputação. A realidade externa faltará em algum momento, o objeto daquilo que falta é uma realidade externa, dessa forma e por esse motivo, a contradição interna deve se reunir a essa realidade externa da qual se excluiu.

Sendo assim, segundo Green ([1981]1988), um modo de lidar com a amputação é o autoerotismo, bastante comentado no capítulo anterior. O autoerotismo é o símbolo perfeito da involução para o próprio *self* do sujeito que implica a divisão do ego em que o corpo substitui o mundo externo. Essa amputação de uma parte do corpo busca encontrar um quase-objeto, um análogo do objeto ou um duplo do objeto. No entanto, para o autor, comer e cuspir são meros atos de pensamento. Para que a criança tenha acesso de fato ao jogo do pensamento, a mãe deve “partir”, se apagar. Alguém para além da criança deve ser objeto de desejo dessa mãe, sua ausência deve ser ligada a uma reunião potencial com o pai.

3.3. Alucinação negativa

O trabalho do negativo pode ter um aspecto estruturante ou uma face patológica. Ele pode se expressar entre dois extremos: um considerado bem-sucedido, quando possibilita o surgimento de uma ausência que é presença em potencial, e o outro mal-sucedido, quando possui como consequência um excesso por ausência ou por presença (Garcia & Penna, 2010). Nos casos bem-sucedidos, Garcia e Penna comentam que as rupturas possuem uma função psíquica estruturante pela criação de um vazio no psiquismo no qual os limites intrapsíquicos, as representações, o pensamento e as relações de objeto podem adquirir forma.

Como apontam Mello e Herzog (2012), sob este ângulo, o trabalho do negativo torna-se vigorosamente constitutivo quando a presença dos objetos pode ser atenuada pelos processos simbólicos cujo resultado está na percepção do outro como algo externo e diferenciado. De acordo com as autoras, o que Green aponta como trabalho do negativo não é um esquecimento radical do objeto como um desaparecimento, já que o objeto é absorvido como função transformando-se em estrutura psíquica.

O objeto absolutamente necessário à elaboração da estrutura psíquica deve se apagar. É preciso que ele se faça esquecer como constituinte da estrutura psíquica, ele existe sob a forma da ilusão de que não é constitutivo do psiquismo, mas se apresenta como objeto de atração ou de repulsa (Green, 1988). O objeto que contribui para os processos de constituição subjetiva é aquele que pode ser efetivamente perdido e do qual se pode fazer o luto. O luto traz o objeto perdido para uma condição que transforma e renova o sujeito, integra-se ao eu e o torna apto a novas ligações (Figueiredo & Cintra, 2004).

O trabalho do negativo permite a constituição dos limites interno/externo. Fenômenos psíquicos como a expulsão e a negação, e ainda a alucinação negativa e o recalque, representam o trabalho do negativo como promotores da diferenciação interno/externo (Garcia & Penna, 2010). Como apontamos em outro momento, Green (1986) afirma que, em um movimento inicial pulsional de expulsão (excorporeação), o ego incipiente guarda para si tudo o que lhe dá prazer e expulsa o que lhe causa desprazer num movimento negativizante. O trabalho do negativo como expulsão do desprazeroso permite a criação de um espaço interno em que o eu pode nascer, possibilitando o reconhecimento do objeto como separado do eu.

Segundo Garcia e Penna (2010), Green se debruça sobre o conceito de alucinação negativa a fim de trabalhar a função que desempenha sobre a representação do objeto (seio ou mãe). A alucinação negativa da representação do objeto é o processo que introduz um apagamento do “objeto absolutamente necessário”, aquele que foi fundamental para a sobrevivência física e psíquica do bebê em um primeiro momento. O apagamento do objeto é uma importante condição para que se crie o espaço interno constituinte da estrutura psíquica. Desta forma, para que o processo de constituição psíquica ocorra de forma exitosa, é preciso que haja a negativização do objeto absolutamente necessário.

Alucinação negativa é a não percepção de um objeto ou de um fenômeno psíquico perceptível, um fenômeno de apagamento daquilo que deveria ser percebido (Green, 2002, p. 267). Green (1993) aponta que a alucinação negativa nos remete a duas categorias: a do alucinatório e a do negativo; o alucinatório relacionado à percepção e à representação inconsciente, e o negativo, a certas defesas como o recalque e a clivagem.

De acordo com André Green (1993), a alucinação negativa possui uma função enquadrante, uma estrutura constituinte, não podendo ser tratada como um fenômeno patológico. Ela não é, como sugere o autor, uma ausência de representação, é representação da ausência de representação. A função da alucinação é de oferecer uma representação alucinada sob uma forma positiva de alucinação negativa do pensamento.

Green (1993) trabalha a alucinação a partir de apontamentos freudianos em que a mesma estará relacionada a duas provas da psicologia, a satisfação e a dor. A prova de satisfação revela a analogia entre percepção e alucinação. Diante da primeira experiência de satisfação e, posteriormente, sob a pressão de estados de desejo, há a reativação de lembranças mnemônicas do objeto desejado e do movimento reflexo que irá produzir uma alucinação – o que mais tarde será chamado de realização alucinatória do desejo. Por outro lado, a prova da dor busca a evitação do retorno de lembranças de experiências dolorosas. As duas provas estão ligadas ao que já trabalhamos como princípio prazer/desprazer.

Quando a psicanálise começa a dar atenção aos efeitos da falta, ela se vincula ao negativo (Green, 1993). Isso se dá graças ao modelo de base do psiquismo, a realização alucinatória do desejo. O desejo insatisfeito e a tentativa do sujeito de reinvestir os traços da experiência de satisfação demonstram o sentido do trabalho do negativo. De acordo com Green, o movimento do psiquismo em direção à tentativa de realização do desejo revela que os traços inscritos no aparelho psíquico não são fixos, nem inertes, eles podem se modificar, se enriquecer ou se deformar por excesso, falta ou alteração.

Esse é um sistema “animado” pelas pulsões, como aponta André Green (1993), sempre em busca de satisfação, mas como não é possível a obtenção de satisfação imediata, é nesse intervalo, tempo e lugar, que o trabalho do negativo acontece. Movido pela pulsão, o desejo se dirige ao objeto, replicando a lembrança de uma experiência anterior. Nesse sentido, conforme o autor, fica claro que as representações inconscientes, como expressão do trabalho do negativo, já são o produto de uma negativização da pulsão, já que ela encontra inicialmente apenas o vazio, antes de se transformar em movimento de desejo.

Green (1993) aponta para dois aspectos do trabalho do negativo: a realização alucinatória do desejo e o negativismo dos casos-limite. O modelo da realização alucinatória do desejo supõe de início a inscrição prevalente de traços

de uma experiência de satisfação que surgem a partir de experiências reais com uma ação satisfatória do objeto real. Esses traços servirão de referência à representação da experiência de satisfação e terão como objetivo um alívio de tensão. Isso só será possível, de acordo com o autor, uma vez que a experiência de satisfação acontece de forma repetida e sem efeitos contrários, sem desprazer, angústia ou dor que contrarie a sua prevalência.

Da mesma forma, comenta Green (1993), o aparelho psíquico é capaz de se desvencilhar do que é sentido por ele como mau, expulsando, excorporando o que lhe causa desprazer. A incorporação e posteriormente a introjeção poderão dar lugar a um eu-prazer purificado, núcleo estrutural do psiquismo. Segundo o autor, uma “cobertura materna” é fundamental para que a realização alucinatória do desejo possa ser posta em prática e para que o eu-prazer purificado se instale.

Se na experiência de satisfação o objeto desempenha um papel de proteção, por outro lado, no negativismo dos casos-limite há uma experiência de dor e uma carência dessa função do objeto. Na ausência da função do objeto, o sujeito se encontra descoberto e, como efeito, uma forte destrutividade é propagada, não conseguindo impedir uma realização alucinatória de dor e desprazer. Ocorreria assim, segundo Green (1993), a destruição de qualquer representação que signifique a perda de esperança de uma realização alucinatória do desejo.

Green comenta que o trabalho do sonho é uma tentativa de evitação do retorno do recalado. No sonho é constituída outra realidade, é criado um mundo no qual é possível realizar desejos, o que efetiva a realização alucinatória do desejo. “A realização significa tanto a efetivação da satisfação quanto a criação de uma realidade em que uma tal satisfação se torne possível” (Green, 1993, p. 184).

O objeto proporciona sensações agradáveis e, dessa forma, o prazer “captura” o eu ao objeto, de maneira a não se limitar a prover as necessidades, ele se prolonga. Prolonga-se de forma que passa a se efetuar a operação da busca por uma meta deslocável, meta e objetos, em uma dimensão temporal, histórica e geracional (Green, 1993). O prazer é a relação do eu com ele mesmo e assim o objeto necessário ao prazer pode se encontrar no próprio corpo do sujeito, como um objeto substituto, como no autoerotismo já citado em outros momentos.

Sobre a alucinação negativa, a partir de um exemplo clínico em que pacientes expressam ter sido atingidos por um branco ou vazio súbito do

pensamento, Green (2002) propõe uma dupla ação a partir de uma interface. Em sua face externa, há uma percepção insuportável que agrega uma alucinação negativa que traduz o desejo de recusá-la ao ponto de negar a existência dos objetos da percepção. Em sua face interna, uma representação inconsciente do desejo busca se tornar consciente, mas está impedida de fazê-lo pela barreira do sistema percepção-consciência. No momento em que cede à pressão, a percepção negada deixa um espaço vazio.

De acordo com o autor, a conjunção desses dois aspectos nos permite pensar que a percepção insuportável é inconciliável com a representação inconsciente e que nesse processo é a percepção que é invalidada. No espaço propiciado pela alucinação negativa se instala a representação inconsciente revestida de atributos da percepção, mas sob a forma de denegação “branqueando” o que se apresenta à mente. Desta forma, a alucinação negativa seria a maneira pela qual o eu pode romper suas relações com a realidade, sendo assim o processo regulador da relação entre a realidade e o eu (Green, 1993).

3.4. O trabalho do negativo em sua face patológica

Há um limite em que o trabalho do negativo adquire um viés negativo, no momento em que quanto mais um objeto se ausenta em suas funções quando deveria estar presente, mais sua presença é perturbadora. A incapacidade dos objetos de cumprir suas funções potencializa o aspecto disruptivo e ameaçador da pulsionalidade, uma vez que as funções de continência e holding não estarão sendo cumpridas (Mello & Herzog, 2012). Figueiredo e Cintra (2004) comentam que o processo de constituição psíquica fica obstruído quando há uma “ausência de ausência” ou uma “presença de presença” – que dizem respeito à mesma coisa, uma vez que o vazio não se apresenta em ambas.

De acordo com Green (1988), quando o objeto não se faz esquecer, há uma espécie de perversão de sua função. Não se trata de uma perversão das pulsões, mas como algo que se desvia, que é mal conduzida em sua função de objeto falível. A função do objeto é paradoxal, ele existe para estimular e despertar a pulsão e, ao mesmo tempo, para contê-la.

Segundo André Green (1986), se a resposta do objeto é imediata, é a onipotência simbiótica que se instala, privando o eu da criança de dizer não ao objeto e sim a si mesmo. E, neste sentido, a idealização do objeto materno se apresentaria colada à anulação do desejo do próprio sujeito. Por outro lado, se a demora em responder é grande por parte do objeto, é o desespero com inscrição de uma experiência da dor que faria o sujeito dizer não para tudo, incluindo a si mesmo. Haveria, desta forma, uma destruição de ligações, uma intolerância maior à frustração e o estabelecimento de uma identificação projetiva excessiva. O trabalho do negativo assumiria assim a forma de uma exclusão radical, e o aspecto negativo das relações se sobreporia.

Como apontam Mello e Herzog (2012), a falha objetual da qual estamos tratando diz respeito àquela que ocorre quando a qualidade do que está sendo oferecido não está de acordo com as necessidades psíquicas. Desta forma, como aponta Green (1986), a falha pode estar relacionada tanto ao excesso de presença quanto à ausência excessiva. Estaríamos apontando tanto para a mãe superprotetora, absoluta e onipresente, quanto para a mãe omissa, inacessível, ambas caracterizadas por ofertar uma presença excessiva.

Segundo Zornig (2015), a ausência do objeto não deve exceder a capacidade da criança de restabelecer, graças à representação, a continuidade psíquica necessária ao sentimento de continuidade de existência. Sendo assim, como comentam Mello e Herzog (2012), não se deixando esquecer, o objeto se torna indispensável e insubstituível, dificultando a diferença e a separação. O objeto se mantém no psiquismo do sujeito como intrusivo e ameaçador se consolidando como “alteridade interna radical”. Este objeto que não pode ser negado, o extravio da negatividade dificulta a constituição de um espaço psíquico habitado por representações e desejos. O excesso de presença do objeto não oferece lugar à representação, mas, sim, a todas as formas de saídas extrarrepresentativas, como a passagem ao ato, conduta perversa, toxicomania, baque depressivo, momento delirante, crise psicossomática, etc. (Green, 1988).

Nestes casos, Mello e Herzog (2012) pontuam que é gerada uma dupla angústia contraditória, angústia de separação e de intrusão. O que evidencia um rígido e frágil contorno entre o eu e o não eu, assim como os limites intrapsíquicos que não se instauram de forma consistente. E, como consequência, “um narcisismo despedaçado sem a precisão dos contornos, cuja composição psíquica

é formada por uma espécie de ‘crosta grossa sobre uma pele fina’” (2012, p.75). Para André Green (1988), isso que chamamos de angústia de separação é resultado do que foi efetivamente criado no interior do sujeito, uma intrusão intolerável. O objeto está em situação de excesso de presença por sua falta; neste momento, o objeto, ao invés de ser o que torna a pulsão tolerável, é o que a torna ainda mais intolerável.

É importante ressaltar que, quando Green teoriza sobre o aspecto disruptivo do trabalho do negativo, ele aponta como consequência para uma estrutura que se constitui como patológica, os casos-limite. No entanto, não gostaríamos de tratar os casos que estamos problematizando no presente estudo como estruturas patológicas. A intenção é refletir sobre uma suposta falta que haveria da face bem-sucedida do trabalho do negativo na relação com o objeto.

3.5.

Função objetualizante e desobjetualizante – ligação e desligamento

Utilizando-se da contribuição freudiana de que os grandes mecanismos característicos da pulsão de vida e de morte são a ligação e o desligamento, Green (1993) propõe que o objetivo essencial da pulsão de vida é assegurar uma função objetualizante e que, por outro lado, o objetivo da pulsão de morte é realizar uma função desobjetualizante. No entanto, apesar de reconhecer tal afirmação, o autor aponta que ela não é puramente verdadeira, a pulsão de vida admite nela a existência de mecanismos de ligação e desligamento e pode absorver uma parte da pulsão de morte, transformando-a. Em contrapartida, a pulsão de morte possui como característica apenas o desligamento.

Sobre a Pulsão de morte, Green (2002) revisita o conceito a partir das formulações de Freud, mas propõe uma nova hipótese. Diferentemente de outros autores pós-freudianos, Green busca compreender a necessidade de se manter um dualismo pulsional. Ao que responde comentando que o conflito original postulado por Freud se repete e se desloca; sua permanência resiste a todas as transformações do aparelho psíquico, o que o obriga a considerá-lo de forma a não abrir mão de sua existência fundamental. A existência desse conflito original põe em jogo as formas mais primitivas da atividade psíquica.

Como representante psíquico da pulsão de vida e de Eros, Green (1993) aponta para a função sexual e busca responder ao impasse proposto por Freud sobre encontrar uma função/representante equivalente da pulsão de morte. A dificuldade, no que diz respeito à pulsão de morte, é a impossibilidade de encontrar uma função correspondente à da sexualidade em relação às pulsões de vida. A autodestruição, apontada por Freud como a expressão fundamental da pulsão de morte, poderia ser considerada como função correspondente à desempenhada pela função sexual para Eros, contudo, Green não parece satisfeito.

De acordo com Green, existem “configurações” clínicas, onde a destrutividade está muito presente. Dentre elas encontramos as neuroses graves, neuroses de caráter, estruturas narcísicas e casos-limite, em que o mecanismo dominante é o luto insuperável e as reações defensivas que ele suscita. Nessas configurações ou estruturas observam-se angústias catastróficas, temores de aniquilação, sentimentos de futilidade, de desvitalização ou de morte psíquica e sensações de abismo.

Um dos pontos fundamentais levantados por Green (1993) a fim de refletir sobre a pulsão de morte é o fato de a teoria das pulsões pertencer à ordem dos conceitos e nunca totalmente provável pela experiência. Seu objetivo é o de esclarecer a experiência. Sendo assim, mesmo que as pulsões sejam originais, entidades primeiras, é preciso reconhecer que o objeto é revelador das pulsões. O objeto não é responsável por criar as pulsões, é criado por elas, mas é a condição para que tenham existência.

Diante disso, Green (1993) afirma que a função objetualizante é capaz de promover à condição de objeto o que não possui nenhuma das qualidades, das propriedades e dos atributos do objeto, com a condição de que o investimento significativo se mantenha no trabalho psíquico. O processo de objetualização pode também se referir a modos de atividade psíquica, o que nos permite compreender que é o próprio investimento que é objetualizado, deixando claro que objeto e função objetualizante não são a mesma coisa. A função objetualizante não se limita às transformações de objeto, ela permite que aconteçam ao nível do objeto as funções psíquicas. Ou seja, a partir de um investimento significativo do objeto sobre o sujeito, as funções psíquicas podem acontecer.

Por outro lado, a função desobjetualizante pelo desligamento, objetivo da pulsão de morte, pode “atacar” não somente a relação com o objeto, mas todos os

seus substitutos, como o eu e o próprio investimento, na medida em que sofreu a objetualização. De acordo com Green (1993), a manifestação própria à destrutividade da pulsão de morte é o desinvestimento. A função desobjetalizante não pode se confundir com o trabalho do luto, ela seria o procedimento mais radical para se opor ao luto, que está no centro do processo de transformação característico da função objetalizante.

Como expressão de uma função desobjetalizante que se refere também ao próprio processo objetalizante, Green (1993) aponta para o narcisismo negativo como aspiração ao nível zero. O narcisismo negativo seria uma destruição por desinvestimento. No caso da função desobjetalizante, o desinvestimento desfaz aquilo que o investimento tinha conseguido construir. O narcisismo negativo é uma medida extrema em que, depois de desinvestir os objetos, se transporta e desinveste o próprio eu. Green (2002) aponta para uma estrutura narcísica negativa, em que o próprio eu se empobrece e se desagrega, perdendo sua consistência, homogeneidade, identidade e organização.

A hipótese que fiz é de que tudo se passava como se o Ego se deixasse arrastar irresistivelmente na esteira do objeto, que, ele mesmo, é levado por um movimento de distanciamento, até não mais estar presente senão pontualmente, antes de desaparecer completamente (Green, 2002, p. 275).

De acordo com o autor, sobre os mecanismos de defesa utilizados, na polaridade ligação/desligamento há uma possibilidade de religação inconsciente maior na medida em que se está mais próximo do recalque. Em contrapartida, ao se afastar do recalque, o desligamento tende a prevalecer sob o uso de mecanismos de defesa, como a clivagem e a forclusão.

No caso da identificação projetiva, por exemplo, Green aponta que sua função parece ser a de reforçar o desmentido da clivagem, que leva à desobjetualização. O ataque aos vínculos é uma forma manifesta de seu objetivo desobjetalizante. A ausência de atividade projetiva é exemplo do sucesso do desinvestimento desobjetalizante e se apresenta pelo sentimento de morte psíquica, alucinação negativa do eu.

O papel do objeto primário é fundamental na teoria da função objetalizante. É preciso considerá-lo para compreender as manifestações primárias da pulsão de morte e seu vínculo com o objeto. Para Green (1993), a mãe

suficientemente boa winnicottiana contém em si também uma mãe suficientemente má que a permite sair do impasse idealização-persecução e promover o luto conservador da função desobjetalizante.

Ou seja, será importante para o sujeito que o objeto também se apresente em alguma medida como imperfeito, odioso, de maneira que ele possa se desligar e que a função desobjetalizante se dê. Esse seria um componente necessário para que o processo de luto pela perda, de separação, ocorra de forma exitosa. Caso contrário, a saída na relação com o objeto pode ter como efeito a idealização ou mesmo a persecução, o sujeito se encontraria aprisionado na relação.

É importante sinalizar assim que a função desobjetalizante também é parte essencial da constituição do sujeito. Poderíamos afirmar que uma articulação entre as duas funções seria o desejável para o processo de subjetivação. Nos casos investigados neste estudo, entendemos que se apresente uma dificuldade na articulação entre as duas funções, objetalizante e desobjetalizante. É preciso que haja uma medida adequada entre as duas para que elas possam cumprir seu papel fundamental no processo constituição psíquica.

Como apontamos, a transformação do objeto materno em estrutura enquadrante só se efetua quando é oferecida a garantia de presença em ausência e, posteriormente, preenchida por fantasias e substituída por outros objetos. Esse apagamento é essencial para que o ego possa investir em outros objetos sob o fundo de um amor objetal seguro, que pode desempenhar o papel de continente (Zornig, 2015). Por outro lado, quando a qualidade do que está sendo oferecido não está de acordo com as necessidades do bebê, o objeto deixa marcas primárias na constituição do sujeito, privando o eu da possibilidade de desenvolver uma individualidade própria.

Green retoma o luto melancólico para desenvolver o que Freud pontuou sobre a dificuldade na separação com o objeto primário e os recursos utilizados pelo indivíduo para manter uma vinculação com o objeto. O autor aponta para o aprisionamento ao objeto diante da impossibilidade de seu apagamento, de uma ausência da alucinação negativa de sua função. Não é possível afirmar que não há um luto ou uma separação, mas que isso se dá com mais dificuldade e acompanhado de marcas psíquicas nos primórdios de sua subjetivação.

Recorrendo às contribuições trazidas até esse momento, podemos refletir sobre as constantes gravidezes investigadas na presente pesquisa como uma

expressão de uma função objetalizante? Como uma tentativa de elaboração da separação com o objeto primário? Afastar-se desse objeto causa um sofrimento tão inimaginável que se torna necessário manter, de alguma maneira, a ligação. Green (1993) aponta que o objeto objetalizante das pulsões de vida possui como principal consequência realizar, pela mediação da função sexual, a simbolização. Seriam assim as gestações uma forma de simbolizar, de dar sentido à perda do objeto?

Acreditamos que nos casos das entrevistadas não há a presença de um espaço delimitado, de um vazio nitidamente reconhecido, o que aparece é aparentemente um excesso de presença do objeto. A repetição das gravidezes se apresenta como um movimento que demonstra a impossibilidade da atuação do negativo. Existe algo que parece não ter sido negativizado, que não é apagado. A nosso ver as constantes gravidezes apontam para uma impossibilidade do êxito do trabalho do negativo onde o objeto não pôde ser apagado.

Entende-se que há um corpo (grávido) preenchido por excesso de presença ou excesso de ausência, a falta de um vazio constitutivo. As gravidezes seriam uma forma de revelar uma ausência de limite, em que a fronteira eu/outro é quase inexistente. Entendemos que as gestações apontam para um outro que não é esse bebê, mas o objeto primário, fonte de satisfação e prazer em um momento inicial, presente como uma “alteridade interna radical”.

4

O que é ser mulher para você? Entre o narcisismo e o Édipo

Sem querer não, porque da J., mais velha, foi na época daquela pílula de farinha.

(Sônia, entrevista 1)

4.1.

Sônia, Marta e Elisa – Entrevistas

4.1.1.

– Sônia

Sônia tem 38 anos, três filhas e dois netos. Nossos contatos por telefone foram confusos, Sônia parecia sem paciência comigo e com minha dificuldade de entender as indicações para chegar a sua casa. Provavelmente uma descrença sobre a relevância de sua história para nossa pesquisa e sobre o nosso interesse por ela. “E que estudo era esse?” Em um primeiro contato ela parecia querer entender melhor o que queríamos dela, porque havia sido procurada e o que teria de tão interessante em sua vida que me fizesse estar ali.

Chegado o dia do nosso primeiro encontro, segui as referências fornecidas por ela: Beco do sambista, depois da igreja virar à direita. Chovia muito, cheguei até a igreja, virei à direita e não consegui encontrar o beco do sambista. Pedi informações, mas ninguém sabia onde ficava essa rua, nem mesmo quem era a pessoa que eu estava procurando. Houve algumas tentativas de contato por telefone, mas ela não atendia as chamadas. Sem sucesso na procura pelo endereço, fui embora.

No mesmo dia, continuei tentando contato telefônico e, algumas horas mais tarde, conseguimos conversar. Sônia disse que havia passado à tarde em casa e que não entendia o motivo da minha ausência. Expliquei que não havia encontrado o endereço e comentei sobre as minhas tentativas de contato pelo telefone, infelizmente sem sucesso. Nessa conversa me dei conta de que estávamos frente a frente, eu, a mulher universitária e branca da zona sul incapaz de compreender algumas indicações de endereço, e ela a mulher da favela que ficara em casa aguardando sem entender o que queríamos dela. Nessa ligação, apesar dos testes que parecia me fazer passar para provar o meu interesse em escutar sua história, Sônia se disponibilizou a marcar um novo encontro.

Dois dias depois eu estava lá, na mesma igreja que servia de ponto de referência para chegar a sua casa. Dessa vez, Sônia, talvez um pouco mais satisfeita com a minha persistência, pediu para que sua filha me encontrasse no caminho. Uma menina muito bonita que não dirigiu sequer uma palavra a mim, provavelmente numa tentativa de não incomodar e, ao mesmo tempo, numa aparente falta de vontade de ser simpática. Andamos um pouco, ela bastante apressada na frente e eu atrás acompanhando seu passo, viramos algumas curvas nas estreitas ruelas e chegamos à casa de Sônia.

Era uma casa muito pequena, um cômodo dividido em três – quarto, banheiro e cozinha, onde moravam Sônia, suas três filhas (12, 17 e 22 anos), dois netos (uma menina de três e um menino de sete anos) e seus gatos. Um espaço sem janelas ou iluminação natural, um pouco sujo e onde se podia ver baratas nas paredes.

Quando cheguei, Sônia me cumprimentou sentada na cadeira, puxou um banquinho para que eu pudesse acompanhá-la de frente para o computador. Sentamos numa mesa que ficava no canto da cozinha, sua filha de 17 anos e a neta estavam no quarto assistindo à televisão. Ela bem desconfiada com a minha presença e eu na busca por deixá-la à vontade, mas sempre com a sensação de que estava incomodando. Antes de começar a gravar, expliquei um pouco melhor o objetivo da pesquisa, lemos juntas o termo de consentimento e foi sinalizado que ela poderia interromper a entrevista a qualquer momento, caso não se sentisse à vontade.

Depois de começada a entrevista, Sônia parecia estar um pouco mais a vontade, percebendo que meu interesse estava em apenas ouvir sua história, ela pareceu mais receptiva com a minha presença. A primeira pergunta e única prevista para a entrevista era: “O que é ser mulher para você?”. Pergunta que Sônia escutou e respondeu sorrindo:

Mulher pra mim é ser tudo, né. É ser guerreira, é ser mãe, ser pai, ser irmã, ser amiga. Mulher é isso, é a força, é o que mantém o mundo girando. Mulher... mulher é mulher, né? Embora eles falem que seja o sexo frágil, mas eu acho que é o pilar de tudo... Porque eu sou mãe solteira, né. Então eu, eu que levo a minha casa, levo as minhas filhas, agora os meus netos.

Ser mulher é ser forte e ser forte está ligado a ser mãe e solteira para Sônia. O fato de ser solteira é enfatizado por ela em diversos momentos. Sônia

tem avó, tias e mãe que se separaram e criaram seus filhos sozinhas. Por suas falas temos a nítida impressão de que esse é um tema comentado não como fracasso, mas como motivo de vitória e símbolo da mulher fortalecida. E Sônia se apresenta assim, como uma mulher de história de vida difícil, solitária, porém forte.

Minhas tias foram mães solteiras. A grande maioria assim, daqui das pessoas que me cercam. A casa era comandada por mulheres, começando pela minha avó que ela era casada com meu avô, mas aí eles separaram e ela ficou por conta da, tomando conta da casa sozinha. E eram sete... acho que ela tinha sete filhos, eram quatro mulheres, não sei, é, e três homens. Então ela ficou tomando conta daquilo tudo e você sabe que pra criar filho em comunidade não é fácil.

Quando tinha 15 anos, Sônia engravidou de sua primeira filha, uma gravidez não programada que veio, segundo ela, promover muito amadurecimento. Sônia comenta que foi uma criança sozinha e que não queria passar a vida da mesma forma, por isso, apesar de não programada, a gravidez a ajudou. Essa gravidez se deu a partir de uma relação casual, sem vínculos, o pai da criança não registrou e nunca participou da vida da menina. Como trabalhava muito e não tinha o apoio do pai, sua filha foi criada e vivia bastante tempo com a avó, mãe de Sônia, o que era sentido por ela como uma perda da filha.

Diante de tal fato, Sônia decide ter mais um filho, sentia que sua filha mais velha já não era dela e, como não queria viver sozinha, outro filho passa a ser desejado. Nesse momento, Sônia se relacionava com um homem, a princípio um namorado firme, mas que com o tempo descobriu-se que era casado. O desejo por ter um filho nessa altura não foi compartilhado pelo pai da criança, então ela decidiu que queria e, como disse: “teve ela numa boa, sozinha”. Apesar de comprometido com outra mulher, o pai registrou a criança, mais uma menina.

Alguns anos depois, vivendo um relacionamento mais sério, uma união apaixonada de dois anos, Sônia engravidou de sua terceira filha. No entanto, apesar de ser fruto de uma relação mais estável, a filha mais nova, assim como a primeira, não foi planejada.

De acordo com Sônia, cada gravidez se deu em um momento diferente e por motivos distintos. A gravidez de sua filha mais velha ocorreu quando ela tomava pílula, a pílula de farinha. Que por ser de farinha não conseguiu evitar a gravidez. Na segunda, única gravidez dita desejada realmente, Sônia tirou o DIU que usava para poder engravidar. E a terceira gravidez foi “sem querer”, o casal

usava preservativo na tentativa de evitar, mas houve um “deslize”. Sônia conta que teve outras gravidezes, mas que optou pelo aborto, não desejava aquelas crianças, como comenta: “teve apenas os filhos que quis”.

Ser mãe pra mim foi maravilhoso, cara. Contato com um serzinho, você vê aquela coisinha crescer. Agora, a gravidez da segunda foi mais curtida, né, porque, assim, do início ao final foi tudo muito planejado, foi tudo assim, de comprar roupinha, de preparar enxoval, coisas que eu não podia fazer pra mais velha porque eu não estava trabalhando, né. Minha mãe tentou me ajudar no que foi possível. Aí, quando ela nasceu foi um bebê lindo, um bebê forte, um bebê gordo. Nossa, que bebê lindo era aquele. Aí hoje é esse monstro aí, sabe? A J. também. A J. nasceu igual àqueles cachorrinhos assim cheios de [interrupção].

Sônia pontua, ao longo da entrevista, de forma bem clara, que gostaria de ter uma companhia e que os filhos teriam esse objetivo. As gravidezes, mesmo as não planejadas, são bem recebidas, uma vez que podem oferecer para ela um preenchimento, podem suprir algo que lhe faltava.

No entanto, mesmo desejando tanto ser mãe, ela comenta que agora se arrepende. O crescimento das filhas e o contato com o entorno tornam a vida mais difícil e trabalhosa, quando crescem passam a dar trabalho, não fazem mais só o que ela manda. Sônia comenta que imaginava que as filhas fossem ser suas amigas quando crescessem, algo que segundo ela não se realiza.

A gente, sei lá, a gente... eu não sei. Eu sempre quis muito ser mãe. Hoje eu me arrependo [pausa curta] muito. Eu não sabia que eu ia me arrepender tanto de ser mãe. Porque, como eu falei, lidar com outro é muito difícil, filho você até leva, mas eles crescem, eles convivem com a sociedade, eles criam outra mente, sabe? (...) Quando elas eram pequenas e precisavam de mim, eu tava ali. Hoje elas sabem andar, sabem comer, sabem falar, sabem dizer o que sentem. Eu acho que elas, eu deixei mais elas na, como é que fala? Mais na, elas são mais independentes hoje. Diferente da minha relação que eu tenho com meus gatos que eles são tudo pra mim, eles precisam de mim, é diferente hoje em dia. Elas falam que eu dou mais atenção a eles do que a elas.

Sônia parece acreditar que eu queira escutar uma história bonita sobre maternidade e o afeto com as filhas e comenta que não é o tipo de mãe que “sangra e vive pelos filhos”, por isso não teria uma “boa história para contar”. Segundo ela mesma diz, foi uma mãe presente quando suas filhas eram pequenas, mas agora que estão crescidas, que já sabem fazer suas coisas sozinhas, ela não oferece tanta atenção. Decepciona-se com as filhas e com a maneira como se comportam, agora que já possuem autonomia. Junto com a queixa sobre o

comportamento das filhas, Sônia comenta que é “depressiva-compulsiva” e que tem “uns TOCS”. Sofre com sua atual condição e conta que faz análise há 10 anos em busca de apoio.

Sobre sua infância e a relação com seus pais, Sônia queixa-se da ausência da mãe quando era criança. Sua mãe era solteira e trabalhava fora. Sem ter com quem contar por parte da família, ela deixava os filhos com outras pessoas, ao que parece, pouco conhecidas. Sônia comenta que sempre quis ser uma mãe diferente para suas filhas, que não entendia a maneira da mãe de cuidar e sua ausência. Sua mãe é uma pessoa sem estudo que teve que “buscar trabalho onde podia”, o que a deixava muito ausente. Sônia comenta que só pôde compreender a ausência da mãe quando ficou mais velha, diz que passa a entender a dificuldade que era cuidar dos filhos em uma comunidade. No entanto, apesar de mostrar compreensão com a mãe e uma admiração por sua vida, as falas de solidão e queixa da ausência da mãe são constantes. Sônia comenta que é a “menina da mãe”, filha do meio de três e única menina.

Sobre seu pai, as falas são muito escassas, e o espaço oferecido para contar sobre ele é quase nulo. Sônia comenta que não foi registrada pelo pai. O pai procura fazer contato antes de morrer, mas ela se diz ressentida por nunca ter sido assumida, por ele ter “escondido os filhos do mundo”. No entanto, apesar de rejeitar a procura do pai, ela hoje está tentando o reconhecimento da paternidade para ter o nome do pai em sua certidão, o que ela comenta ser só “por uma questão de nome e não de afeto”. Faz questão de enfatizar que o pai não fez falta na sua vida, que a mãe oferecia tudo e que nada faltava, mesmo em um período em que passaram fome.

É curioso observar como Sônia sente a falta da mãe, mas diz compreender sua ausência, comenta que ela não deixava faltar nada, mesmo num período em que passaram fome, que podemos supor ter sido o período de mais falta na sua vida. Passar fome é faltar tudo, mas ela faz questão de afirmar que não faltava nada, mesmo neste momento. Seria essa uma negação da falta promovida pela mãe e pelo pai? Um olhar idealizado pela mãe que não lhe permite queixar-se sem tentar reparar logo em seguida? Mesmo na ausência, a mãe é retratada como aquela que estava ali o tempo todo.

Sua relação com as mulheres da família é forte e presente na entrevista. Ela comenta sobre a repetição que encontra na história dessas mulheres, todas

mães solteiras, e aponta para o que sua filha faz e vive como um prolongamento desse movimento, ao mesmo tempo em que critica sua maternagem, com muita intensidade:

Eu convivo com três mães, assim, somos três mães aqui dentro. Minha mãe, que é minha vizinha, eu que sou filha dela e mãe das meninas, e a minha filha que é mãe dos meus netos, né. Então somos três tipos de mãe bem diferente umas das outras. E esse tipo de mãe que minha filha se tornou é um tipo de mãe que me decepciona muito.

Apesar da crítica que Sônia faz ao comportamento de suas filhas, é possível observar sua história sendo repetida. A filha mais velha de Sônia teve seu primeiro filho com 15 anos, também é mãe solteira e vive com a mãe e seus dois filhos. A filha do meio teve uma gravidez aos 15 anos, que não foi levada adiante por uma intervenção de Sônia.

A filha do meio de Sônia contou para a mãe que estava grávida depois de certo tempo de gestação. Sônia comenta que a filha disse estar com um número de semanas, mas estava com um pouco mais, o suficiente para colocá-la em risco ao fazer o aborto. Sônia conta que a filha não desejava a criança, mas que depois do procedimento teria dito que queria o bebê. Foi Sônia que a levou para interromper a gravidez, aparentemente ela não gostaria que sua filha levasse essa gravidez adiante. Sônia nos transmite a ideia de que ela queria mais esse aborto do que sua filha e que por isso a menina a culpava até hoje pelo ocorrido. Sônia se sente mal pelo que houve quando vê que sua filha correu riscos durante o processo.

Hoje Sônia busca retomar um pouco a vida que “perdeu” cuidando das filhas. Decidiu recentemente parar de trabalhar e retomar os estudos, um desejo antigo que voltou à tona quando sua mãe decide retomar seus estudos. Ela comenta que por ter tido filhos cedo perdeu muito tempo de sua vida e ficou impossibilitada de seguir adiante com o que era para si. Ressalta que esse movimento surge na busca por “começar a viver” e para “subir mais um degrau na vida”. Para que tudo isso fosse possível, Sônia colocou os pais de suas filhas na justiça e com o que eles pagariam de pensão ela poderia sustentar as meninas.

Sônia não quer mais ter filhos, diz que “tomou trauma” de gravidez e que não entende as mulheres que ainda engravidam. Comenta que nunca mais quer pensar nisso e que para evitar fez a laqueadura depois do nascimento da sua

última filha. Nenhum método contraceptivo era suficiente para ela, e a laqueadura seria a solução já que, como comenta, ficar sem ter relações não seria possível.

É, porque remédio você esquece, camisinha fura, e o DIU me incomodava muito porque eu ficava muito tempo menstruada, então, assim, nada pra me prejudicar mais. Então. Que a gente não vai ficar sem, a gente vai ficar sem fazer as coisinhas? Não fica. Ainda mais eu que tenho um fogo do caramba.

Sobre sua vida amorosa, Sônia diz que namora, o namorado é “um feinho aí”. Namoro que vive da porta para fora, que não permite que entre em sua casa. Comenta que ali ela é mãe das meninas e que quer um namoro que não interfira na sua vida familiar, profissional ou nos seus estudos. Quer ser cuidada e não cuidar de mais ninguém. Um homem para Sônia funciona como um bebê, ela teria que fazer tudo por ele: “viver com homens é muito difícil, mais fácil se relacionar com os filhos”. Os homens vêm de outra cultura e viver junto não é possível – “eu não tenho homem aqui dentro, só o neto, né. Mas tá começando agora. Mulher pra mim é um universo, é tudo. Elas não têm nenhuma referência masculina aqui nessa casa”, diz Sônia.

Ao final da entrevista, Sônia, agora muito mais confortável com a minha presença, comenta que não sabe se aquilo tudo que contou pode me ajudar em alguma coisa, quase repetindo que não teria nada a me oferecer. E diz que como sou de uma instituição católica as coisas que falou não serviriam para pensar sobre ser mãe. Respondo que realmente fazia parte da PUC, que era uma instituição católica, mas que minha pesquisa não tinha nenhum cunho religioso e que ela não precisava se preocupar, porque tudo o que eu queria era ouvir sua história.

4.1.2. – Marta

Marta é uma mulher negra, alta e muito bonita, tem 46 anos e seis filhos, entre 27 e 6 anos. Já no nosso primeiro contato telefônico, Marta demonstrou ser uma pessoa muito tímida; sem questionar muito qual era a proposta e o meu objetivo, se colocou bastante disponível para a entrevista. No dia combinado, já perto de sua casa, pedi informações para alguns meninos que jogavam bola. Um menino de nove anos, muito esperto e simpático, prontamente me atendeu e se apresentou como sendo filho de Marta. Ele fez questão de me acompanhar até a

porta de sua casa se assegurando de que eu não me perderia. Esperei do lado de fora enquanto ele entrava e avisava a mãe sobre minha chegada.

Eles moram em uma casa bonita e espaçosa, bem no alto do morro. O lugar era muito limpo e bem cuidado, arejado e claro, com algumas plantas que enfeitavam a casa. Marta me convida para sentar e pede para que o filho nos deixe a sós. Sentamos em um sofá de frente para duas janelas bem iluminadas de onde avistávamos o bairro de Botafogo e o cemitério São João Batista.

Marta parecia sem jeito, queria agradar e responder o mais “corretamente” possível. Comentei, antes de começar a gravar, que aquela era uma conversa informal, que não existia certo e errado e que eu estava ali para escutar sua história. Lemos o termo de consentimento juntas e, em seguida, assim como na primeira entrevista, expliquei que, se ela se sentisse incomodada, poderíamos interromper a qualquer momento. Apesar da presença forte, pela altura e beleza, Marta transmitia um ar indefeso, frágil e sem vitalidade. Parecia um pouco triste, respondia com delicadeza, mas sempre com frases curtas e sem muito desenvolvimento.

À primeira pergunta da entrevista, “o que é ser mulher para você?”, ela responde: “Ah, ser mulher é uma dádiva de Deus, não tem nem explicação ser mulher”. E logo em seguida comenta sobre suas tarefas diárias como mãe, do estresse do dia a dia e da sua vida. Para Marta ser mulher é uma dádiva, mas as atribuições ligadas a esse lugar são muito árduas, principalmente ser mãe.

Marta é solteira, separada do ex-marido com quem viveu 20 anos e teve cinco filhos. Sua vida de mulher é muito cansativa, seu ex-marido nunca participou das tarefas de casa ou do cuidado com os filhos. Para ela o distanciamento do marido, mesmo enquanto eram casados, está ligado ao fato de que ele a traía.

Marta traz à tona, em muitos momentos da entrevista, a vida que teve com o ex-marido. O casamento foi intenso e marcou sua história com situações extremamente difíceis. Marta descobriu uma traição quando estava grávida de seu penúltimo filho. Essa relação extraconjugal durou 10 anos e a fez sofrer muito. Houve diversas brigas com o ex-marido, situações em que ele a colocou para fora de casa, brigas físicas com a amante e grande exposição na comunidade. Ela enfatiza que viveu muita humilhação e que virou “chacota” no morro.

A relação com o marido era aparentemente de muita submissão. Na última e definitiva separação, o marido a abandona grávida e sai de casa com a amante esperando na porta. Ao mesmo tempo em que se queixa imensamente dos sofrimentos que passou, diz que, se o ex-marido mudasse sua maneira de ser e se fosse “da vontade de Deus”, ela reataria a relação. Nesse triângulo amoroso que durou 10 anos, havia também uma forte inveja da amante, algo que seria dirigido a ela como mulher, a moça queria ter tudo o que ela tinha, “até a porta da casa ela teria colocado igual”.

Seus dois últimos filhos, já gerados durante essa relação extraconjugal, não foram bem recebidos pelo pai. Ele a levou para abortar os bebês, mas como comenta, foram “fortes e resistiram”, “graças ao amor que ela tinha por eles”. Sua última gravidez, sua tão aguardada menina, foi muito difícil, o ex-marido a levou três vezes para “tirar” a criança, que acabou nascendo prematura. Marta comenta que essas tentativas de aborto a deixaram infértil, complicações dessa última gravidez a impossibilitam de ter mais filhos.

Ah, do meu menino também, que vai fazer nove anos, ele também comprou Citotec pra *mim* abortar, tá entendendo? Aí eu tomei, porque eu já sabia que ele *tava* com a mulher, aí eu tomei o Citotec, mas não desceu, porque ele me obrigou a tomar e eu tomei. Tomei já *tava* desgostosa mesmo, ele *tava* com a mulher. Aí o menino nasceu bem, ele falou que o menino não era dele. Hoje em dia o menino é a cara dele. A menina também nasceu, tá entendendo? Ele viu que era dele, mas ele falava que não era dele.

Seu primeiro filho, hoje com 27 anos, é fruto de uma relação curta de adolescência. Marta casou-se, a pedido de seu próprio pai, mas a relação só durou até que o filho completasse três meses. Seu primeiro marido usava drogas, era um pai ausente e não contribuía em nada. Sua sogra a acolheu e ajudou oferecendo moradia durante um período, tinha um carinho grande pelo neto e queria ajudá-la. Marta, por outro lado, fazia faxina na casa em troca de dinheiro e auxiliava a sogra nos cuidados com seu marido, um senhor de idade que tinha sofrido um derrame.

Quando questionada, Marta diz que não desejou nenhuma das gravidezes. As gravidezes aconteceram por deslize ou enquanto ela tomava pílula como método contraceptivo, mais uma vez a “pílula de farinha”. Uma única gravidez ocorreu no intervalo entre um método e outro, quando interrompeu o uso da

injeção. Hoje a ideia de ter mais um filho é muito rechaçada por Marta, ela comenta que seria capaz de se matar caso engravidasse novamente. Diz que não nasceu para ser mãe, gosta da liberdade e cuidar dos filhos a teria privado de viver.

De forma bem passiva, Marta comenta que as gravidezes ocorreram porque o marido a queria em casa cuidando dos filhos. Segundo ela, ao ter que cuidar das crianças não teria tempo para olhar para ele ou para tomar conta de suas traições. Seria o marido então o responsável por engravidá-la, sem que ela tivesse participação ativa, sem a possibilidade de decidir ou opinar sobre o que desejava de sua vida – “Ah, eu penso assim, que de repente o pai, né, pensou bem assim: ‘bom, ela com filho não vai ter como ela ficar me vigiando, andando atrás de mim, porque ela vai ter que ficar tomando conta dos filhos’. Foi isso que ele deve quis fazer”.

A rede que se forma ao redor da mulher grávida é muito importante para Marta. Quando comenta sobre as gravidezes, aponta para a importância desse movimento ao seu redor. O estar grávida parece surgir para ela como um momento importante e de reconhecimento. Martha relata que apesar de vivenciar gravidezes infelizes pela relação com o companheiro, essa infelicidade era compensada por um cuidado oferecido por essa rede de apoio que se constituía ao seu redor:

Ah, é aquela coisa, é isso aí, ah, dizia que sabe... Quando descobre que tá grávida, aí já começa a fazer planos, que vai ser, se é menino ou menina, comprar roupinha e aquele negócio de chá de bebê, aquelas coisas todas de mulher... Ah, as pessoas ajudavam, né? Essa gravidez mesmo do meu menino, eu trabalhava lá em Laranjeiras na época, aí todo mundo fez chá de bebê, todo mundo ajudou... É porque aí compensava o sofrimento que eu passava, que eu tava passando.

Sobre sua família e infância, Marta comenta, bastante emocionada, que perdeu o pai cinco meses antes da entrevista. Diferentemente do que escutamos sobre as demais figuras masculinas, seu pai era uma pessoa presente que a auxiliava muito. Ele contribuía provendo coisas para os seus filhos e, de alguma maneira, ajudou dando conta do que seu ex-marido não oferecia como pai. Sua fala é constantemente de comparação entre seu pai, alguém sempre presente, e o pai de seus filhos, uma pessoa ausente de qualquer responsabilidade.

A relação forte e presente com o pai deixa apagado o vínculo de Marta com sua mãe. Ela relata que uma de suas irmãs maltratava o pai e que a mãe defendia essa irmã, isso a deixava muito enfurecida e ressentida com a mãe. Ao contar sobre essa situação entre a irmã e o pai, Marta comete um ato falho e ao invés de dizer que o pai estava doente, acamado, fala que estava “grávido”. Podemos, diante da ligação entre as palavras “doente”, “acamado” e “grávido”, refletir sobre a hipótese de que para Marta um dos possíveis significados da gravidez seja o adoecimento, algo que a impediria de viver sua vida e a deixaria submetida a uma posição passiva.

Aparentemente a relação de Marta com sua mãe é distante, ela é retratada como alguém que transmite pouco afeto e que privilegia as irmãs e os filhos delas. A mãe de Marta só aparece na ausência do ex-marido. Quando a relação das duas é trazida à tona, a entrevistada termina sua fala lembrando-se da omissão do pai dos seus filhos:

Não, assim, com a minha mãe eu até deixava, assim, o menino, o menino não, as crianças na casa dela, porque eu tinha que trabalhar. Aí eu *tava* grávida do menino, aí eu tinha que deixar as crianças na casa dela, os *menor*. Porque eu só chegava à noite, eu largava às seis horas do trabalho, eu pegava nove e largava às seis horas. Aí ele, ele em vez de vir pra casa tomar conta das crianças, ele ficava na casa da mulher e a mulher não deixava ele subir pra tomar conta das crianças, aí pra *mim* não perder o emprego, tinha que deixar na minha mãe as *criança* e ir pro emprego.

Marta teve cinco irmãos, quatro mulheres e um homem. O único irmão de Marta “sumiu no mundo”, é uma pessoa que a família não tem mais contato e não sabe se está vivo. Uma das irmãs morreu assassinada quando trabalhava na “associação” – entendemos durante a entrevista que ela trabalhava para a associação de moradores, mas esse ponto não ficou esclarecido. Marta conta que elas eram muito próximas, se ajudavam muito e pareciam cuidar uma da outra. A fala sobre a irmã é motivo de tristeza ao longo da entrevista. Marta viveu intensamente a perda de um bebê dessa irmã, conta que a criança nasceu aos oito meses de gravidez no banheiro de casa. A irmã teve rubéola e a febre teria “cozinhado a criança”, que nasceu morta.

Uma das poucas lembranças de infância relatadas durante a entrevista é a de um acidente que sofreu. Marta caiu em uma vala e um pedaço de vidro a atingiu causando um corte muito grande na perna. A marca enorme de 32 pontos é

mostrada como parte de sua história de menina “muito levada”. A segunda lembrança trazida é a de seu primeiro presente de aniversário: um boneco “Para Pedro” que ela ganhou na rádio Globo, quando foi levada por sua mãe para uma visita. Marta conta que faz aniversário junto com a rádio e que na ocasião da visita ela ganhou o boneco de presente, foi seu primeiro presente de aniversário, aos 10 anos de idade.

Marta parece ser uma mulher triste e sentida com as experiências difíceis que viveu. No seu relato deixa transparecer um movimento bastante passivo diante da vida e dos acontecimentos, mas por outro lado potente e forte ao sustentar aquilo que a vida lhe traz. O trabalho que os filhos dão e o cuidado com eles é hoje sua luta. Sozinha, sem o ex-marido e o pai que muito lhe ajudava, ela tenta dar conta das crianças. Ao final da entrevista ela se despede de mim muito agradecida e feliz com o encontro, dizendo que já estava quase na hora da sua terapia. Tento investigar um pouco sobre isso e ela conta que faz uma “terapia do amor” na igreja, uma terapia de grupo que, pelo sorriso dela, parece ter bons efeitos.

4.1.3. – Elisa

Elisa foi a entrevistada mais receptiva que tivemos. Desde o início estava muito empolgada com o encontro e com a ideia de ter alguém interessado em sua vida. E foi a única que preferiu ser entrevistada fora de casa, no trabalho. Cheguei ao trabalho de Elisa um pouco cedo e a encontrei descendo para fumar um cigarro e tirar uns minutos de descanso. Disponibilizei-me a aguardá-la e 30 minutos depois começamos nossa conversa.

Fizemos a entrevista num espaço aberto, na biblioteca onde trabalha; outras pessoas, não muitas, circulavam pelo espaço. A princípio acreditei que um espaço público como aquele pudesse ser motivo de vergonha e acanhamento nas falas, mas não foi o que aconteceu. Ela estava muito à vontade naquele lugar e com a minha presença.

Elisa tem uma relação intensa com as mulheres de sua família, o que aparece constantemente em suas falas e pontuações. Sua resposta a minha pergunta sobre o que era ser mulher, foi a que utilizamos no primeiro capítulo

deste trabalho. Elisa apresenta uma forte ligação com a questão do feminino, um reconhecimento do ser mulher, uma grande admiração pelas mulheres ao seu redor e pelas meninas que gerou, para quem espera ser exemplo. Comenta que sua admiração passa pelo caráter, honestidade e diálogo que identifica nessas figuras:

Eu acho que ser mulher é você se aceitar, porque tem mulheres que queriam ser homens, se aceitar como mulher, é ser, ser responsável por si, correr atrás do que você quer, nada contra quem corra atrás de outra forma, mas, assim, pra, eu tenho o exemplo de mulheres lindas na minha família então, assim, eu tento meio que me espelhar nelas, então assim, é você correr atrás, é você se respeitar, você se respeitando, você respeita o próximo, tanto opinião quanto o seu corpo. Ser mulher é maravilhoso. Assim, poder gerar outra vida, eu já gerei três. Parei, mas gerei três vidas e também nessas três vidas incluí novamente duas mulheres, então, assim, uma sequência que vem pra continuar. E quero que elas tenham também esse orgulho de ser mulher. Entendeu?

Na família de Elisa, assim como nas outras entrevistas, a experiência de ser mãe solteira se repete com todas as mulheres, avó, mãe, tias e primas. Sua avó foi “abandonada” pelo avô e teve que cuidar sozinha de seis filhos. Sua mãe também se separou de seu pai e cuidou sozinha dos dois filhos. E agora Elisa que tem três filhos (7, 5 e 2 anos) cuida deles quase sem o auxílio dos pais.

Sua primeira gravidez aconteceu quando ela tinha 21 anos. Elisa namorava o pai da criança e, depois de terminado o namoro, por um deslize, eles engravidaram. R. nunca foi assumida pelo pai que, em um primeiro momento, não aceitou que a filha fosse sua. Elisa conta que o rapaz era menor de idade e por isso precisaria da autorização de sua mãe para registrar o bebê, o que, pela dúvida sobre a paternidade, não foi permitido. Nesse momento, comenta que foram as mulheres de sua família que ao seu lado reconheceram a gravidez, assumiram e ajudaram com o bebê.

Hoje Elisa luta na justiça para que a filha seja registrada e com isso receba pensão alimentícia. Comenta que se for preciso realizar o teste de paternidade para que as duas possam ter esse auxílio, ele será feito. Ao mesmo tempo, esboça um ciúme com a possibilidade de uma aproximação maior do pai, diz que a filha é dela e que, sendo uma pessoa “possessiva”, exige que ele contribua para “desfrutar do que é dela”.

Ainda grávida de R., Elisa começou a namorar outro rapaz, que aceitou e acompanhou a gravidez. Quando sua filha tinha um ano e três meses, ela engravidou novamente. Eles, que até esse momento eram namorados, decidem

morar juntos e assumir a família. A relação que parecia ir muito bem se desestabiliza quando Elisa, aos oito meses de gravidez, descobre uma traição do marido. O casal tem uma briga feia e Elisa passa mal. Sendo levada ao hospital, ela tem o bebê dois dias depois em uma cesárea.

Nesse momento, Elisa se separa do marido, separação que dura apenas quatro meses. Ela se refere a este companheiro como uma pessoa que foi importante, assumiu sua primeira filha que o chamava de pai e ofereceu uma relação aparentemente mais estável.

Quando sua segunda filha tinha pouco mais de um ano, o casal tem uma nova briga, dessa vez definitiva. Elisa havia bebido e durante a discussão dá uma facada no peito do marido que chega a levar oito pontos. Com essa briga a separação se torna inevitável, mas o pai de sua filha, agora como ex-marido, continua participando financeiramente e presencialmente da vida delas.

Pouco tempo depois, quando as filhas já tinham alguma autonomia, Elisa sai para se divertir no carnaval e engravida de um amigo. A princípio ela não aceita a gravidez, esconde durante seis meses e decide fazer um aborto. Uma amiga a auxilia com o dinheiro e ela se prepara para abortar com o que chama de “curiosa”, no bairro do Jacaré. No entanto, no dia do aborto ela desiste, a possibilidade de ser um menino contribui para que a gravidez seja assumida. Seu amigo, o pai do bebê, nessa mesma época falece em um acidente de moto.

Com essa gravidez, o ex-marido, que até esse momento tinha uma boa relação com Elisa, deixa de falar com ela. Elisa comenta que ele sempre quis ter um filho menino para completar o que eles chamavam de “trio ternura” e que provavelmente a gravidez havia mexido com esse plano.

Elisa ficou muito tempo desempregada e precisou da ajuda das “mulheres da família”, a quem se refere tantas vezes. Hoje com 29 anos e três filhos pequenos, ela diz que não teria conseguido se não fosse a ajuda desse “coletivo” feminino. Comenta que deseja sair da casa onde mora com a mãe e o padrasto. Quer ser a mulher que seus exemplos foram e cuidar dos filhos sozinha, em sua própria casa – “preciso ser a mulher que elas foram um dia, chegou na minha vez agora de ser, assim... Eu preciso agora ser a mulher que elas foram e eu preciso ser também, dar uma continuidade pras minhas filhas, meu espaço, minha privacidade”.

Apesar de o desejo ser antigo, ela só consegue tomar essa decisão depois de uma grande briga com a mãe. Elisa havia saído com as amigas e demorou mais do que o combinado para voltar para casa; seu filho, que ainda mamava no seio, chorava com a avó. Elisa relata que a mãe a “xingou” bastante e deu um tapa na cara dela, desrespeitando a relação que tinham construído. Nessa briga Elisa desabafa para a mãe que é traumatizada por não ter sido criada ou registrada pelo pai – “por que você acha que só quem tem trauma é que é rico? Que não tem o que fazer? Eu também fico me perguntando: por que meu pai registrou meu irmão e não me registrou? Se a gente é filho do mesmo pai...”.

Seus pais se separaram antes de ela nascer, depois que sua mãe, grávida, descobriu uma traição. Situação muito similar a que ocorreu com ela quando estava grávida de sua segunda filha. O pai, que havia registrado o irmão mais velho, não fez o mesmo com Elisa. Essa possibilidade de registro aconteceu quando tinha 21 anos, ela foi procurada pelo pai que queria registrá-la, mas o rejeitou. Demonstra muita amargura com o pai e rejeita a possibilidade de se aproximar.

Durante a infância, sua mãe simulava que o pai dava presentes para eles. A mãe trabalhava numa loja de departamentos, comprava as coisas e dizia que o pai havia mandado. Durante um tempo, diante das “ilusões” que a mãe criava, ela diz ter acreditado e sentido o pai como um herói. Mesmo com essas tentativas de aproximação da mãe, o pai era uma pessoa ausente, principalmente com Elisa. Ela comenta que ele ligava para o irmão, mas não ligava para ela. Não frequentava datas festivas da escola ou aniversários. Dois aniversários são lembrados por ela, os únicos que o pai esteve presente.

Elisa fala de um irmão privilegiado em relação a ela. Comenta que o pai era mais próximo do irmão e que sua mãe tinha uma conexão diferente com ele, ela sentia que não tinha um lugar especial para nenhum dos dois. Segundo Elisa, a relação com sua mãe não era tão fácil, as duas teriam muitas desavenças, já que ela é uma pessoa que “diz o que pensa”.

No entanto, apesar de sentir uma predileção da mãe pelo irmão, demonstra em suas falas um carinho e uma ligação muito forte com a mãe. Comenta que sua mãe é as suas pernas e que sempre a apoiou em tudo. Assim como sua avó e tias, a mãe é parte essencial de uma rede de cuidados oferecida na família:

Em tudo. Em tudo. Ela é minhas pernas. Eu sei que ela vai tomar um baque, assim, quando ela *ver* que eu saí mesmo vai ser, sabe, um susto assim pra ela. Mas um dia foi um susto também pra minha avó ela sair. E ela seguiu a vida dela. E eu preciso seguir a minha.

Em relação às gravidezes, Elisa comenta que a primeira e a terceira gestações ocorreram por descuido. Ela não havia planejado, mas não se preveniu. A segunda gravidez, única que veio a partir de uma relação mais estável, também não foi planejada, mas, diferentemente das demais, ela responsabiliza o método utilizado pela gestação. Elisa conta que estava tomando pílula, que por ser de farinha, não teria conseguido prevenir a gravidez. Comenta que era bem regulada com o anticoncepcional, mas que por sua composição ineficaz engravidou.

Hoje, depois de três gravidezes não planejadas, por um medo de si mesma e das “loucuras” que cometeu, Elisa faz parte do grupo de planejamento familiar oferecido pelo polo de saúde para ter acesso à laqueadura. Diz que não confia em si mesma e que esse procedimento é sua única e mais segura alternativa.

A ideia de ter mais filhos, assim como as outras entrevistadas, é bastante incômoda. Comenta que não deseja mais nenhum filho, que o fato de a mulher assumir todo o cuidado é muito penoso. Segundo Elisa, “a gente muda de pai, mas os filhos são nossos”. Quer ter novos parceiros, namorados e relações, mas não quer mais filhos e não quer mais ninguém em sua casa ou alterando sua vida e a das crianças:

Aí eu tenho vontade de fazer laqueadura. Eu falo se amanhã ou depois se eu tiver um marido eu não quero marido frustrado que eu não posso ter filho porque vai se decepcionar comigo que eu não vou dar fruto pra ele, quem quiser vai amar os meus e traga os seus. Mas eu não dou mais filho pra ninguém...

Assim como as outras entrevistadas, Elisa é bem clara ao dizer que não quer mais um marido que interfira em sua vida. Comenta que quer preservar a casa para os filhos e que namorados, apenas fora de casa:

Quero um namoradinho, curtir final de semana, viajar, jantar fora. Porque eu não quero tirar – eu não deixo a minha família tirar – não quero que ninguém tire a minha privacidade e a dos meus filhos, jamais. Um homem de cueca, enrolado em toalha na minha casa? Não aceito! Sabe?

Elisa conta que a mãe nunca foi aberta ao diálogo sobre sexualidade com ela e com o irmão e que gostaria de ser diferente com suas filhas. Quer informá-las bastante para que não repitam suas atitudes, tem uma preocupação grande com a imagem e mensagem que passa para os filhos e quer que eles tenham orgulho dela. Por isso seria honesta consigo mesma e com seu corpo, se referindo à possibilidade de uma prostituição, não “desejando” isso para si mesma e para o exemplo que oferece aos filhos.

Elisa demonstra estar muito honrada com a entrevista e feliz por perceber que sua história pode contribuir para uma pesquisa. Sempre gentil, ao final da entrevista, chega a dizer que, caso precisássemos de outro encontro ou tivéssemos dúvidas sobre o que relatou, poderíamos marcar ou nos falar ao telefone.

4.2.

O que nos contam as histórias de Sônia, Marta e Elisa?

Analisaremos, nesse momento, cinco pontos importantes observados nas entrevistas. Serão investigados dentro destes eixos/conteúdos que nos permitam compreender os processos subjetivos envolvidos nas histórias de vida de Sônia, Marta e Elisa: o primeiro deles foi apontado de forma clara durante as entrevistas – a relação entre o ser mulher e o ser mãe. É possível notar nos discursos coletados como o ser mulher vem acompanhado do lugar de mãe, da possibilidade de gestar um bebê e dos afazeres ligados a esse papel.

Outro eixo que nos chama a atenção é a idealização do objeto mãe. As entrevistadas enfatizam em diversos momentos o valor e a importância de suas mães e das mulheres da família em suas vidas. Essas figuras são retratadas com bastante ênfase e ocupam um lugar particular. Por outro lado, diferentemente do que observamos sobre a forma como são apresentadas as figuras femininas, os homens possuem um espaço marcante, porém inferiorizado. Quando aparecem estão, em sua maioria, relacionados à falta e ausência.

O quarto ponto investigado diz respeito ao lugar que a gravidez ocupa no discurso, referido aparentemente mais a uma questão narcísica do que de filiação. As gestações revelam conteúdos ligados a uma relação primordial, ao mesmo tempo em que são fonte de prazer e restituição narcísica. O quinto eixo apontado refere-se às gravidezes (in)desejadas. É possível observar, como um movimento

repetido no relato de cada uma das entrevistadas, gravidezes que ocorrem sem planejamento e acompanhadas de falas que denotam uma impossibilidade de contenção a partir de métodos contraceptivos falhos e deslizos do inconsciente.

4.2.1.

Ser mãe para ser mulher

As entrevistas previam uma única pergunta, “O que é ser mulher para você?”. De forma bastante enfática, as três entrevistadas nos disseram que ser mulher é algo maravilhoso e uma experiência inexplicável. Uma vivência permeada pelo feminino, por aquilo que só uma mulher pode fazer – gerar vidas. É possível considerar como um ponto forte nos discursos que o ser mulher se apresenta intimamente ligado ao ser mãe, ao ser como suas mães, à força e garra com que enfrentam a vida. A riqueza do ser mulher surge na potência de gerar vidas, ter filhos e se tornar mães.

Aprofundando um pouco mais o ponto observado, podemos recorrer ao que trabalhamos, não sem propósito, no primeiro capítulo da presente pesquisa sobre o percurso atravessado pela menina em direção à feminilidade. Freud ([1933/1932] 2006) comenta que esse é um processo trabalhoso e complexo, e, segundo Zalcberg (2003), um dos pontos fundamentais no desenvolvimento emocional da mulher é o efeito causado nela pela falta de um símbolo específico de seu sexo. Diante desta construção, Freud teoriza sobre as saídas que a mulher encontrará nesse processo. Uma das saídas, a principal teorizada pelo autor, está ligada à equação simbólica bebê/falo, que permite que a situação feminina se estabeleça de fato.

Nesse sentido, podemos acreditar que estamos diante de legítimas mulheres freudianas? Ser mãe é o que as torna mulher? É a possibilidade de contato mais próximo com o feminino? Nesses casos, para tornar-se mulher, é preciso tornar-se mãe?

Aparentemente, o tornar-se mulher está atrelado ao ser mãe; poder gestar uma vida é tratado não só como uma particularidade óbvia do corpo feminino, mas como parte fundante e dominante deste lugar. Pelas entrevistas, percebemos que ser mãe vem acompanhado de um lugar social e de um reconhecimento, proporciona uma experiência única na vida das mulheres e na sua relação com

suas mães, pais e companheiros. Apesar disso, talvez não seja tão rico para o nosso estudo encerrar tal observação na ideia de que ela compõe a equação freudiana e de que esse seria o seu destino. Acreditamos que as constantes gravidezes e a dificuldade clara em contê-las nos permitam ir mais longe nessa investigação.

O fato de observarmos nos discursos que o ser mulher está ligado também ao ser como suas mães e poder usufruir da força que apresentam na vida nos instiga a investigar a possibilidade de estarmos diante de um Édipo diferente do que seria o curso esperado na obra freudiana. Freud aponta para a saída bebê/falo como uma forma de a menina buscar na relação com o pai e, posteriormente, com outros homens aquilo que a mãe não pôde oferecer. A menina se dá conta de que a mãe não a beneficiou com um pênis e rompe o vínculo para poder se deslocar em direção ao pai na busca pelo que não foi oferecido a ela. Dessa forma, ao observar um discurso em que o ser mulher não está ligado apenas à possibilidade de ter filhos, mas também ao ser como suas mães, compreendemos que exista algo da relação pré-edípica que se apresenta de maneira fundamental e que merece ser investigado.

Regina Aragão (2011) comenta que o risco de retorno do laço primeiro com a mãe parece permanecer como uma sombra no psiquismo. Em sua trajetória a menina deverá renunciar a esse primeiro objeto de amor, no entanto, como pontuamos, essa não será uma tarefa simples, a relação primordial deixa marcas psíquicas. A autora relembra que Freud afirma não ser fácil ao sujeito abandonar uma posição libidinal, principalmente, o luto do apego à mãe que precisa ser feito pela menina antes da entrada no “porto seguro” da situação edipiana. Dessa forma, não restaria outra alternativa a não ser se identificar com a mãe “de dentro”. A identificação buscaria perpetuar o laço estabelecido com a primeira sedutora, ao mesmo tempo em que traz para a menina o testemunho da renúncia e da rejeição a esse primeiro objeto de amor.

4.2.2.

Idealização do objeto mãe e das figuras femininas

Nos discursos coletados observa-se claramente uma relação intensa com as mães, tias e irmãs – com as figuras femininas da família. É bastante evidente a

construção de um cenário ocupado predominantemente por mulheres, as casas e as famílias são gerenciadas por elas. Pode-se dizer que a organização familiar é em sua grande maioria matriarcal e carente de figuras masculinas. Quando contam suas histórias, há um retorno constante ao que suas avós, mães e tias viveram e uma enfática relação com a repetição que se perpetua ao longo das gerações: mulheres que cuidam de suas casas e filhos e que não possuem um apoio afetivo e financeiro dos homens. Observamos a imagem de pessoas muito fortalecidas, que assumem suas gravidezes e o cuidado com a família, mesmo contra a vontade de seus companheiros ou dos pais das crianças.

Eu tenho minha avó, tenho minha tia, tenho. Sabe? É um prédio onde mora a família toda. Primeiro andar mora duas tias, uma prima, minha avó. Aí no segundo mora minha tia com o esposo e os três filhos e em cima eu moro com minha mãe, as crianças e meu padrasto. Aí a laje que a minha mãe fez, reformou e virou uma pensão. Minha mãe trabalha por conta própria nessa pensão (Elisa, entrevista 3).

As citações constantes e a ênfase dada a essas relações, principalmente entre mães-filhas, nos fizeram recorrer mais uma vez a Freud. O autor enfatizou a importância da relação pré-edípica para a constituição psíquica da menina, bem como as consequências que frustrações decorrentes desta relação podem acarretar para seu futuro como mulher.

Como apontamos, o vínculo com a mãe revela-se para Freud ([1933/1932] 2006) o núcleo de uma neurose da filha. A menina no seu caminho em direção à feminilidade necessita cumprir tarefas mais árduas que o menino, como a mudança de um órgão masculino – clitóris/pênis para a descoberta de um prazer feminino – vagina, e a alternância de objeto de amor. Freud aponta para os impasses e atravessamentos que esse processo desencadeia no desenvolvimento emocional da mulher, como a descoberta da inferioridade do clitóris e o abandono da fantasia de uma mãe que a completa. O autor comenta que esse processo não é vivido de forma simples e que se dá sempre envolvendo certa hostilidade e ódio.

A menina enfrenta um grande desafio no seu processo de constituição ao deparar-se com a necessidade de abrir mão do vínculo de completude e amor incondicional com a mãe. Renunciar ao amor que pode tudo suprir e reconhecer a condição de sua mãe como ser castrado é fonte de muita passionalidade, ambivalência e sofrimento. Essa intensa relação deixa marcas que serão

determinantes no percurso menina-mulher-mãe. A relação pré-edípica ao mesmo tempo em que constitui a subjetividade pode aprisioná-la. A filha, envolvida na trama do que poderia ter vivido, mas que nunca foi possível, pode vir a passar o resto da vida impossibilitada de se separar, na busca por reparações.

Além da nítida valorização e ênfase nas figuras femininas da família, principalmente a mãe, é interessante notar como Sônia, Marta e Elisa queixam-se de uma impossibilidade de suas mães de oferecer uma presença afetiva mais forte. O trabalho é apontado como o principal motivo dessa ausência materna. As mães precisavam se ausentar dos cuidados com os filhos para poder trabalhar e assim prover os bens necessários para viver.

Por outro lado, é possível notar também que há uma dificuldade em manter a queixa em relação à falta materna, sendo essa queixa automaticamente seguida por um elogio ou por uma justificativa da ausência. As mães são retratadas como as responsáveis e únicas cuidadoras que puderam, a sua maneira, oferecer o que precisavam. Apresentam-se como pessoas fortes, que as criaram sem muito auxílio e que batalharam para proporcionar uma condição mínima de sobrevivência para os filhos. As mães são muito respeitadas e suas falhas são compensadas pela imagem de mulher guerreira que deu conta da vida. Alvo de muita admiração, essas mulheres não se “apagam” em momento algum no discurso e na relação.

Porque eu sempre tive, voltando lá na questão da família, a minha avó foi abandonada pelo meu avô. Meu avô deixou minha avó com seis filhos. E aí eu vi a garra da minha avó. E aí depois foi a minha mãe. Se separou do meu pai e também criou eu e meu irmão, mais uma vez. E hoje eu me vejo, eu sou mãe solteira também. E, assim, a garra das mulheres ainda continua, ainda permanece (Elisa, entrevista 3).

Eu achava que ela era muito ausente porque ela tinha que trabalhar. Minha mãe nunca teve estudo. Então ela tinha que pegar qualquer serviço. Eu tenho um estudo um pouquinho mais do que o dela que aí eu arrumei um emprego legal, aí eu vi que dava pra dar sustento pra, pro que eu queria dava. Entendeu? E minha mãe foi muito sofrida, eu nunca quis deixar as minhas filhas com, na mão dos outros porque eu sei como é ruim, nunca é como a mãe trata, sabe? Eu sentia muita falta da minha mãe. Naquela época eu não entendia não. Eu achava que ela era ausente porque ela queria ser. A gente cresce, a gente vê as dificuldades que é do dia a dia, né? O que ela teve que passar pra sustentar a gente. Hoje minha mãe é tudo na minha vida. Assim, aprendi muito com ela, aprendi muito com os erros dela. Entendeu? (...) Minha mãe quando podia estar com a gente ela supria a gente de tudo, nunca faltou nada, mesmo na dificuldade, assim que a gente passou fome na época. Ela *tava* ali pra gente o tempo todo (Sônia, entrevista 1).

Entendemos que há uma idealização do lugar materno, as mães ocupam um lugar preservado, fonte de muito investimento. Se há uma idealização, há um sujeito atrelado a um vínculo intenso com o objeto e uma dificuldade na separação que merece ser investigada. Idealizar refere-se ao narcisismo, à busca de uma completude como defesa contra a falta.

Garcia-Roza (1995) comenta que Freud abordará o conceito de idealização ao diferenciar o ego ideal do ideal do ego. Se apresentando em oposição à sublimação, a idealização é um processo que envolve o objeto sem modificar sua natureza, sem substituir um objeto sexual por outro não sexual. Savietto e Cardoso (2012) apontam que Green propõe o termo circuito idealizador. A formação deste circuito se dá entre o eu e o outro e é intrínseca à constituição do ego ideal. “Nesse circuito, o eu da criança é tomado como modelo de perfeição, isto é, como ideal, pelos pais e pela própria criança, assim como os pais o são pela criança” (2012, p.7).

De acordo com Savietto e Cardoso (2012), a idealização substitui a realidade pela realização absoluta do desejo, cria um estado em que a falta e o conflito estão ausentes. Para que se alcance o ideal do eu (instância pós-edípica), é preciso que o sujeito abra mão de um estado de onipotência primário, é fundamental que haja um trabalho de luto das idealizações ilusórias e absolutas do eu ideal (instância narcísica). Esse processo envolve o reconhecimento da impossibilidade de satisfação absoluta, da necessidade de se tolerar a frustração e, conseqüentemente, o reconhecimento do objeto em seu lugar de alteridade. A idealização surge como um recurso que nega a ausência do outro e da satisfação plena.

A idealização mantém o objeto numa posição “exterior”, o sujeito não é capaz de internalizar, introjetar o objeto como parte do ego. O objeto é superinvestido, a idealização invade o campo psíquico, de forma que o ego renuncia a sua libido narcísica, concentrando os investimentos num objeto “exterior” e alienante (Savietto & Cardoso, 2012).

Notamos, assim que, na árdua trajetória da separação mãe-filha, a mãe pode vir a ocupar um lugar idealizado, quando o processo vive atravessamentos. Nas entrevistas, observamos que as mães são preservadas em suas falhas, são a

fonte maior de apoio, segurança e identificação. A admiração/idealização que as filhas demonstram ter por suas mães impede que qualquer espaço psíquico de separação apareça. A fronteira entre a culpa e desejo de reparação, necessários em uma separação, não parece se concretizar.

4.2.3.

Gravidez, um status narcísico e não de filiação

Apontamos anteriormente que havia nessas histórias um componente claramente freudiano. As gravidezes possuem uma função muito nítida e parecem responder à castração. No entanto, diante do que temos pontuado sobre a relação entre as entrevistadas e suas mães, devemos considerar que as constantes gravidezes nos permitem ir adiante. Acreditamos que as gestações repetidas estejam intimamente ligadas a conteúdos narcísicos, um recurso que denuncia uma problemática primária.

Monique Bydlowski ([2001] 2002) nos oferece ferramentas importantes para pensar sobre o momento e processo vividos pela mulher durante a gravidez. A autora propõe a noção de “transparência psíquica” para descrever um período em que os conteúdos recalcados estariam mais acessíveis graças ao estado em que se encontra a gestante. O funcionamento psíquico materno seria caracterizado pela diminuição das resistências comuns diante do recalcado inconsciente com uma plasticidade importante das representações mentais centradas sobre uma inegável polarização narcísica (Bydlowski & Golse, [2001] 2002). A gravidez é tratada como um período que promove um encontro íntimo da mulher consigo mesma, a capacidade de erotizar uma parte ainda interna de si mesma.

De acordo com Bydlowski ([2001] 2002), no período da gestação, o objeto internalizado a partir dos cuidados recebidos nos primórdios de sua vida psíquica é atualizado. Como apontamos no capítulo sobre o trabalho do negativo, esse objeto interno representa a imagem interiorizada de cuidados maternos vivenciados anteriormente. Nesse momento, as memórias de sua origem e angústias primitivas são revividas com muita intensidade. Dessa forma, para a autora, a gestação é o período da vida em que o objeto interno adquire um volume como o do ventre que se arredonda, como o bebê que cresce no interior da mulher. Sendo assim, o objeto interno passa a habitar de forma bem nítida uma realidade

tangível. Essa afirmação não corresponde a dizer que antes ele não estava lá, pelo contrário, “dormindo” ou “acordado” ele não se deixa esquecer. O que a autora propõe é um olhar para o feto como uma representação metafórica do objeto interno (Bydlowski & Golse, [2001] 2002).

Bydlowski afirma que a gravidez e o nascimento de um bebê proporcionam à mãe um retorno às vivências, conflitos e angústias primordiais. Acreditamos que o que se observa nesse estudo não seja exatamente o que Bydlowski propõe. A autora teoriza sobre como a gravidez permite que a mulher tenha mais contato com sua sexualidade recalcada e com sua história infantil. Haveria nesse período uma fluidez maior dos conteúdos recalcados. No entanto, gostaríamos de utilizar a metáfora construída sobre o feto como representante do objeto interno para refletir sobre os casos desse estudo.

Recorrendo às contribuições propostas por Bydlowski, podemos afirmar que nesta pesquisa estamos frente a frente com o bebê que Sônia, Marta e Elisa outrora foram, carregando, ao mesmo tempo, dentro de si mesmas a representação do objeto interno. Ao afirmarmos que as gravidezes constantes denunciam uma problemática da relação primária, podemos apontar para um objeto que ocupa um espaço interno fundamental. Entendemos que há com as gravidezes um retorno defensivo narcísico decorrente provavelmente de uma dificuldade na separação com o objeto primário. E, desta forma, um objeto interno que se apresenta constantemente na figura desses bebês. As gravidezes surgem como uma atualização das marcas dessa relação primordial e os bebês como metáfora da qualidade de presença interna do objeto primário.

Notamos nos relatos que uma ênfase é dada ao desejo pelos bebês pequenos como recurso que poderia completar e ofertar o que não foi possível de outra forma. Percebe-se que há um desejo grande pela experiência da gravidez, por ter um bebê na barriga e pelo “serzinho” dependente de cuidados, uma vez que essa vivência é, na fantasia, uma fonte de ganhos subjetivos importantes. A partir das entrevistas é possível reconhecer que estar grávida proporcionaria reparar em si mesmas algo que falta. Sônia é uma das entrevistadas que expressa constantemente esse desejo por uma gravidez como forma de dar conta de uma problemática pregressa:

Porque eu sempre fui muito sozinha na minha infância e não queria passar – achava, né – que eu não queria passar a minha vida sozinha [...] eu queria, eu queria um filho meu, foi quando eu resolvi engravidar da do meio. Aí eu tive ela numa boa, sozinha [...] Não dele. Eu queria mais alguém pra preencher, porque a gente, né... A gente, sei lá, a gente... eu não sei. Eu sempre quis muito ser mãe. Hoje eu me arrependo [pausa curta] muito.

Bydlowski e Golse ([2001] 2002) apontam que, para que a mulher faça a travessia na relação com seu bebê de um objeto puramente interno para o objeto verdadeiramente externo, é preciso que o pai se apresente como terceiro. Seria fundamental que o pai com seu olhar retirasse essa mãe de seu “sonho de gravidez” e lhe proporcionasse a possibilidade de reconhecer esse bebê como objeto em sua externalidade e não mais um bebê narcísico. Nesse sentido, no caso das nossas entrevistadas, em que os pais pouco se apresentam, como poderíamos encarar tal processo? Será que a ausência paterna induziria um movimento defensivo de prolongar a relação com o objeto interno? Haveria diante da ausência paterna uma impossibilidade de oferecer outro status a esse objeto narcísico?

É importante apontar que trazer uma abordagem sobre as gravidezes acreditando que elas estejam mais ligadas a uma questão narcísica do que de filiação não corresponde a afirmar que não haveria uma entrada no Édipo. Desenvolveremos essa questão mais adiante, mas cabe enfatizar aqui que entendemos que esse movimento das constantes gravidezes aponte nitidamente que há uma problemática pré-edípica.

De acordo com o que indicamos até esse momento, podemos já afirmar que as gravidezes nos revelam um ventre sempre pleno e a imagem de um corpo totalmente tomado – totalmente tomado de presença ou de ausência por algo que não é negativado. As gestações são, a nosso ver, a expressão de uma problemática primária que se atualiza nos bebês e na possibilidade de que eles ofereçam algum preenchimento subjetivo.

4.2.4.

Gravidezes (in)desejadas – gravidez não planejada x gravidez desejada

Não importa com que intensidade se afirme alguma coisa, ela é sempre uma negação de alguma coisa.

(André Green)

Uma das razões que nos fez dar início a essa pesquisa foi a constatação de uma repetição das gravidezes (in)desejadas, uma seguida da outra. Observamos nas entrevistas gravidezes que surgem sempre sem planejamento, no susto e a partir de relações que não se sustentam ou não sustentam a chegada de um filho, como nos casos em que as crianças não são registradas e reconhecidas. A nosso ver, elas se apresentam como a expressão de algo que não teve mediação, que na impossibilidade de ser elaborado, representado e colocado em palavras é posto em atos. Elas simplesmente “pá-pum”, acontecem. Entram em uma série, “carreira de ser mãe” e só conseguem ser interrompidas com uma laqueadura – “não, eu acho que eu não tive, assim, eu não nasci com esse dom, assim, pra ser mãe, mãe mesmo não” (Marta, entrevista 2); “Até um carnaval que eu pirei, tipo, minha filha já tava grande, fui curtir tarará, elas já tavam grande, já não davam mais tanto trabalho, eu bebi no carnaval e fiquei com um amigo meu, tipo, da adolescência e engravidei do T...” (Elisa, entrevista 3).

As gravidezes tão comentadas ao longo das entrevistas como (in)desejadas são justificadas por métodos ineficazes, pílulas de farinha, deslizes, bebedeiras ou impulsos momentâneos impossíveis de conter. Sônia, Marta e Elisa tiveram ao menos um filho enquanto tomavam a “pílula de farinha”. Há registros⁵ de que as “pílulas de farinha”, aquelas produzidas sem o princípio ativo, foram produzidas para o teste de embalagens. De acordo com as notícias veiculadas na época e mais recentemente, elas nunca foram comercializadas, caixas haviam sido furtadas e podem ter chegado às mãos de algumas mulheres.

Entendemos que esse caso possa ter servido como “gatilho” para a criação de um “boato” e de fantasias ligadas a marca do medicamento. Um exemplo disso é que a idade das crianças relatadas nas entrevistas como fruto das pílulas de farinha não corresponde à época em que aconteceu o episódio. Elas são mais velhas ou bem mais novas do que a data do ocorrido.

O que será que as constantes gravidezes sustentadas por motivos, muitas vezes, “falhos” nos comunicam? Por trás de argumentos como as pílulas de farinha, esquecimentos e deslizes, podemos observar conteúdos latentes e

⁵ Esta informação está disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-manda-indenizar-mulher-em-r-150-mil-por-pilula-de-farinha/>
<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL56741-5598,00.html>
<http://stj.jusbrasil.com.br/noticias/1880041/stj-afasta-possibilidade-de-indenizacao-por-pilula-de-farinha-a-duas-consumidoras>

manifestações inconscientes. Discursos como o de Sônia que afirma: “sem querer não, porque da J., mais velha, foi na época daquela pílula de farinha”, tentam nos dizer que não foi sem querer, porque foi decorrente da pílula de farinha. Não foi um “deslize”, foi por culpa da pílula. Ora, mas se não foi sem querer, foi querendo? Vemos assim um “querer” que se apoia na falibilidade da pílula de farinha?

Há um discurso um tanto paradoxal no relato das concepções das gravidezes ditas (in)desejadas. Podemos acreditar que apesar de não planejadas, por alguma motivação inconsciente, elas foram impossíveis de conter, denunciando assim um desejo? Observamos dessa forma a provável demonstração de um jogo de passividade e atividade diante do desejo – “não, digamos que não foi tudo assim desejado não... Ah, deslize. Acabou acontecendo” (Marta, entrevista 2).

Entendeu? Se você for ver a idade dela tem bem da época da pílula da farinha. Eu tomava remédio e aconteceu. Depois, da J. eu coloquei o DIU. E tirei o DIU pra engravidar dela. Eu sabia que eu queria engravidar e tirei o DIU pra engravidar dela. A outra, a mais nova, assim, eu me apaixonei pelo pai dela, a gente começou a se relacionar, a gente usava preservativo, essas coisas todas, mas eu não sei em que momento foi que isso aconteceu, qual foi o deslize, mas aí. Tive tinha gravidezes indesejadas (Sônia, entrevista 1).

Da minha mais velha, é, logo após o dia, assim, eu falei “gente, eu tenho quase certeza que daqui a nove meses eu vou ver o resultado”. Meio que brincando, mas foi verdade. (...) Mas do T. e da P. eu tomava, da P. eu tomava Microvlar, que na época aquela pílula de farinha, *parará, parará*, engravidei da P.. E do T. Foi erro meu mesmo, eu que não me preveni mesmo. Da P., que foi a do meio, tanto é que os três eu, a minha menstruação continuou regular até os quatro meses de gravidez (Elisa, entrevista 3).

Assim como apontamos no tópico anterior, há o desejo de ter filhos para si. As gravidezes surgem de forma “inesperada”, mas a vontade de ter filhos, de ter alguém que as complete, que faça companhia e que sirva de apoio já era encontrada. Ainda que mantenham o discurso de que as gravidezes não seriam desejadas, não planejadas ou sem querer, percebemos que as entrevistadas nos revelam em muitos momentos que gostariam de ter filhos.

É importante traçar aqui uma diferença entre gravidezes (in)desejadas e não planejadas. Acreditamos que nos casos da presente pesquisa seria mais adequado tratar das gravidezes como não planejadas, uma vez que é possível

observar que são apresentadas manifestações que nos permitem notar a existência de um desejo, “Eu não queria, mas não consegui evitar”. Entendemos que, apesar de não planejadas, as gravidezes denunciam um movimento inconsciente.

4.2.5.

O terceiro, qual o lugar do homem nesse cenário?

Diferentemente do relato que encontramos sobre as mães, percebemos que os homens, seus pais e os pais de seus filhos, são trazidos de maneira marcante, porém inferiorizada pelas entrevistadas. Com exceção de alguns casos isolados, são pessoas pouco admiradas e reconhecidas. A figura masculina não se apresenta, os homens, em sua maioria, se retiram de suas responsabilidades e não assumem seus filhos no papel e na vida prática.

Por outro lado, de maneira muito curiosa, parece haver também uma retirada, por parte das mulheres, dessas figuras do cenário. Falas sobre a dificuldade de lidar com o que “vem de outra cultura”, com o diferente, com a impossibilidade de dividir espaço e intimidade são constantemente encontradas. Cuidar e ter sob seu teto seus próprios filhos é tratado como algo mais simples e atrativo do que permitir a entrada de um homem na cena.

Ao mesmo tempo, os filhos são apresentados como “propriedade” das mulheres, os pais não tem espaço e, quando são procurados para ocupar um lugar, ao serem obrigados a reconhecer a paternidade no papel, é apenas, de acordo com as entrevistadas, por motivos objetivos, como ter acesso a pensão alimentícia. Parece-nos claro, diante disso, que há uma dificuldade de lidar com as figuras masculinas, um não reconhecimento dos mesmos, uma exclusão que faz só existir mulheres, suas mães e elas próprias cheias de vida, capazes de gerar e cuidar das crianças de maneira plena.

No início eu escolhi. Assim, eu queria ter filho, mas eu não queria ter marido, né? [...] A do meio eu *tava* consciente do que eu *tava* fazendo, independente dele querer ou não, eu queria a minha filha ou filho, não sabia. [...] Sem que isso interfira na minha vida profissional e nem na minha vida dentro da minha casa. Entendeu? Eu sou namorada dele da porta pra fora. Da porta pra dentro eu sou a mãe das meninas. Então, acho, a pessoa que ficar comigo tem que entender isso. Acabei de sair de um relacionamento de 10 anos com um rapaz também que ele sabia que aqui dentro eu sou a mãe delas, lá fora é que eu sou a namorada dele, eu era a namorada dele. Eu acho que agora morar com alguém, dividir meu espaço com outra pessoa do sexo oposto que vai chegar no meu banheiro e vai deixar a

tampa levantada, que vai querer tudo... Porque homem é igual bebê, quer tudo na mão. Eu acho que eu não *tô* aqui mais pra cuidar de alguém, eu quero que alguém cuide de mim, entendeu? Já passei da época de cuidar de alguém. Falando isso, soa até egoísta, né? (Sônia, entrevista 1).

Aí minha filha *abraça ele, deixar ele* desfrutar do que é meu, porque sabe que mãe é muito possessiva. É minha. E agora com sete anos, tá criada, né? Aí *tu beija, tu abraça, tu fala*. E o dente que caiu, e a febre, e as noites mal dormidas? (Elisa, entrevista 3).

Como poderíamos pensar a questão do terceiro e a entrada do pai nessas relações? Em *Configurações de condição do terceiro (terceiridade)*, Green (2002) aponta que, com os avanços com relação às questões pré-genitais, a relação dual mãe-bebê, a figura do pai foi sendo deixada de lado e pouco tratada. Enquanto para Freud ela era muito bem trabalhada e tinha um foco particular em relação às experiências primárias, para muitos autores que o seguiram a questão edipiana foi relegada a último plano.

Green defende que é preciso dar lugar e investigar com cuidado as relações pré-genitais, no entanto afirma ser uma ilusão declarar que o pai não teria uma importância considerável. As relações triangulares teriam sido negligenciadas e restritas ao complexo de Édipo. Segundo o autor, as relações triangulares são muito mais do que uma função, trata-se de uma metáfora paterna.

Green (1993) enfatiza a importância de pensarmos no lugar dos objetos significativos que não são o objeto primário e não possuem a mesma qualidade e investimento que ele. O autor aponta que não podemos concluir que os outros objetos são sempre repetições do objeto materno; existem outros tipos de investimentos que se inscreveriam como complemento daqueles que têm origem no contato com o corpo materno e que abririam caminho para outros tipos de relação.

Inspirado na obra de C. S. Peirce e T. Ogden, Green (2002) nos apresenta o conceito de *terceiridade* e *terceiro analítico* e aponta que uma relação só acontece quando há dois termos, uma dualidade capaz de gerar um terceiro. A dualidade fundamental é condição para a produção de um terceiro, ao mesmo tempo em que não há terceiro se não há uma relação fusional com sinais de uma realidade de futura separação. Se o que ocorre é uma relação totalmente fusionada sem espaço para o externo, para a separação não há a criação de um terceiro.

Nesse sentido, trazendo novamente a noção do trabalho do negativo, podemos ir além e pensar que se não há um trabalho do negativo bem sucedido, não há a possibilidade de entrada e criação de espaço para um terceiro. Green aponta que, no processo analítico, o objeto da psicanálise não é nem interno, ao analisando ou ao analista, nem externo, a um ou ao outro, mas está entre os dois. O objeto analítico é, assim, o produto da reunião daqueles constituídos pelo analisando e o analista, trazendo de maneira muito rica a hipótese de uma triangulação primitiva que existe no interior da relação mãe-filho.

Haveria, para o autor, o lugar do pai, não de forma destacada, já que isso não ocorre no início da vida, mas sob a forma de presença no “espírito da mãe” – o que, segundo Green, aponta para o fundamento da atividade simbólica, “a definição clássica do símbolo é aquela de um objeto cortado em dois constituindo um sinal de reconhecimento quando os portadores podiam juntar os dois pedaços.” (2002, p.231). Há, dessa forma, a presença de três objetos, dois objetos separados e um terceiro que corresponde à imagem da junção deles dois.

Para o autor, na teoria freudiana são inúmeras as noções capitais trazidas em número de dois envolvidas pelas relações de sinergia e de antagonismo; dualismo pulsional, pares de opostos, recalcamiento primário e secundário, fantasmas originários e secundários, *avant coup* e *après coup*, diferença dos sexos, diferenças de gerações, etc. As exceções importantes teorizadas por Freud são o complexo de Édipo e as duas teorias das instâncias psíquicas, inconsciente-pré-consciente-consciente e id-ego-superego. O autor conclui a partir disso que, quando há certo nível de complexidade, a dualidade se torna insuficiente para dar conta das relações e, dessa forma, apenas uma relação triádica permite compreender o fundamento das combinações possíveis.

Sobre o complexo de Édipo, Green aponta (2002) que o modelo é menos representado por um triângulo fechado do que por um triângulo aberto. É possível que haja uma relação completa entre os pais e uma relação pulsional inibida entre mãe e filho, algo que não ocorreria de forma equivalente entre pai e filho. Dos três pólos dessa triangulação, a mãe é a única que teria uma relação carnal, diferente em sua expressão, com pai e filho. Segundo Green, Freud aponta que há dois laços psicologicamente diferentes desenvolvidos pelas crianças com pai e mãe. Com a mãe há um investimento objetual sexual e com o pai uma identificação exemplar. Esses dois laços coexistem sem se influenciar ou perturbar, em um momento

posterior a essa unificação, irreversível na sua progressão da vida psíquica; há um encontro e dele nasceria o complexo de Édipo normal.

Nesse modelo constata-se que o pai se interpõe na relação mãe-filho causando uma modificação no investimento que os une, favorecendo a separação. A criança, por outro lado, reage a essa ruptura de continuidade da relação com a mãe e deseja a separação dos pais. Essas interrupções, mãe-filho, mãe-pai não são vividas sem consequências, são “pagas” de acordo com Green (2002), pela culpabilidade e pela gênese do superego e do ideal do ego. Green aponta que essa separação efetuada pelo pai lhe oferece uma existência com status distinto, ele não estava ausente até esse momento, mas só se apresentava através da mãe. O pai “dentro do espírito da mãe”, mas existente como parte inteira, como agente separador e interditor e como segundo objeto para amar.

Green (2002) comenta que o modelo do complexo de Édipo comporta uma referência à bissexualidade, e no processo e na dinâmica do Édipo são reprimidos componentes homossexuais e heterossexuais. Segundo Green, é possível observar relações entre o desejo e a identificação. Há sempre uma repressão ao desejo e, dessa forma, o destino dos afetos de rivalidade ciumenta passa a ser a temática mais interessante. A transformação da hostilidade em identificação é, para o autor, uma das realizações mais extraordinárias do Édipo. Não se trata tanto de aceitar uma interdição total e completa, mas de aceitar uma interdição sobre uma escolha incestuosa, conservando a escolha objetual do sexo do objeto de desejo apenas deslocando-o sobre outra pessoa.

Recorrendo às contribuições de Green sobre uma triangulação aberta e sobre a metáfora paterna, não propriamente uma função da figura do pai, acreditamos que, no caso da presente pesquisa, essa triangulação está presente de forma marcante no discurso das mulheres. Entendemos que a ausência paterna, ela própria, se apresente como terceiro. A insistente denegação do lugar do pai nos permite pensar que há uma presença intensa dessa figura. É por meio da ausência ou do excesso dela que podemos perceber que há uma presença, ou melhor, uma considerável presença de ausência.

Tinha, porque ele não foi nem me buscar no hospital, só foi ver o menino uma vez só porque eu fiquei, fica três, quatro dias dependendo, né? Aí só foi lá ver o menino, mas também, tá entendendo? Viu que era a cara dele, aí ficou muito sem graça quando viu a criança. Aí da minha menina, ela nasceu prematura, eu fiquei

um mês e 13 dias na incubadora, a menina ficou um mês e 13 dias na incubadora. Ele só foi, quer dizer, uma vez ver a menina (Marta, entrevista 2).

Eu já não fui criada pelo meu pai, já não fui registrada, falei pra ela, por que você acha que só quem tem trauma é que é rico? Que não tem o que fazer? Eu também fico me perguntando: por que meu pai registrou meu irmão e não me registrou? Se a gente é filho do mesmo pai e ele fala comigo até hoje, foi querer me registrar com 21 anos de idade. Eu que não quis. Falei pra ele “agora não precisa, eu já assino, já tenho identidade, CPF, certidão. Não preciso do teu nome pra nada. Nome até cachorro tem”. “Ah, mas a gente pode conversar”. “Não quero conversar”. Eu não tenho assunto com o meu pai. (...) Mas eu senti falta, né? Eu senti falta na escola, dia dos pais, eu tive, *pô*, ele lembra do aniversário do meu irmão, ele liga pro meu irmão. Ele nunca me ligou no meu aniversário (Elisa, entrevista 3).

A teoria da *triangulação generalizada a um terceiro substituível*, proposta por Green(2002), também auxilia bastante a nossa investigação. O que o autor propõe é que haveria sempre a possibilidade de se pensar de acordo com uma modalidade em que o terceiro constitui uma triangulação, sem que isso seja exclusivo da situação encontrada no Édipo. É possível considerar a existência de relações triangulares em que o terceiro não representa a função paterna.

Haveria dessa forma uma estrutura ternária que envolve o sujeito, o objeto e o outro objeto. A relação da mãe com a criança se liga a um outro objeto da mãe, que pode ser uma pessoa da família ou um objeto de desejo da mãe que não o pai. Esse outro objeto pode estar relacionado a um objeto da infância da mãe, sua mãe, seu pai, irmãos, alguma nutriz ou uma governanta. De acordo com Green, a terceiridade possui múltiplas aplicações possíveis.

Sem abrir mão do que propusemos sobre a ausência paterna funcionar como um terceiro, acreditamos que, fazendo uso do conceito greeniano sobre o terceiro substituível, poderíamos também afirmar que o ambiente onde estão inseridas nossas entrevistadas admite que outras figuras componham essa triangulação. Entendemos, assim como propõe Green, que a triangulação não deixa de existir, ainda que não conte com a presença paterna de forma convencional. O terceiro nesses casos é muitas vezes representado pela avó, pelo trabalho da mãe, por uma vizinha, tia, a própria comunidade, ou mesmo pela ausência paterna que é, como apontamos, extremamente presente.

E aí, como eu tenho essas mulheres como exemplo, não me deram folga, não me deixaram esmorecer, viraram, “ó, segue em frente. Deixa Deus resolver isso lá na

frente, faz a sua parte como mãe”. Em nenhum momento eu nunca pensei em tirar a R., pelo contrário (Elisa, entrevista 3).

É muito curiosa e digna de mais investigação a ênfase dada à ausência paterna, seja ela por exclusão ou por impossibilidade do pai em se apresentar. É possível observar que, ao falar dos homens e de sua ausência, as entrevistadas falam de si e de suas experiências com seus pais. Aquele pai que um dia se ausentou é hoje o marido que não auxilia, aquele pai que não a registrou se atualiza no pai que seus filhos também não tiveram. Observamos uma denegação do lugar do pai que possibilita a repetição de uma equação e reforça a experiência de unidade das figuras femininas.

4.3. Entre a relação primária e o Édipo

A idealização materna nos permite compreender que há uma problemática de base narcísica nos casos investigados. Recorremos às contribuições freudianas sobre o feminino, acreditamos que a maternidade pode ser encarada nesse cenário como resposta à castração, ela é tida como um símbolo do feminino e lugar para a mulher. No entanto, indo além, como vimos nas entrevistas, há uma relação muito particular observada entre as entrevistadas e suas mães que nos permite afirmar que há algo nas gravidezes que compreende marcas de uma relação primordial.

A idealização nos permite afirmar que as gravidezes aparecem como uma forma de manter ou atualizar essa mãe fálica tão importante e a relação com a mesma. É possível considerar que há, com as gravidezes em série, um recuo ao narcisismo, um movimento defensivo impossibilitado de enfrentar uma separação. Haveria, para nós, uma manutenção da díade, uma restituição narcísica e psíquica.

Dessa forma, foi possível perceber também que a repetição das gravidezes aponta para o desejo de forma enigmática. Havendo por trás das seguidas gestações conteúdos de uma relação primária, identificamos também que o discurso sobre a impossibilidade de conter as gravidezes comunicam mais do que deslizos, pílulas de farinha e mal uso de preservativos. Observamos que parece haver um desejo e movimento inconsciente que se manifestam por intermédio da maternidade. Entendemos que as gravidezes se apresentam como um movimento repetido, sem contorno e elaboração. Um ato que demonstra uma impossibilidade

do sujeito de se dar conta dos processos subjetivos em curso. Acreditamos que as gravidezes aparecem como uma “produção a dois”, as mulheres e suas mães.

A relação com o objeto primário possui um peso inigualável, mas não sem considerar a importância do lugar do pai. Como uma teia que se entrelaça, presença materna e ausência paterna se complementam e constituem juntas uma equação. O lugar ocupado pelas figuras femininas se apresenta de uma forma específica, “alimentada” pela maneira como se dá a presença/ausência paterna.

Sem necessariamente propor uma relação de causalidade, podemos imaginar que, na ausência do pai, excluído ou que não tenha se apresentado – um ou outro motivo são complementares e não excludentes – há uma mãe que se apresenta de maneira fundamental. O lugar que essa mãe ocupa se torna essencial e estruturante diante da impossibilidade paterna. Como vimos, as constantes falas sobre a ausência paterna e até mesmo a exclusão dos homens/maridos nos comunicam, por outro lado, a importância de sua presença – “É, porque eu, por exemplo, quando eu morava com os pais deles, era a mesma coisa que morar sozinha. Por isso, quando eu me separei, nem senti falta” (Marta, entrevista 2).

Conheci meu pai, assim, ele não nos registrou. Ele é meu pai e do mais novo, e não nos registrou, escondeu a gente do mundo inteiro. Aí perto de morrer ele tentou a reaproximação, mas como eu te falei, me decepcionou uma vez, quebra. Entendeu? Aí ele se foi, aí eu coloquei na Justiça pra poder pegar o nome dele porque eu acho que eu preciso, assim, eu não tenho só mãe, eu tenho um pai. Então eu quero o nome dele no meu registro, como a J. também tá correndo atrás pra ter o nome do pai dela, entendeu? É só questão de nome, não é questão de afeto. Só direito mesmo. A minha mãe foi tudo, nem senti falta dele. Minha mãe quando podia estar com a gente ela supria a gente de tudo, nunca faltou nada, mesmo na dificuldade, assim que a gente passou fome na época. Ela tava ali pra gente o tempo todo (Sônia, entrevista 1).

Entendemos que o que há nesses casos não é uma problemática pré-edípica apenas, assim como não há uma ascensão ao Édipo de maneira clássica. Há uma problemática pré-edípica que se estrutura na presença de um terceiro. A presença de ausência da figura paterna funciona como terceiro instaurando uma triangulação, mas não uma separação bem sucedida. Essa díade se “alimenta” da ausência/exclusão paterna.

Frente à fortaleza que demonstram ter as mulheres e seu “clã feminino”, podemos pensar que existe uma dificuldade no acesso à feminilidade? Um receio de ascensão ao feminino de forma plena e tudo que implica em assumir esse

lugar? Dessa forma, poderíamos afirmar que uma vez que já tiveram seus filhos os homens já não lhe servem, seriam meros reprodutores e oferecedores do falo almejado para que o feminino se sustente?

É importante pontuar que o que se observa é que não há uma escolha consciente por excluir os homens, esse é um movimento observado e transmitido de geração a geração. Poderíamos, assim, afirmar que essas mulheres se completam na relação com as figuras femininas idealizadas mantendo dessa forma relações homoeróticas?

5

A incorporação da maternidade e o papel da laqueadura

A relação com o objeto primário foi tema marcante das entrevistas e, junto com a ausência paterna bastante citada, forma uma equação que possui efeitos na subjetividade. Figuras idealizadas, outras extremamente ausentes e tropeços do inconsciente são traços que coletamos a partir das histórias de vida das entrevistadas e que nos auxiliam na investigação dos processos subjetivos envolvidos na dinâmica das constantes gravidezes.

Observamos nas entrevistas que as mães ocupam um lugar singular, que há entre mãe e filha, diante – e pela ausência – das figuras masculinas, uma relação particular que se alimenta. Essa relação se presentifica nas gravidezes e nos filhos desejados, mas não planejados, por essas mulheres. Há um corpo que evidencia marcas subjetivas e que busca recursos para curar uma ferida narcísica. Diante disso, buscaremos nesse momento refletir sobre os recursos encontrados pelo sujeito a fim de dar conta dessas marcas e feridas, efeitos da impossibilidade de um processo exitoso de separação.

5.1.

Projeção e Introjeção – processos fundamentais para a instauração do psiquismo

Ao teorizar sobre o trabalho do negativo, André Green (1986) recorre, mesmo sem citar explicitamente, à noção de projeção e introjeção. Como apontamos de maneira detalhada no segundo capítulo sobre o texto *A negativa* de Freud, em um movimento inicial pulsional de expulsão, o eu guarda para si tudo o que lhe dá prazer e expulsa o que lhe causa desprazer. O trabalho do negativo como expulsão do desprazeroso possibilita a criação de um espaço interno em que o eu pode nascer reconhecendo o objeto como parte do mundo externo.

Segundo Green ([1981] 1988), a projeção é o pôr para fora, um movimento que ocorre em paralelo à introjeção, caracterizada por colocar para dentro. Os dois processos são ilimitados. Os pensamentos, a arte, a ciência, a transferência e a contratransferência são projeções. A projeção se dá quando os sistemas das fantasias corporais estão sobrecarregados pelas cargas que oprimem o corpo psíquico, é assim que ela se volta para fora.

Green (1986) comenta, ao apontar para os destinos das moções pulsionais orais, que comer e cuspir colocam em questão, por um lado, a incorporação do objeto e, por outro, a excorporação, mecanismo prévio de identificação projetiva. A excorporação é compreendida pelo autor como um protótipo de um não do id sob as figuras do “Eu cuspo” e “Eu vomito” e não supõe nenhum objeto no espaço que recolha o que é expulso.

Neste momento, não haveria, para Green, um limite entre o dentro e o fora, apenas a ideia de uma expulsão para o mais longe possível. Sendo assim, de acordo com o autor, não seria correto apontar para um “não-eu” neste período, este limite ainda não estaria estabelecido. O que fará com que esses limites se deem são as consequências dessa expulsão. A expulsão do “mau” possibilitaria a criação de um espaço interno onde o eu pode nascer para a instauração de uma ordem fundada no estabelecimento de ligações relacionadas à experiência de satisfação. Essa organização, segundo o autor, facilitaria o reconhecimento pelo sujeito do objeto em estado separado e o seu reencontro posteriormente.

Como comenta Green (1986), este trabalho necessita de duas condições para se manter: que o objeto siga se ocupando do eu da criança descarregando-a do que é excessivamente desagradável; e que o objeto substitua o espaço indiferenciado para recolher o que era da ordem da excorporação e que agora poderá ser tratado como projeção, se permitindo ser vivido como “mau” e atuando na transformação dessas projeções e em sua restituição à criança.

É fundamental para a constituição do eu que seja permitido a ele dizer sim a si mesmo e que a mãe aceite que o mesmo possa lhe dizer não. Para que a excorporação, e a projeção posteriormente, possam ser sustentadas é essencial a assistência do objeto. O objeto é apontado por Green (1986) como um circuito de catexia com fronteiras flutuantes e variáveis que é basicamente composto pelo par introjeção-projeção:

O pequeno homem que está no homem é, de fato, uma pequena mãe. O que é agradável ou desagradável para o Eu se fundamenta naquilo que é agradável ou não agradável pelo objeto. A relação com o objeto foi internalizada, o sim e o não foram introjetados. O recalque originário estabelece o limite entre Cs-Pcs, de um lado, e o Ics, de outro (p. 293).

Oferecendo contribuições para que Green pudesse pensar sobre a questão da introjeção e projeção, Sándor Ferenczi inaugura essa discussão e abre um

produtivo caminho para problematizar os processos de constituição psíquica. Green não afirma claramente que se utiliza da problemática teórica proposta por Ferenczi, mas cita o autor comentando que concorda com suas posições.

Segundo Vieira e Zornig (2011) Ferenczi conceitua pela primeira vez a noção de introjeção em seu texto de 1909, *Transferência e introjeção*, e depois tenta esclarecer algumas incoerências que possam ter restado sobre o conceito em *O conceito de introjeção* (1912). Em 1909, Ferenczi, discorrendo sobre o movimento psíquico encontrado na paranoia e na neurose, aponta a paranoia apoiada em um processo basicamente projetivo, onde o sujeito acredita existir no outro todo amor e ódio que nega existir em si mesmo. Por outro lado, o neurótico teria uma dinâmica calcada num processo inverso ao paranoico. O neurótico, de acordo com o autor, está em perpétua busca de objetos de identificação, isso significa que atrai tudo o quanto pode para a sua esfera de interesses – propondo então que se chame “introjeção” a esse processo inverso da projeção.

Ferenczi (1909) aponta que a projeção paranoica e a introjeção neurótica constituem apenas exagerações de processos mentais cujos elementos se encontram em todo homem “normal”. Para o autor, o recém-nascido experimenta tudo de maneira monista, quer se trate de um estímulo externo ou de um processo psíquico. Só mais tarde o bebê, com certo amadurecimento psíquico, exclui os objetos da massa de suas percepções, até este momento unitárias, para formar com eles o mundo externo e, pela primeira vez, opõe-lhes o ego, que lhe pertence mais diretamente – é quando a criança distingue pela primeira vez o “percebido objetivo” do “vivenciado subjetivo” e efetua sua primeira operação projetiva, a “projeção primitiva”. Segundo Ferenczi, a partir deste momento, quando o sujeito deseja desfazer-se de afetos desagradáveis, não terá necessidade de um método novo, expulsará agora uma parte maior do ego para o mundo externo, transformando afetos subjetivos em sensações objetivas.

No entanto, de acordo com Ferenczi (1909), uma parte do mundo se recusa a ser expulsa do ego tão facilmente e persiste em impor-se. O ego então cede e reabsorve uma parte do mundo externo incluindo-a em seu interesse – assim se constituiria, para o autor, a primeira introjeção: a “introjeção primitiva”. Segundo Teresa Pinheiro (1995), na obra ferencziana podemos compreender o conceito de introjeção como sinônimo do amor ou da transferência e como decorrente da expansão da pulsão, autoerótica na sua origem, até o objeto. A introjeção se refere

ao movimento do psiquismo que, inicialmente concebido como autoerótico, a partir de uma nova ação psíquica, provoca uma mudança da direção pulsional do eu para o objeto.

Ferenczi (1912, p. 181) descreve a introjeção “como a extensão ao mundo externo do interesse, autoerótico na origem, pela introdução dos objetos exteriores na esfera do eu”. De acordo com o autor, o homem só pode amar a si mesmo, amar a outrem equivale a integrar este outro no seu próprio eu. Neste sentido, para ele é a fusão, união entre os objetos amados e nós mesmos, que designa o processo de introjeção. Todo amor objetual e toda transferência para um objeto é uma extensão do eu, uma introjeção.

Teresa Pinheiro, em seu livro *Ferenczi: do grito à palavra* (1995), afirma que na obra ferencziana os mecanismos de projeção e introjeção são opostos; a introjeção é um processo, a própria forma de funcionamento do aparelho psíquico, enquanto a projeção, um mecanismo de defesa. No entanto, a introjeção enquanto processo possui como produto representações, fantasias e identificações; neste sentido, ela possui também uma função defensiva, vinculada ao desamparo.

Uma vez que a introjeção é tida como um processo que possui como produto representações e fantasias, Ferenczi aponta que esta seria a única maneira de se apropriar do sentido. É por meio da fusão com o objeto que as representações surgem no aparelho psíquico. Desta forma, para Pinheiro (1995) é possível dizer que a introjeção visa à apropriação de sentido, o mundo simbólico, do qual o objeto é portador. Este seria um processo que busca mais do que a introjeção dos objetos, as representações a ele ligadas – proporciona a imersão do sujeito no universo simbólico da subjetividade.

Indo além, para a autora, na obra de Ferenczi é a introjeção que instaura a ordem psíquica pela inclusão do diferencial prazer/desprazer. O primeiro objeto introjetado inaugura o sentido de prazer ou desprezer, desta forma, é também ele que funda o aparelho psíquico. Segundo Pinheiro (1995), é a partir de um movimento “megalomaniaco” da libido de “apropriar-se de” e “unir-se” a tudo que o psiquismo se manifestaria pela primeira vez, respondendo à própria precariedade humana.

Estaria neste ponto da teoria ferencziana o movimento de construção narcísico. O narcisismo se apresenta na contramão do desamparo, da falta e da precariedade humana. Para Pinheiro (1995), a montagem do narcisismo talvez seja

o primeiro “drible” que o sujeito consegue fazer frente à castração, antes de render-se a ela e aceitá-la. Neste sentido, diante da castração e do desamparo é que a introjeção apresentaria a sua função defensiva; representar e fantasiar seriam os recursos que o sujeito possui para dar conta da falta e do desamparo.

Por outro lado, para Ferenczi, existem conteúdos/sentidos que não são passíveis de introjeção, dependendo da organização do aparelho psíquico. Retomando a teoria da sedução freudiana e pensando em uma teoria do trauma, Ferenczi (1927; 1933) teoriza sobre a introjeção do agressor, que corresponde a uma impossibilidade de êxito do processo de introjeção. A introjeção do agressor pelo sujeito é conceituada por Ferenczi como um dos processos da sequência traumática. O agredido, após a situação traumática, se utiliza, defensivamente, do mecanismo de introjeção do agressor.

Ferenczi aborda a introjeção/identificação com o agressor como um mecanismo utilizado em busca da evitação de desprazer. Identificar-se com o agressor é uma forma de manter o vínculo com o adulto e não perder completamente a confiança e a ternura que existiam antes na relação. O sujeito confunde-se com a pessoa identificada e toma para si o desejo de agredir, passando assim a ser aquele que agride. De acordo com Ferenczi, como consequência, teremos um sujeito constituído por identificações superegógicas, por um supereu não assimilado.

Como consequência do êxito traumático, Ferenczi comenta que, se não houver uma dominação da fragmentação inevitavelmente causada pelo trauma, ocorre a instalação de um supereu não assimilado, chegando assim a uma forma de personalidade clivada, feita unicamente de id e supereu, que não se afirma nem em caso de desprazer. O supereu não assimilado é, para Ferenczi, um supereu constituído por “transplantes estranhos” (conteúdos externos causadores de desprazer), leis e proibições arbitrárias que são introjetadas (por exemplo, a culpa não reconhecida pelo adulto) pelo agredido durante a situação em que ocorreu o trauma. Desta forma, o autor concebe este supereu como o lugar intrapsíquico ocupado pelo agressor. Para Ferenczi (1927), o êxito do trauma é a clivagem ou cisão da personalidade, em que este supereu não assimilado não se integra ao resto da estrutura do sujeito, como consequência, “a severidade excessiva pode acarretar prejuízos para a criança por toda a vida, dotando-a de um superego demasiado rígido” (p. 12).

Observamos que os dois autores citados acima estão de acordo com as proposições acerca dos processos de introjeção e projeção. Apesar de linguagens e direções um pouco distintas sobre os conceitos, A. Green e S. Ferenczi tratam da questão colocando como eixo fundamental para a instauração do psiquismo e amadurecimento psíquico a introjeção do objeto primário e, posteriormente, o encontro com sua externalidade.

Seguindo adiante com os conceitos de introjeção e projeção, é a partir do que Ferenczi denomina de introjeção do agressor que Nicolas Abraham e Maria Torok (1972) vão teorizar sobre a incorporação. O supereu não assimilado de Ferenczi se assemelha, a nosso ver, ao que Abraham e Torok conceituam como “cripta”. Para os autores, não há cripta que não tenha sido precedida por um segredo partilhado; cada vez que se evoca uma incorporação é evidenciado que ela deve ser atribuída a um “luto vergonhoso”, que ocorreu depois de um estado de ego acuado, depois de uma experiência objetal manchada de vergonha.

Nicolas Abraham e Maria Torok se utilizam das mesmas premissas que Ferenczi e Green, no entanto seguirão teorizando sobre a incorporação de uma maneira um pouco distinta. Segundo os autores, a incorporação se dá quando não houve a introjeção. Quando o processo de introjeção não teve êxito, o recurso psíquico utilizado pelo sujeito seria a incorporação, como uma forma de dar conta daquilo que não pôde ser representado ou assimilado.

5.2.

A incorporação em Abraham e Torok

É para não engolir a perda que se imagina engolir, ter engolido, o que está perdido, sob a forma de um objeto.

(Abraham & Torok)

Os cuidados da mãe com seu bebê demandam um ritmo, um compasso ditado exclusivamente por essa relação, pela demanda do bebê e pela oferta da mãe. A leitura por parte do objeto das necessidades do sujeito se dá na relação, no momento em que a mãe está disponível internamente para se ligar com seu bebê.

Podemos afirmar que, a partir do que pontuamos no capítulo sobre o trabalho do negativo, quando esse processo não se dá de forma exitosa, quando esse ritmo de presença e ausência não é bem sucedido, não há o oferecimento de um espaço vazio, espaço de simbolização e representação. E como consequência,

observamos um objeto que se mantém no psiquismo do sujeito como intrusivo e ameaçador, estabelecendo-se como uma “alteridade interna radical”. Abraham e Torok (1972), quando teorizam sobre a incorporação, apontam para os efeitos de um manejo de cuidado em que esse ritmo não foi respeitado, em que frente aos processos de introjeção e excorporação mal-sucedidos há a impossibilidade de separação com o objeto.

De acordo com estes autores, a incorporação corresponde a uma fantasia, enquanto a introjeção, um processo. A fantasia está ligada a toda representação, crença ou estado do corpo que busca a manutenção do “*status quo* tópico”. Para os autores, a realidade se apresenta como tudo o que gera uma modificação no psiquismo; em contrapartida, a função da fantasia estaria na tendência à conservação e à preservação. Nesse sentido, para Abraham e Torok (1972), a fantasia é essencialmente narcísica, “mais do que atentar contra o sujeito, ela tende a transformar o mundo” (p. 244).

Segundo os autores, diante dessas definições, a fantasia em si deixa de ser o mais importante a ser investigado nesse momento – vale compreender a que mudança tópica ela é chamada a resistir. “A fantasia originária seria, por sua vez, a medida apropriada para salvaguardar a tópica originária, ao supor que ela seja posta em perigo” (Abraham & Torok, 1972, p. 244). Sendo assim, a busca por saber a que modificação processual ela vem se opor é procurar compreender a origem dessa modificação.

No caso da nossa pesquisa, acreditamos que a fantasia de incorporação se daria a partir de uma dificuldade na separação com o objeto primário diante da dinâmica presença materna / ausência paterna. As manifestações de presença constante do objeto mãe e o discurso que o coloca em um lugar idealizado nos permite acreditar que a fantasia de incorporação venha dar conta de algo da ordem do insuportável que foi experimentado.

De acordo com Abraham e Torok (1972), os conteúdos das fantasias denunciam o processo pelo qual a tópica está prestes a se modificar. Dessa forma, as fantasias de incorporação apontam para o ato de introduzir no corpo, nele deter ou expulsar um objeto. Todas essas variantes, segundo os autores, carregam em si a marca de uma situação intrapsíquica fundamental criada pela realidade a partir de uma perda sofrida pelo psiquismo.

A fantasia de incorporação procura realizar uma recomposição profunda da perda, de modo mágico, cumprindo em si próprio o que só seria possível no sentido figurado. Na incorporação, Abraham e Torok (1972) apontam que ocorrem dois procedimentos conjugados, a desmetaforização e a objetivação. O primeiro expõe a tomada ao “pé da letra” do que se entende no figurado, e o segundo propõe que o que vem a ser suportado não é uma ferida do sujeito, mas a perda do objeto.

Absorver o que vem a faltar sob forma de alimento, imaginário ou real, no momento em que o psiquismo está enlutado, é recusar o luto e suas consequências, é recusar introduzir em si a parte de si mesmo depositada no que está perdido, é recusar saber o verdadeiro sentido da perda, aquele que faria com que sabendo, fôssemos outro, em síntese, é recusar sua introjeção (Abraham & Torok, 1972, p. 245).

Para Abraham e Torok, os conceitos de introjeção e incorporação se diferem completamente. Os autores utilizam a imagem das “bocas vazias” para detalhar o processo de introjeção, ele se dá a partir da experiência do vazio da boca. Inicialmente ele é preenchido pelo seio e pela presença materna; com o passar do tempo, esse preenchimento é adiado e, nessa espera, a possibilidade de surgimento da linguagem. Com o amadurecimento do sujeito, há a substituição progressiva parcial das satisfações da boca, uma boca cheia de objeto materno, pela boca vazia de objeto, mas repleta de palavras endereçadas ao sujeito.

Assim como vimos no trabalho do negativo, com Green, Abraham e Torok (1972) apontam que “a passagem da boca cheia de seio à boca cheia de palavras se efetua por meio das experiências de boca vazia” (p. 246), o que só é possível se há uma assistência/presença constante do objeto primário; só sua constância é capaz de garantir a significação das palavras e a substituição necessária do objeto materno. Esse processo, segundo os autores, dará lugar a novas introjeções. Esse seria o primeiro paradigma da introjeção, aprender a preencher com palavras o vazio da boca.

Mais uma vez, assim como apontamos sobre o trabalho do negativo, no qual o apagamento do objeto é necessário para abrir espaço para novas representações e processos, os autores comentam que operar essa passagem, de uma boca preenchida pelo objeto para uma boca preenchida de palavras, é conseguir que a presença do objeto dê lugar a uma autoapreensão de sua ausência.

“A linguagem que supre essa ausência, figurando a presença, só pode ser compreendida no seio de uma comunidade de bocas vazias” (Abraham & Torok, 1972, p. 246).

Segundo Abraham e Torok (1972), a incorporação busca realizar ao “pé da letra” a metáfora da introjeção, o que ocorre quando o trabalho de introjeção se choca com um obstáculo proibitivo. Esse obstáculo se localiza, para os autores, propriamente na boca, onde encontramos os processos que propiciam a introjeção. Nesse caso, a boca não pôde articular certas palavras ou frases e dessa forma, o inominável, a fantasia, se apresenta.

De acordo com os autores, no caso em que não surge nada (palavras) para dar conta da boca vazia, é do vazio do sujeito que se introduz uma coisa imaginária. Ao não poder se nutrir da troca de palavras, o sujeito vai introduzir nele mesmo a pessoa inteira ou parte dela como depositária do que não tem nome. Esse processo terá como efeito o preenchimento ilusório do vazio e da lacuna, fenômeno similar à introjeção. Nesse sentido, nota-se que a fantasia de incorporação surge como substituta regressiva e reflexiva da introjeção impraticável.

Só pode se tratar da perda súbita de um objeto narcisicamente indispensável, enquanto que essa perda é de natureza a proibir sua comunicação. Em qualquer outro caso, a incorporação não teria razão de ser (Abraham & Torok, 1972, p. 247).

A incorporação se caracteriza para os autores como um caso de recusa do luto, de negação da perda. Como comentam, o fato de ter tido que perder é o que constitui o objeto de negação. A incorporação se concretiza quando as perdas não podem se confessar enquanto perdas. De acordo com Abraham e Torok (1972), a impossibilidade de introjetar inclui também a proibição de que se coloque na linguagem a recusa do luto, que se signifique que se está inconsolável. Sem saída, só restaria opor à perda uma denegação onde se finge que não há nada a perder. Tudo o que faria parte de um processo de luto não pode ser vivido, “as palavras que não puderam ser ditas, as cenas que não puderam ser rememoradas e as lágrimas que não puderam ser vertidas” (Abraham & Torok, 1972, p. 248) são engolidas. A incorporação do objeto perdido se torna a única maneira de haver uma reparação narcísica.

Como comentamos no primeiro capítulo deste trabalho, Freud ([1917/1915] 2007) afirma que o processo de luto se dá quando o sujeito é capaz de se utilizar de satisfações narcísicas para dar conta da falta e da perda do objeto. São essas satisfações narcísicas que ocuparão o lugar dos investimentos depositados anteriormente no objeto. Dessa maneira, o sujeito seria capaz de deslocar sua ligação com o objeto perdido para outros objetos.

Por outro lado, Freud, ao desenvolver o processo de luto experimentado pelo melancólico, aponta para um percurso próximo ao que Abraham e Torok teorizam sobre a incorporação. De acordo com Freud, no melancólico observamos que há uma resistência maior em retirar os investimentos do objeto e, dessa forma, se produziria uma retenção do objeto através de uma psicose alucinatória do desejo. Como trouxemos anteriormente, o autor afirma que a impossibilidade do luto pode levar o sujeito a um aprisionamento do objeto e a uma luta pela tentativa de manter um bem-estar vivenciado anteriormente, proposta muito similar à incorporação de Abraham e Torok.

Segundo os autores, o fechamento, o aprisionamento e o enterro objetivam a fantasia de incorporação. Essa fantasia se ilude quanto a sua eficácia, uma vez que a realidade psíquica é outra. No entanto, de qualquer forma ela é capaz de, a sua maneira, oferecer segurança ao ego. “Pode-se sustentar, desde então, que toda fantasística oriunda da incorporação busca reparar, no imaginário, uma ferida real que afetou o objeto ideal” (Abraham & Torok, 1972, p. 253).

De acordo com os autores, para que o fenômeno da incorporação se dê, é preciso que tenha havido um amor anterior sem ambivalência por parte do objeto, em seguida o caráter inconfesso desse amor e posteriormente uma causa real, traumática, que venha interrompê-lo. É nesse abalo e na impossibilidade de luto que se instala um sistema de contrainvestimento utilizando os motivos de ódio, decepções e maus-tratos sofridos pelo objeto. O sujeito põe cuidadosamente a lembrança “em conserva”, construindo para ele uma cripta com pedras do ódio e da agressão.

Localizada no seio do ego, a cripta é um conceito desenvolvido por Abraham e Torok (1971) que se constitui como um território, espécie de inconsciente artificial, o qual não é nem o inconsciente dinâmico nem o ego da introjeção. Haveria para os autores um recalçamento conservador que opera no caso de pacientes portadores de uma cripta e que age conservando na zona clivada

do ego uma realização de um desejo ilegítimo e inconfessável (Pons, 2003). A cripta é o lugar onde se esconde o segredo da realidade vergonhosa que não pode ser conhecida, composto por palavras indizíveis. O segredo que compõe a cripta se assemelha a um delito, não se constitui como sinônimo do interdito, e assim torna-se inominável.

Pons (2003) comenta que a cripta se efetua quando o desejo do sujeito não pode ser acolhido pelo objeto e é forçado a ser incorporado, enterrado em uma região inacessível do psiquismo. Esse desejo enterrado é responsável pela fragmentação da tópica, como uma operação de clivagem do ego. Para Abraham e Torok, a operação de clivagem da qual se origina a cripta segue os mesmos padrões da que é observada no sujeito melancólico.

Ao se utilizarem do modelo freudiano sobre a melancolia para desenvolver o que propõem sobre a cripta, Abraham e Torok (1972) comentam que enquanto a cripta resiste, não há melancolia. Segundo os autores, diante da ameaça de desmoronamento dessa cripta, o ego inteiro se torna cripta e, frente à iminência de perder sua sustentação interna, o núcleo de seu ser, o ego, vai se fundir com o objeto incluso que ele imaginará isolado de si, começando um “luto” interminável. O “luto” melancólico, ou a incorporação, será a última cartada do sujeito para um restabelecimento narcísico.

Resumindo, Nicolas Abraham e Maria Torok (1972) apontam que a incorporação entra em cena quando algo não pôde ter sentido/representação, quando há um caráter anulatório da linguagem figurada – momento em que não houve palavras ou atos que dessem conta, ou seja, “ela implica a destruição fantasística, do ato mesmo pelo qual a metáfora é possível: o ato de pôr em palavras o vazio oral original, o ato de introjetar” (p. 251).

Neste sentido, o que diferencia a incorporação da introjeção é que enquanto a introjeção pressupõe a internalização de experiências enriquecedoras do ego, a incorporação ocorre quando não houve introjeção. Segundo Pinheiro (1995), a incorporação é a solução encontrada pelo ego para fazer de conta que houve a introjeção. A autora define a incorporação como “o fantasma da introjeção” que em seu caráter mágico é capaz de acalmar os perigos possíveis de uma não introjeção. De acordo com Pinheiro, a incorporação traz em si a clivagem e instala no aparato psíquico uma mentira que deverá ser escondida para sempre. É algo que é nomeado, mas proibido de ser dito, é o que ocupa o lugar da não

inscrição e possui como objetivo fazer acreditar que houve alguma introjeção, que na verdade não houve.

A incorporação, caracterizada pela recusa ou impossibilidade de introjetar, está ligada à posse do objeto. Pons (2003) aponta que para os autores a diferença entre introjeção e incorporação reside no fato de que a introjeção tem como resultado o reconhecimento do objeto como tal, bem como a independência com relação a ele. A incorporação se apresenta quando o trabalho de introjeção não foi possível e revela um impedimento à elaboração permanente das experiências vividas pelo sujeito. Segundo Pons, para Abraham e Torok, a incorporação representa uma fantasia, aproximando-se à satisfação alucinatória do desejo.

De acordo com Pons (2003), a fantasia “fala”; fala de uma mudança tópica a que é chamada a resistir. A fantasia tem uma função conservadora, correspondendo a toda representação que tende à manutenção do *status quo* tópico. Neste sentido, a autora comenta que as fantasias incorporativas, o discurso de negação com relação aos traumas do sujeito não é articulado, posto em palavras, mas agido, colocado em atos.

Como apontamos acima, a incorporação não envolve uma elaboração afetiva e verbal, diz respeito a uma solução mágica que sabota o trabalho do luto. Neste sentido, a incorporação pode ser pensada como um processo essencialmente regressivo, baseado em uma solução mágica e imediata que opera por meio de processos próximos da realização alucinatória.

5.3. Incorporação da maternidade

O luto indizível instala no interior do sujeito uma sepultura secreta.

(Abraham & Torok)

Gostaríamos de propor que chamemos de *incorporação da maternidade* ao processo psíquico envolvido nas gravidezes em série sem mediação, entendendo, a partir das contribuições teóricas utilizadas neste trabalho, que incorporação não diz respeito à internalização das funções do objeto mãe e de seus cuidados. A nosso ver, esta compulsão por engravidar, estaria ligada a uma provável ruptura nos primórdios da vida psíquica.

A *incorporação da maternidade* aponta para uma impossibilidade de separação com o objeto mãe. Haveria, a nosso ver, por parte desses sujeitos uma

colagem ao objeto e ao lugar da maternidade. Esse processo se dá sem que o indivíduo tenha possibilidade de fazer planejamentos sobre sua vida e uma escolha concreta sobre o estar grávida. Estamos tratando aqui de um recurso defensivo inconsciente que surge a fim de dar conta das marcas de uma relação primordial e que impede a concretização da separação.

Recorrendo ao trabalho do negativo tão apontado durante esta pesquisa, é possível pensar que há nesses casos a ausência de um espaço de simbolização ou elaboração. O sujeito tomado pela presença excessiva do objeto não usufrui de um espaço de individuação satisfatório. Nota-se que os limites eu/outro, dentro/fora são muito frágeis. Como apontado anteriormente, graças a um movimento inicial pulsional de expulsão, torna-se possível a criação de um espaço interno no qual o eu pode nascer, possibilitando o reconhecimento do objeto separado dele mesmo.

Quando não foi possível o trabalho do negativo em sua face estruturante, os limites e constituição do eu são prejudicados. Podendo ser perdido, esse objeto oferece um ambiente onde o sujeito, por meio do luto, poderia integrá-lo como função. No entanto, quando este objeto não possuiu condições para servir de mediador, quando há a impossibilidade de introjetar, ocorre o que Abraham & Torok teorizam como incorporação.

Para Abraham e Torok (1972), a incorporação seria uma forma de o psiquismo dar conta e contorno àquilo que gera sofrimento. Nesse processo é realizado ao “pé da letra” o que não foi possível na introjeção, incapaz de dar conta da separação com o objeto e, vivenciando aquilo como uma perda, o sujeito encontra uma maneira de manter-se vinculado. Neste sentido, sobre o que exatamente estamos tratando quando trazemos o termo *incorporação da maternidade*?

A nosso ver, as gravidezes parecem possibilitar uma manutenção da relação primária com o objeto. Assim como Abraham e Torok comentam sobre a incorporação, entendemos que as gravidezes são capazes de oferecer uma reestruturação narcísica, impossível de outra forma. A *incorporação da maternidade* se constitui como a manifestação de uma particularidade vivida na relação com a própria mãe. A impossibilidade de vivenciar o luto e a própria separação dá origem a um corpo tomado pelo objeto. Identificamos, assim, a atualização de algo que insiste em não se apagar. Acredita-se que não houve nesses casos a alucinação negativa do objeto, o fenômeno de apagamento não foi

possível. O que há é uma tentativa de manter magicamente a relação com o objeto.

Nesse sentido, o estar grávida denuncia um retorno narcísico, uma certa indiferenciação eu/objeto. Tratamos aqui de um vazio que não se apresenta, há um corpo sempre preenchido – preenchido de objeto. Se a gravidez nos revela, não apenas um ventre, mas um corpo sempre preenchido, podemos compreender o desejo pela gravidez como algo que está ligado à necessidade de verificar constantemente a interioridade deste corpo. A gravidez surge, desta forma, como uma maneira de existir.

As gravidezes revelam uma fantasia de incorporação, que possui como função, como pontuaram Abraham e Torok, manter um *status*, um bem-estar primário impossível de ser vivido na separação com o objeto. Esse movimento das constantes gravidezes sem contorno se apresentam como uma atuação de algo que, ao não ser posto em palavras, é colocado em ato – as gravidezes simplesmente acontecem.

Poderíamos apontar nessa pesquisa para um vazio inalcançável diante de uma mãe idealizada e representante de um lugar contemplado. A busca por manter um estado de completude e satisfação com a mãe (mãe idealizada) e a ausência de um pai que é excluído, o qual por sua ausência se torna uma pessoa essencial, formam uma equação que possui como resposta o movimento de *incorporação da maternidade*.

Importante apontar que a ausência ou exclusão das figuras masculinas é fundamental na construção dessa dinâmica. A relação observada não se resume a uma díade que, na ausência de um terceiro, se encontra impossibilitada de viver a separação. Afirmamos que o processo se dá de maneira mais complexa, há um terceiro que se apresenta em sua ausência. A ausência e exclusão do pai deixam clara a intensidade da relação primordial fálica, revelando um sujeito incapaz de suportar o encontro com a falta e abandonar a fantasia de uma mãe que o completa.

5.4.

A laqueadura como limite

Diante do que temos apontado no presente trabalho, qual seria a função da laqueadura nesta dinâmica? Para onde ela aponta e o que nos revela sobre essas

mulheres? A partir de uma gravidez compreendida como decorrente de uma ausência de espaço interno possibilitadora de representações, é possível considerar a laqueadura como uma tentativa de instauração de um limite?

Nos casos trabalhados, a questão dos limites chama a nossa atenção. Ao constatar que estamos diante de constantes gravidezes vividas sem uma aparente escolha consciente, as quais acontecem sem uma mediação e possibilidade de julgamento, entendemos que não há um espaço de simbolização. Observamos que há um outro que toma o sujeito e se apresenta fisicamente num corpo preenchido. Como muito bem apontou Bydlowski sobre o objeto primário atualizado na forma do bebê que cresce na barriga da gestante, compreende-se que nos casos apresentados esse bebê que ganha contornos representa também uma ausência de limites entre o eu e o outro. As gravidezes surgem nesse trabalho como uma denúncia a respeito das frágeis fronteiras psíquicas e corporais.

Uma das entrevistadas, Elisa, comenta que a laqueadura é uma maneira de romper com um movimento de repetição. Por não confiar em si, ela opta pela laqueadura como um recurso para evitar o que afirma não mais desejar. Todas as entrevistadas apontam que a possibilidade de uma nova gravidez é insuportável, é algo que elas não poderiam administrar internamente – “Por quê? Das *porradas* que o mundo me deu, né, a J. veio. Não, chega. Não quero mais ser mãe... Quando eu tive a J. eu liguei. Não sei porque que eles pedem autorização pro marido pra isso” (Sônia, entrevista 1).

Total! É a última opção. Ah, já me ofereceram DIU, já me ofereceram... Eu tomo injeção, mesmo sem ter um parceiro hoje eu continuo tomando injeção. Tenho muito medo dessas doideiras que eu já fiz na vida, de acontecer de novo. Aí, assim... Você tem medo de você mesma? Por isso que você faz? É. Verdade. Aí eu tenho vontade de fazer laqueadura. Eu falo, se amanhã ou depois, se eu tiver um marido, eu não quero marido frustrado que eu não posso ter filho porque vai se decepcionar comigo, que eu não vou dar fruto pra ele, quem quiser vai amar os meus e traga os seus (Elisa, entrevista 3).

Não, né? Agora ter mais filho, não. Não. É porque eu, eu já sofri muito. Muito problema, só carga em cima de mim. Não dá mais não, pra mim não. Eu acho que se, de amanhã pra depois, deus me livre guarde, eu engravidasse eu tirava, era capaz até de me matar. Pra mim não dá mais, não (Marta, entrevista 2).

Há um dado que merece atenção e uma pausa no texto: uma das entrevistadas, Marta, não fez e nem mesmo está à espera da laqueadura. Como comentamos, as diversas tentativas de aborto deixaram de herança a infertilidade.

No entanto, apesar de sua situação ser diferente, acreditamos que por ter havido uma impossibilidade real no corpo que impede outras gestações, Marta se encontra em um lugar similar às demais entrevistadas. Há uma barra no corpo que é usada como método contraceptivo. A diferença provavelmente se encontra no fato de que sua incapacidade de gestar uma nova vida não tenha se dado por uma escolha consciente, como as outras entrevistadas que optaram pela laqueadura.

Retomando, apesar de não citarmos a questão dos limites como objeto fundamental de nossa pesquisa, o tema aparece ao longo do trabalho, já que o trabalho do negativo, a dinâmica da introjeção e projeção, a relação mãe-filha e a entrada do terceiro, todos esses processos são responsáveis pela possibilidade de instauração de uma fronteira entre o mundo interno e o mundo externo. O processo, experimentado pelo sujeito, responsável pela instauração dos limites entre o dentro e o fora, é complexo e gradual. Como anteriormente comentado, em um primeiro momento o bebê acredita ser ele e a mãe um ser único, há uma união de corpos e uma indiferenciação entre o eu e o outro. O amadurecimento vivenciado desde esse momento até o alcance de um ser com individualidade própria e compreensão de uma externalidade é árduo e fundamental para sua subjetividade.

Apontamos que a função de julgamento é essencial para que o sujeito possa se aproximar da noção de alteridade do objeto. Essa função é estabelecida de modo gradativo, o julgamento intelectual fornecerá ao sujeito as funções de negação e afirmação, fundamentais na criação das fronteiras dentro/fora. Como apontamos, o eu e a possibilidade de encontro com o outro como objeto externo possuem origem nas primeiras manifestações pulsionais com o juízo de atribuição e de existência.

Além de Freud e Green, D. Winnicott é um autor que traz contribuições valiosas à psicanálise no que diz respeito à questão das fronteiras. Conceitos como objetos transicionais, fenômenos transicionais e espaço potencial nos auxiliam na compreensão do lugar do objeto, das relações dentro/fora e subjetivo/objetivo. A noção de espaço potencial nos permite compreender o processo experimentado em uma separação entre sujeito e objeto. Como aponta Green ([1981] 1988), Winnicott faz desse espaço de separação um espaço de reunião onde há a criação de um objeto transicional dentro dele.

Uma das marcas da teoria winnicottiana é o caráter transicional da experiência, a desconstrução das fronteiras rígidas entre interioridade e exterioridade, entre os elementos internos do sujeito e a objetividade da realidade externa, entre o psíquico e o somático. Para que esse processo se dê, Winnicott tece uma rede de conceitos e processos importantes para a constituição do sujeito. O autor aponta que, para poder “usar” um objeto, o sujeito precisa “destruir” o mesmo que, ao sobreviver, demonstra sua autonomia e sua existência independente.

De acordo com Vieira e Zornig (2011), com a percepção de que houve destruição do objeto (alguma pelo menos), este objeto se torna externo, está fora da área de controle onipotente do bebê, a realidade compartilhada pode ser alcançada. Foi a destruição que o situou como um objeto não mais subjetivo, é ela que cria a qualidade de externalidade. Segundo Winnicott (1969), para isso o sujeito primeiro relaciona-se com o objeto e, em seguida, o objeto se localiza em processo de ser encontrado, ao invés de colocado pelo sujeito no mundo. Desta forma, sendo percebido fora, tendo uma vida própria, ele pode ser encontrado e usado. A noção de “uso” do objeto em Winnicott diz respeito à capacidade do sujeito de utilizar um objeto significativo, após tê-lo encontrado e ter reconhecido sua existência independente.

O bebê evolui da pura subjetividade para uma capacidade de objetividade. E isso se dá graças aos fenômenos transicionais, que funcionam como uma ponte entre o mundo interno e o externo, sustentando a continuidade do processo. A noção de fenômeno transicional corresponde a uma área intermediária de experimentação. É nessa área que ocorre o processo de encontro com a externalidade do objeto, o primeiro contato com a realidade, que inicialmente é subjetiva, é a ilusão de tê-la criado. O sujeito acredita que a realidade ao seu redor foi criada por ele. Essa ilusão, aponta Winnicott (1951), é um paradoxo, porque a realidade criada é, ao mesmo tempo, “achada” – achada na medida em que ela é oferecida pelo objeto.

Em *Objetos transicionais e fenômenos transicionais* (1951) Winnicott nos fornece a hipótese sobre esses fenômenos. Esses objetos e fenômenos se encontram no domínio da ilusão. O bebê no período de dependência absoluta possui a fantasia onipotente de ser o criador de tudo o que percebe, a entrada dos fenômenos transicionais vão propiciar que se concretize o processo de desilusão e encontro com o mundo externo (Vieira & Zornig, 2011, p. 51).

Aos poucos, o ambiente-mãe desilude o bebê; essa desilusão se dá na medida em que a mãe se ausenta e o frustra. Winnicott comenta que quanto mais fortalecida a experiência de ilusão, melhores condições o bebê terá de se desiludir e de reconhecer a existência de uma realidade objetiva, desenvolvendo as experiências da transicionalidade e enriquecendo sua criatividade. Esse período de desilusão é extremamente importante e só é possível se a mãe tiver sido suficientemente boa, tiver fornecido o *holding* necessário, e se mantiver viva “dentro” de seu bebê, mesmo sendo percebida como um “não-eu”. O sujeito precisa ter internalizado de maneira adequada essa mãe para que possa passar por esse processo. Neste momento, o bebê percebe uma realidade externa e o objeto deixa de ser criado para ser encontrado (Vieira & Zornig, 2011).

No momento em que a mãe se ausenta, o bebê inicia o uso do objeto transicional, e dessa forma não é forçado a abdicar da continuidade da existência. Objetos são utilizados como substitutos da mãe, ou melhor, como representantes da mesma para que o sujeito consiga fazer percurso do puramente subjetivo para a objetividade. Segundo Vieira e Zornig, os objetos ditos transicionais são eleitos pelo próprio bebê e possuem a função de tranquilizadores, produtores de satisfação, eles são fundamentais neste momento de seu desenvolvimento.

A relação do bebê com o objeto primário dá origem a uma área denominada de espaço potencial, um território comum à mãe e ao bebê e, ao mesmo tempo, a cada um – o que pode se transformar em objeto transicional, o símbolo da confiança e da união entre o bebê e a mãe. Os objetos transicionais encontram-se entre o subjetivo (criação ilusória do bebê) e o objetivo, entre o eu e o não-eu, pertencendo ao espaço do “entre”, à área intermediária ou espaço potencial.

No entanto, quando esse processo de desilusão ultrapassa a possibilidade do sujeito de simbolizar a ausência do objeto, quando não há a capacidade do bebê de restabelecer a continuidade psíquica, os limites não são bem constituídos. Como foi comentado anteriormente, na incapacidade do objeto de cumprir sua função, o aspecto disruptivo é potencializado. Se o ritmo do bebê e da mãe em relação à presença e ausência não estiver em sintonia, ou seja, se houver uma ausência insuportável ou uma presença ameaçadora, esse espaço interno tão necessário para a constituição do eu e dos limites psíquicos passa a não ser

possível. Estamos tratando aqui do caso em que o que está sendo oferecido não está de acordo com as demandas psíquicas do sujeito.

Na presente pesquisa indicamos que o trabalho do negativo não pôde se dar de maneira exitosa. Observamos que os limites entre eu-outro se apresentam de maneira muito frágil. Esse outro, objeto mãe, ocupa um espaço interno de forma radical, aquilo que chamamos de *incorporação da maternidade*.

Compreendemos que a laqueadura é utilizada como instrumento para por fim ao movimento de constantes gravidezes. Aparentemente ela surge na busca por barrar esse processo e instaurar um limite externo promotor de separação. É apenas a partir de uma intervenção no próprio corpo que essas mulheres conseguiriam romper com o movimento narcísico das gestações em série. A laqueadura foi apontada nas entrevistas como a única forma de proteção contra as “burradas” da vida. Para não serem “enganadas” por si mesmas optam por uma intervenção no corpo.

É, porque remédio você esquece, camisinha fura, e o DIU me incomodava muito porque eu ficava muito tempo menstruada, então, assim, nada pra me prejudicar mais. Então. Que a gente não vai ficar sem, a gente vai ficar sem fazer as coisinhas? Não fica. Ainda mais eu que tenho um fogo do caramba. [...] Não fico sem fazer as coisinhas. Tudo bem, a gente usa camisinha, porque você vai conhecendo o cara, você vai abandonando. Mas, assim, pra correr o risco de engravidar de novo, acho que eu daria um tiro na minha cabeça hoje, sabe? (Sônia, entrevista 1).

É importante apontar que, diferentemente do que ocorre em um movimento que surge a partir de um processo interno, na relação com o objeto mãe, a laqueadura emerge de fora, muitas vezes sob as vozes dos que “cuidam” dessas mulheres, imposto por um discurso social. Como comentamos na introdução deste trabalho, a laqueadura é incentivada por médicos e pelas equipes do Programa de Saúde da Família que, no acompanhamento dessas famílias, se mostram preocupados com os escassos recursos financeiros para o cuidado de muitos filhos.

Green ([1981] 1988), utilizando os conceitos de objeto transicional e espaço potencial de Winnicott, aponta para o analista como um *objeto potencial* que produz transformações. O analista, objeto potencial, seria para o autor um dos elementos que aguarda seu complemento, um inverso ou simétrico, vindo do analisando a fim de formar o objeto analítico, que somente existe desde que seja

um objeto *entre*, uma relação objetual. O objeto analítico seria, dessa forma, o terceiro que se constitui a partir do analista como objeto potencial e do analisando com o que parte dele. Entendemos que o *objeto potencial* é aquele usado pelo sujeito que possibilita a representação do que é vivido no seu mundo interno e, dessa forma, é um espaço potente para a elaboração de conteúdos psíquicos.

Acreditamos que a laqueadura como uma possibilidade, vinda de fora, de impor um limite, uma fronteira “objetiva” no próprio corpo, instaura também um limite psíquico. Entendemos que ela possa produzir transformações nos processos subjetivos em curso e no movimento defensivo e sintomático existente. Neste sentido, utilizando a contribuição de André Green sobre o lugar do analista como um *objeto potencial*, podemos refletir sobre uma suposta função que a laqueadura poderia ter de permitir a criação de um “espaço” transformador.

Essa barra imposta sobre a compulsão de ter filhos impede que esse recurso que evidencia uma colagem ao objeto mãe se perpetue, o que não significa dizer que haverá com isso um rompimento desse aprisionamento na relação. Podemos pensar que esse tamponamento pode vir a instaurar um espaço entre a dinâmica vivenciada pelo sujeito e a possibilidade da criação de novos recursos para lidar com os conflitos subjetivos.

Não é possível afirmar que a laqueadura promove mudanças subjetivas concretas. No entanto, acreditamos que funcione como um *objeto potencial* e que, em alguma medida, possa romper uma cadeia subjetiva e instaurar um espaço com potencial de transformação. A laqueadura se apresentaria, assim, como recurso para um trabalho de elaboração e simbolização, inaugurando a possibilidade de um novo tempo.

6

Considerações finais

O que deu início à presente pesquisa foi a constatação de que há um número grande de mulheres com pouca idade e histórico de muitas gravidezes que procuram o serviço de saúde pública a fim de ter acesso à laqueadura como recurso para impedir novas gestações. Observa-se que as gravidezes se apresentam como um movimento que parece fugir do “controle”, os métodos mais convencionais não conseguem barrar ou evitar que elas aconteçam, restando apenas a laqueadura como ferramenta para fazê-lo.

Diante de tal observação, iniciamos este estudo e uma investigação sobre os processos psíquicos envolvidos nesse movimento. Buscamos compreender o que estaria sendo comunicado com as gravidezes em série, que não diz respeito apenas à ignorância em relação ao uso dos métodos, à ineficácia e à falibilidade dos recursos. Entende-se que a impossibilidade de conter as gestações nos indica que há um movimento inconsciente em curso merecedor de nossa atenção.

Notamos nas entrevistas realizadas com moradoras de uma favela do Rio de Janeiro uma nítida vinculação entre o ser mulher e o ser mãe. Ser mulher para Sônia, Marta e Elisa é poder ter filhos, gerar vidas e ser como suas mães – fortes e batalhadoras. Há um discurso insistente sobre a presença materna e sua importância, uma recorrente valorização do lugar das mulheres. As famílias se apresentam predominantemente matriarcais, compostas apenas pelas mulheres e seus filhos. As mães das entrevistadas se apresentam como pessoas fortalecidas e extremamente fundamentais em suas vidas, as únicas responsáveis por oferecer-lhes alguma estrutura.

Sendo assim, tornou-se evidente e necessária uma investigação sobre a relação mãe-filha. Pareceu-nos importante entender melhor como essa relação se constrói e suas marcas na constituição subjetiva das entrevistadas. Freud foi um autor fundamental para este estudo, uma vez que, além de oferecer contribuições para refletir sobre a relação pré-edípica, nos permite compreender o percurso constitutivo da sexualidade feminina e o lugar do filho/ bebê neste processo.

Trabalhamos com a noção freudiana de que para alcançar a feminilidade de forma plena, a menina vive um árduo processo, sua trajetória não é simples, ela experimenta afetos contraditórios e de difícil manejo. A mãe é um objeto

primordial e necessário à constituição subjetiva, promove satisfação e prazer permitindo a instauração do psiquismo, inaugurando a sexualidade e oferecendo recursos para o bem-estar físico e emocional do sujeito. No entanto, como foi indicado, para alcançar sua sexualidade adulta a menina deve renunciar a essa relação. Nesse percurso, a mulher se dá conta de sua condição castrada e responsabiliza sua mãe por não ter lhe oferecido uma natureza igual à do menino. A falta de um símbolo do feminino equivalente ao pênis será, na obra freudiana, um marco que levará a mulher a abandonar a relação primária e buscar no pai aquilo que não foi oferecido. Entretanto, diante desse amor que pôde tudo suprir e que foi fundamental nos primórdios de sua vida psíquica, separar-se dessa mãe será um processo difícil e deixará marcas subjetivas. Como Freud afirma, a relação edípica com o pai será marcada por conteúdos dessa relação anterior.

Afirmamos que há nos casos da presente pesquisa uma imediata ligação entre o torna-se mulher e o tornar-se mãe; a maternidade parece “abrir portas” para o ser mulher. Ter filhos se apresenta vinculado diretamente à possibilidade de ascender à posição feminina adulta. O que, a primeira vista, parece corresponder à equação freudiana bebê/falo experimentada no percurso da menina em direção à feminilidade.

No entanto, como apontamos, é possível verificar também, pelas entrevistas, que há uma necessidade de ser como a própria mãe. A noção de que a maternidade permitiria o encontro com a feminilidade não aparenta ser tão simples nesses casos. Na teoria freudiana esse processo é possível quando a menina substitui a mãe pelo pai como objeto de amor. No caso do material coletado na pesquisa, essa substituição não parece tão evidente, ao contrário, o discurso insistente de que o ser mulher está atrelado ao ser como suas mães nos permite supor que esse pai talvez não ocupe o lugar de objeto de amor da menina. Sendo assim, cabe refletir sobre a possibilidade de que as gravidezes se manifestem a partir de conteúdos primários, revelando uma problemática pré-edípica.

Compreendemos tais sinais como uma forma de comunicar que há algo dos primórdios da vida psíquica que se atualiza nessa atuação, nas constantes gestações. É importante apontar que em qualquer experiência de maternidade, como bem pontua Bydlowski, é possível reconhecer, através do estado de transparência psíquica, conteúdos de uma relação pré-edípica e os processos

subjetivos envolvidos. No entanto o que buscamos sinalizar é que haveria algo que está para além de uma manifestação de conteúdos primários. Entendemos que as gravidezes são uma atuação de algo vivido nos primórdios da vida psíquica, provavelmente um movimento defensivo narcísico que denuncia uma ruptura ou marca psíquica.

Notamos também que as gravidezes (in)desejadas⁶, o frequente relato de que as gestações não haviam sido planejadas ou mesmo desejadas, revelam um conflito e o jogo de atividade e passividade diante do desejo de engravidar. As gravidezes, que são quase em sua totalidade causadas por deslizos ou falhas dos métodos contraceptivos, nos permitem reconhecer e, mais uma vez, nos aproximam da noção de que haveria nesse movimento um processo subjetivo complexo e uma atuação de algo que não pode ser simbolizado ou colocado em palavras. Todas essas manifestações: o tornar-se mulher atrelado ao tornar-se mãe, as gravidezes que parecem estar ligadas a uma questão narcísica e não de filiação e o discurso que as coloca num âmbito da ausência de desejo nos permitem sustentar a noção de que há uma problemática pré-edípica se manifestando intensamente, como observamos nas seguintes falas: “aí eu engravidei nesse meio, nessa brincadeira, parecia que eu já sabia que ia engravidar. Não queria, mas, assim, aconteceu. E ela tá aí, firme e forte” (Sônia, entrevista 1); “pensei que elas fossem crescer, ficar do meu lado. Como eu falei, no início, quando eu quis ser mãe, era companhia, né? Hoje em dia tu vê que eu não tenho companhia mais” (Sônia, entrevista 1).

A separação mãe-filha, necessária para o percurso da menina em direção ao Édipo, vem acompanhada por um processo de luto. A mulher precisa viver o luto da perda e a renúncia de uma relação de completude anterior. Separar-se da mãe é admitir que ela não pôde oferecer tudo o que desejava e reconhecer a falta em si mesma e no objeto. Como peça fundamental nesse processo de separação, o objeto e a qualidade de sua presença serão fundamentais para que o luto seja vivido com mais ou menos dificuldade.

O estado melancólico corresponde na teoria freudiana ao caso em que um processo de separação não teve êxito, no qual o sujeito não consegue viver de forma plena o luto pela perda do objeto. No luto melancólico Freud afirma que a

⁶O parêntese no “(in)” é utilizado por nós como uma maneira de enfatizar o desejo por trás do discurso manifesto sobre a falta dele.

perda do objeto é vivida como uma perda em si mesmo, parte do psiquismo se mantém aprisionada ao objeto perdido. Freud trabalha, nesse sentido, com a noção de que o que define a escolha de objeto do tipo narcisista ou anaclítica é a qualidade da presença do objeto. A escolha narcisista do objeto diz respeito àquela que ocorre num estado melancólico, por outro lado a escolha anaclítica corresponde à que permite ao sujeito a entrada na fase edípica.

O aprisionamento ao objeto ou à idealização do objeto é um recurso defensivo em que o sujeito busca evitar o desamparo e evidencia uma impossibilidade de lidar com a falta causada pela ausência do objeto inevitável no processo de separação. As constantes gravidezes e a colagem à maternidade nos aproximam da ideia de que há, da mesma forma, nesse processo uma tentativa de manutenção de um estado de suposta completude e impossibilidade de lidar com a ausência. Referimos-nos a uma suposta completude, na medida em que, como apontamos, a própria idealização diz respeito a algo que não pôde se dar de forma satisfatória. Essas mulheres apresentariam, a nosso ver, uma dificuldade de renunciar à relação fálica com a mãe para buscar outros objetos. A mãe parece ser a única capaz de oferecer um sentido de unidade, segurança e bem-estar, conforme podemos ver nas falas das entrevistadas: “a gente cresce, a gente vê as dificuldades que é do dia a dia, né? O que ela teve que passar pra sustentar a gente. Hoje minha mãe é tudo na minha vida. Assim, aprendi muito com ela, aprendi muito com os erros dela. Entendeu?” (Sônia, entrevista 1); “(...) minha mãe sempre batalhou muito, trabalhava de dia e de noite, minha mãe foi muito guerreira, assim, pra criar nós dois” (Elisa, entrevista 3).

A nosso ver, é possível verificar na presente pesquisa a atuação de algo que se aproxima da noção de um sujeito que não consegue viver o luto pela perda do objeto e busca conservar o que remete a uma experiência anterior, experimentando a perda de forma insuportável e vivendo “acoplado” à parte do objeto a fim de evitar um sentimento de desamparo. Acreditamos que seja possível identificar, nos casos deste estudo, uma idealização do objeto mãe e das figuras femininas. Essa idealização pode ser observada nas falas e manifestações sobre o lugar que essas figuras ocupam na vida das entrevistadas. Compreendemos que, diante de uma particularidade vivida na relação pré-edípica, um recurso utilizado pelo sujeito seria o de se manter colado ao objeto como uma forma de recusa da falta e impossibilidade de renúncia a uma relação fundamental.

Pelas entrevistas é possível notar – de forma bem evidente – o lugar preservado e idolatrado que as mulheres-mães ocupam, não sendo atingidas nem mesmo pela percepção de uma falta ou ausência que venham a promover.

Acreditamos que há algo que não se apaga nas relações – há um corpo (grávido) totalmente preenchido e tomado pelo objeto primário. Parece não existir a presença de um espaço delimitado, há a falta de um vazio constitutivo e, dessa forma, uma aparente presença excessiva. A repetição das gravidezes como denúncia de uma idealização do objeto mãe se apresenta como um movimento que demonstra a existência de algo que parece não ter sido negativizado. As gravidezes seriam uma maneira de revelar uma ausência de limite e apontariam assim para um outro, o objeto primário, presente como uma “alteridade interna radical”.

Desta forma, a noção de trabalho do negativo de André Green foi fundamental para o presente estudo. Com o trabalho do negativo compreendemos a função do objeto primário e a importância de seu apagamento – o objeto deve se fazer esquecer como constituinte da estrutura psíquica. Sua função na constituição psíquica se realiza quando o mesmo pode ser perdido e o luto por sua perda pode ser vivenciado. O trabalho do negativo como expulsão do desprazeroso permite a criação de um espaço interno em que o eu pode nascer, possibilitando o reconhecimento do objeto como alteridade. O trabalho do negativo, segundo Green, não é um esquecimento radical do objeto, o mesmo deve ser absorvido como função, transformando-se em estrutura psíquica.

Oferecendo contribuições importantes e seguindo um caminho muito próximo ao que Green propõe, Abraham e Torok vão teorizar sobre a necessidade das bocas vazias de seio materno para que possam se encher de palavras como um processo. Apontamos que para os autores a fantasia de incorporação procura realizar uma recomposição profunda da perda de modo mágico. Não havendo o “vazio das bocas”, que nada mais é do que o apagamento do objeto como Green aponta sobre o trabalho do negativo, o objeto não pode ser introjetado. Como foi sinalizado, operar a passagem, de uma boca preenchida pelo objeto para uma boca preenchida de palavras, é conseguir que a presença do objeto dê lugar a uma autoapreensão de sua ausência.

Abraham e Torok (1972) afirmam que a incorporação se dá quando não surge nada, palavras, para dar conta da boca vazia, do vazio do sujeito, e, desta

forma, é introduzido uma coisa imaginária, o objeto incorporado. Ao não se nutrir da troca de palavras, o sujeito introduz nele mesmo a pessoa inteira ou parte dela como depositária do que não tem nome. A incorporação é um recurso que ocorre como um caso de recusa do luto, uma negação da perda, como apontamos; só restaria opor à perda uma denegação onde se finge que não há nada a perder. Dessa forma, o fechamento, o aprisionamento e o enterro objetivam a fantasia de incorporação.

Como trabalhamos, Green (1986) afirma que, se a resposta do objeto é imediata, é a onipotência simbiótica que se instala e o eu da criança se torna incapaz de dizer não ao objeto e sim a si mesmo. Nesse cenário, a idealização do objeto materno se apresenta colada à anulação do desejo do próprio sujeito. Veremos então, como apontam Mello e Herzog (2012), um rígido e frágil contorno entre o eu e o não eu, e como consequência um narcisismo despedaçado sem a precisão dos contornos.

A nosso ver, como afirmamos, é possível observar nos casos investigados um objeto que não se apaga, que se mantém ocupando um espaço interno fundamental para a estruturação do sujeito. Não haveria, a nosso ver, um trabalho do negativo bem sucedido e um vazio de bocas necessário à espera por ser ocupado por novos conteúdos e outras relações. Há um corpo físico e psíquico ocupado pelo objeto primário e por marcas dessa relação. Utilizando a metáfora proposta por Bydlowski, há um bebê que cresce dentro da barriga da mulher como representante do objeto primário denunciando a falta de um limite, uma fronteira, e um não apagamento do objeto.

Acreditamos que seja possível refletir também sobre a possibilidade de que as constantes gravidezes, ao mesmo tempo em que revelam um aprisionamento ao objeto, podem se apresentar como uma tentativa de assimilação da separação com o objeto primário possuindo uma função objetalizante. Há uma impossibilidade de afastamento do objeto, de vivenciar a ausência e, dessa forma, também a necessidade de manter, de alguma maneira, a ligação. As gestações se apresentariam assim como uma maneira de simbolizar, dar sentido à perda do objeto? Como apontamos, no caso deste estudo entendemos que está posta uma dificuldade na articulação entre as duas funções, objetalizante e desobjetalizante. A dinâmica entre investimento e desinvestimento, ligação e desligamento, não foi permitida, uma vez que o objeto não é colocado em posição de ser apagado. Não

houve, a nosso ver, uma medida adequada entre as duas funções que pudesse cumprir seu papel no processo de subjetivação.

Diante do que temos insistentemente trabalhado sobre uma colagem ao objeto primário e uma relação pré-edípica que se afirma constantemente, é possível que surja a questão: não há, assim, uma entrada no Édipo ou uma triangulação? E o pai, onde e como se apresenta? Como afirmamos ao longo do trabalho, trazer a noção de que as gravidezes em série apontam para um aprisionamento ao objeto não é para nós o mesmo que afirmar que não haveria uma entrada no Édipo. Entendemos que o processo de triangulação pode ocorrer de duas formas: de um lado, pela presença de um outro que comumente em uma comunidade se ocupa dessa criança, sem ser a própria mãe ou o pai – encontramos visivelmente nesta posição avós, vizinhas, tias, primas e a própria comunidade. Por outro lado, observamos a triangulação se constituir pela ausência paterna; como comentamos, a marcante presença de ausência paterna funcionaria como um terceiro nessa relação.

Observa-se, no ambiente em que estão inseridas as entrevistadas, que há claramente uma atuação daquilo que Green denominou de terceiridade generalizada. É possível notar uma presença intensa das avós, tias e vizinhas, compartilhando o cuidado com os filhos. Há uma comunidade que se organiza na ausência da mãe que precisa se ocupar do trabalho e de outras obrigações. Há uma comunidade que funciona oferecendo a essas crianças um suporte afetivo. Desenvolvemos o conceito de *comunidade holding* na dissertação de mestrado realizada em 2011 para refletir sobre o papel da comunidade e das figuras de apoio que funcionam como terceiro e como figuras substitutivas que acolhem o sujeito.

Apontamos, em 2011, para os cuidados exercidos pela comunidade como um fenômeno que auxiliaria o sujeito no processo de elaboração, simbolização dos excessos vividos, das angústias e ansiedades presentes nas experiências da vida. Acredita-se, assim, ser possível conceber as avós, tias, vizinhas e a comunidade como auxiliares no processo de simbolização, não só em um momento primário, separação mãe-bebê, mas também diante da violência e do excesso comumente encontrado em um ambiente tomado pelo tráfico de drogas ou pela polícia.

Entendemos que seja possível refletir sobre os cuidados fornecidos pela comunidade ainda em um primeiro momento de constituição subjetiva. A comunidade está ali como um terceiro que possibilita este campo subjetivo, favorece a construção de um ambiente onde as funções de acolhimento e continência podem ser apresentadas. A comunidade se mantém presente, possibilitando e fornecendo um ambiente para que a mãe e a família exerçam suas funções. Afirmamos que o que ocorre nas comunidades não é uma substituição das funções parentais, mas que as relações construídas funcionam como uma extensão dos cuidados originais. Dessa forma, podemos pensar que, apesar de as crianças não possuírem muitas vezes vínculos familiares com vizinhos e outros cuidadores, o vínculo afetivo se apresenta forte o suficiente para que haja uma identificação.

Podemos considerar que, no caso de nosso estudo, esse movimento da comunidade ou de um terceiro possa evitar que haja uma desestruturação extrema; há uma triangulação que auxilia no cuidado e fornece estrutura prevenindo um sofrimento psíquico maior. Em contrapartida, podemos acreditar que, diante de tudo que temos apontado, esse não seria um arranjo suficiente para promover uma separação bem-sucedida entre o sujeito e o objeto.

Por outro lado, como apontamos, há uma triangulação que se dá pela presença de ausência paterna. Há uma marca que é deixada pela ausência paterna nas histórias de vida das entrevistadas. Há uma denegação do lugar dos homens e de sua importância, trazendo os mesmos como dispensáveis em suas vidas; esses pais não se apresentam e, segundo Sônia, Marta e Elisa, não fizeram falta. Não “fazem” falta, mas, ao mesmo tempo, são citados inúmeras vezes por sua omissão e suposta ausência de representatividade em suas vidas.

Observamos, em contrapartida, que há uma exclusão desses pais, que essas figuras não se apresentam por falta de interesse apenas. Há um movimento que os exclui e que toma para si os filhos como uma propriedade. Os filhos estão sob seu domínio, e são um símbolo que as tornam mais fortalecidas. É possível notar que há, dessa forma, uma negação do pai como terceiro na relação dual e, por outro lado, uma presença de sua ausência que atuaria nesse lugar. Neste sentido, utilizando as contribuições de André Green sobre o lugar do terceiro e o trabalho do negativo, no que diz respeito à presença e ausência, entendemos que nesses casos o Édipo se constitui de maneira particular e mais complexa.

Então eu quero o nome dele no meu registro, como a J. também tá correndo atrás pra ter o nome do pai dela, entendeu? É só questão de nome, não é questão de afeto. Só direito mesmo. A minha mãe foi tudo, nem senti falta dele. Minha mãe, quando podia estar com a gente, ela supria a gente de tudo, nunca faltou nada, mesmo na dificuldade, assim, que a gente passou fome na época. Ela tava ali pra gente o tempo todo (Sônia, entrevista 1).

É a mulher, não tem jeito. Até na hora de xingar, xingam a mãe, sabe? Xingam a mãe, a mãe do juiz é que paga, eu paguei pela minha mãe. E... Até nessas horas que incentivam a gente, por mais que estejam. É raro ver, assim, pai presente de levar pra médico. “Ah, sua mãe tá trabalhando, vou levar você”. É raro você ver, é raro. Eu, eu, assim, cara, dá muito trabalho; eu levanto, eu deixo a roupa das crianças arrumada à noite, porque, senão, é muita correria (Elisa, entrevista 3).

É possível concluir, dessa forma, que o movimento que observamos com as constantes gravidezes sem contenção não se dá apenas no âmbito da relação primordial com a mãe e pela maneira como ela se constituiu. Poderíamos supor que não tratamos aqui de uma problemática pré-edípica apenas – estamos trabalhando com uma dinâmica que se manifesta a partir de uma problemática pré-edípica, que se estrutura na presença de ausência de um terceiro. Estaríamos apontando neste trabalho que a ausência deste terceiro é parte integrante do processo observado.

Sendo assim, diante do que apontamos sobre a relação pré-edípica, a forma como ela se apresenta e a especificidade da presença de ausência paterna, entendemos que estaríamos diante de algo que se dá no *entre* – entre um sofrimento narcísico e um sofrimento edípico. Um complexo de Édipo que se constitui de maneira particular e um movimento narcísico que ocorre a partir da entrada, pela ausência, de um terceiro. Estamos tratando de um movimento que se dá entre o narcisismo e o Édipo.

Indo além, podemos refletir sobre a hipótese de que a menina ficaria aprisionada na segunda saída do Édipo, ao complexo de masculinidade. Estariam elas aprisionadas ao desejo pelo falo como algo a se conquistar e, nesse caso, encontrado na mãe e nas gravidezes vividas na relação com a mesma? A nosso ver, há uma entrada no Édipo marcada pela exclusão do pai e um provável receio de encontro com o feminino, mães fálicas e mulheres fálicas que não abandonam a posição. Paralisadas na masculinidade, essas mulheres permaneceriam acreditando que ainda possuem o falo sem aceitar a castração por completo?

No nosso entendimento, nesses casos parece não haver uma aceitação da castração, nega-se a existência e importância do pai, assim como se nega a falta. O

que se busca desesperadamente é a manutenção de uma relação fálica e de completude com a mãe, objeto primário. Negar o homem é negar sua condição castrada, é não reconhecer o que falta em si mesma, é por receio do encontro com a feminilidade que se exclui e se nega o lugar das figuras masculinas.

As gravidezes e os filhos se apresentam, dessa forma, como um objeto representante de seu poder, sua potência, permitindo a conquista do lugar almejado de mulher. Podemos refletir, assim, sobre a hipótese deste filho ser colocado simbolicamente como falo/objeto fálico e não como uma representação do mesmo. Há um bebê colado à ideia de falo como objeto narcísico e não de filiação. As gravidezes nesses casos não expressam somente uma representação da equação bebê/falo freudiana, revelam também um aprisionamento à relação pré-edípica com a mãe e uma busca pela manutenção da completude e impossibilidade de abandoná-la, uma forma de verificar constantemente a interioridade deste corpo, uma maneira de existir. Ter filhos seria, assim, a possibilidade de ascensão à maternidade plena e completa, da mulher-mãe fortalecida e dona de sua vida. Como apontamos, a maternidade é a via para se alcançar o tornar-se mulher, mas não uma mulher qualquer, uma guerreira que toma conta de sua vida e filhos sozinha. As gravidezes são um símbolo de uma feminilidade fálica, específica e empoderada que se apresenta sem a presença do homem.

A nosso ver as mulheres mantêm, desta forma, uma relação homoerótica com as figuras femininas idealizadas, com suas mães, avós e tias. Há um coletivo que se afirma e se fortalece dentro de si mesmo, conquistando uma completude e símbolo do feminino. Como apontamos, não há uma escolha consciente por excluir os homens, esse é um movimento observado e transmitido de geração a geração. Por desejar um símbolo, se aprisionam em si mesmas; por desejar algo que dê sentido ao lugar da mulher, se encontram reféns do que desconhecem e daquilo que um dia ofereceu satisfação e prazer.

Comentamos que, frente à fortaleza que demonstram ter as mulheres e seu “clã feminino”, talvez possamos refletir sobre uma dificuldade no acesso à feminilidade. Haveria desta forma, como afirmamos, um receio de ascensão ao feminino de forma plena e tudo que implica em assumir esse lugar. Sendo assim, poderíamos refletir sobre o papel dos homens como meros reprodutores e oferecedores desse falo almejado para que o feminino, relação fálica com a mãe, se sustente.

Neste sentido, é possível considerar o lugar do pai como objeto parcial, ou uma via para chegar ao bebê que elas desejam, seria o meio para se alcançar o que não é possível na relação com a mãe? O pai, enquanto objeto parcial, não ocupa o lugar de uma pessoa inteira, não é promovido ao papel de objeto de amor dessa menina. Seu objeto de amor permanece sendo a mãe que, em uma relação homoerótica com a filha, tem como “fruto” constantes gravidezes. Acreditamos que a mulher não atravessa do desejo pelo pênis para o desejo pelo homem, aparentemente ela se manteria regredida narcisicamente na relação com a mãe.

A ausência e exclusão do homem não permite que haja a saída da relação pré-edípica de forma efetiva. Ou melhor, essas mulheres de maneira defensiva excluem as figuras masculinas como uma forma de justificar a permanência nessa díade e, assim, se mantêm afastadas da ameaça do encontro com o que elas não possuem. Como afirmamos, haveria uma resistência em assumir uma feminilidade originária, de um lugar da falta e da ausência de satisfação plena. A exclusão do pai possui, assim, uma função importante e marcante no processo de constituição subjetiva – a manutenção do vínculo primordial fálico com a mãe.

Importante apontar que, apesar do discurso e movimento manifesto de exclusão do pai e suposto desprezo pela falta que o mesmo promoveria, em muitos momentos observamos falas que sinalizam um sofrimento em relação a essa falta, o que nos permite admitir a complexidade desta dinâmica e dos processos psíquicos envolvidos. De forma manifesta não fazem falta, não são necessários e até excluídos em um movimento defensivo, por outro lado, sua ausência deixa marcas. Neste sentido, podemos considerar que a exclusão do pai, ao mesmo tempo em que busca a manutenção de uma relação fálica com a mãe, pode ser uma maneira de presentificar esse pai ausente. A exclusão e as falas constantes de ausência o aprisionam em um lugar que se apresenta permanentemente. Uma vez que ele não pode ocupar o lugar de presença esperado, é pela ausência que cumpre seu papel.

Aí quando eu *tava* por volta de 20 pra 21 anos, arrumei, namorava com o pai da R., da minha mais velha. Ele uma vez me procurou com esse negócio de registro. Eu já era vivida, já trabalhava, já. Não precisa. Eu já tenho um nome, minha mãe me deu um nome. Aí foi, aí eu já sabia quem era ele. Aí eu já sabia tudo o que a minha mãe tinha feito. (...) Mas eu senti falta, né? Eu senti falta na escola, dia dos pais, eu tive, *pô*, ele lembra do aniversário do meu irmão, ele liga pro meu irmão. Ele nunca me ligou no meu aniversário (Elisa, entrevista 3).

Desta dinâmica entre presença e ausência materna e paterna, a qual conta com um movimento subjetivo que se move na busca por manter uma relação fálica com a mãe e um bem-estar primordial, observamos como consequência um aprisionamento ao objeto. Propusemos diante disso o termo *incorporação da maternidade* para refletir sobre o processo subjetivo encontrado nos casos da presente pesquisa.

Entendemos que, nos casos investigados, a fantasia de incorporação se dá na dificuldade pela separação com o objeto primário. As manifestações de presença constante do objeto mãe, o discurso que a coloca em um lugar idealizado e a ausência paterna, nos possibilitam apontar para uma fantasia de incorporação que vem dar conta do que não pôde ser elaborado. A noção de *incorporação da maternidade* aponta para uma impossibilidade de separação com o objeto mãe. Estamos tratando aqui de um recurso defensivo inconsciente que se dá na busca por manter magicamente uma relação fálica com o objeto primário, uma recusa da castração e uma dificuldade de ascender ao Édipo de maneira plena.

Por fim, um dos principais argumentos que deram início à presente pesquisa, a laqueadura, é trazida neste estudo como um *objeto potencial*. Utilizando a noção de André Green, entendemos que a laqueadura possua como função a instauração de um limite que não foi possível dentro da relação com o objeto. A ausência de limites é marcante e já foi exaustivamente comentada; a laqueadura surge como uma barra que impõe uma fronteira física e psíquica em um movimento inconsciente observado; possibilita provavelmente que novos recursos sejam buscados e utilizados para dar conta de uma dinâmica primária.

Afirmamos que a laqueadura instaura, a nosso ver, um novo tempo, no entanto é importante pontuar que no momento em que recorre à laqueadura, as mulheres já possuem seus filhos, que simbolicamente lhes oferecem o lugar de mulher guerreira tão almejado. Sendo assim, nos colocamos a questão: será que a laqueadura, como um rompimento simbólico, é possível apenas porque já foi conquistado um símbolo fálico que são os múltiplos filhos?

Não ter mais susto. Minha mãe até falou assim, “ah, e você não quer esperar pra tentar um menino, não?” Pra enfiar aonde? Dentro daquela casa? Não. Chega. Tá bom. Eu só tenho dois braços, ainda tive três filhas. O certo seria dois, né? Pra cada braço, não dá. A gente tem que ir até onde nossa mão alcança. A gente não pode querer além do que a gente tem condição no momento (Sônia, entrevista 1).

Indo um pouco adiante em nossa pesquisa e trazendo uma última e importante reflexão, nos casos investigados o pai aparece como uma pessoa omissa e excluída das relações, que não se apresenta no cuidado com os filhos, com a casa e com a família, é retratado como uma figura que está distante de um lugar de poder. No entanto, é preciso reconhecer e refletir que no ambiente das favelas o homem simboliza e está apropriado de uma posição soberana, de comando e autoridade. Mesmo nos lugares em que há a ocupação da UPP, Unidade de Polícia Pacificadora, e não mais declaradamente do tráfico, esses homens estão na condição de detentores da lei, da ordem – de “donos do morro”, são eles que, ainda que arbitrariamente, possuem o dinheiro, as armas e a força.

Diante disso, podemos refletir sobre um jogo que haveria entre os lugares ocupados por cada um, homens e mulheres? Esses homens tão poderosos fora de casa que “fazem” filhos em diferentes mulheres, dentro da família são totalmente excluídos e colocados distantes de um lugar de pai, simbólica e presencialmente. Acreditamos que o retrato desse tipo de organização da comunidade possa nos auxiliar no que temos desenvolvido. Estaríamos aqui provavelmente diante de homens e mulheres que vivem uma rivalidade fálica, impossibilitados de lidar com a falta e a castração?

Maria Rita Kehl (1998), em *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*, traz contribuições importantes de Emilce Bleichmar que auxiliarão nossa investigação. Segundo Kehl, a autora afirma que uma crença sobre a inferioridade feminina seria um obstáculo à superação da inveja do pênis pelas meninas e que levando tal fato em consideração nos vemos atrelados ao impasse: como seria possível abandonar as fantasias de masculinidade e identificar-se com o feminino? De acordo com Kehl, para Bleichmar a dimensão conflitiva da feminilidade em nossa cultura encontraria sua máxima expressão na histeria. A histérica, ao produzir a fantasia de uma mulher com pênis, o faz porque, fechados os caminhos de hierarquização de seu gênero, tentaria várias formas de narcização, acrescentando à feminilidade o falicismo, um pênis fantasmático.

Utilizando as contribuições de Kehl e Bleichmar, poderíamos tratar do que encontramos no presente estudo como uma dinâmica em que a mulher, diante de uma feminilidade hierarquicamente submetida ao masculino, se encontra aprisionada à busca incessante por um lugar fortalecido e empoderado?

Acabariam por adicionar à feminilidade o falicismo, como aponta Bleichmar, se colando a uma relação homoerótica com as figuras femininas e a imagem de mulheres guerreiras que dão conta da vida e dos muitos filhos que possuem?

Como apontamos, as gravidezes parecem ser um símbolo de uma feminilidade fálica, específica e empoderada que se apresenta sem a presença do homem. A nosso ver, estariam elas, dessa forma, se impondo radicalmente na procura por um lugar fálico que oferece estrutura em um ambiente em que os homens costumam ocupar o lugar não apenas simbólico de detentores do poder.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, N.; TOROK, M. (1972). Luto ou melancolia, introjetar - incorporar. In: **A casca e o núcleo**. Tradução de Maria José R. F. Coracini. São Paulo: Escuta, 1995, p. 237-242.

ARAGÃO, R. O. **Tornar-se mãe do seu próprio filho**. 1.ed. Curitiba: Honoris Causa, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em Planejamento Familiar: **Manual Técnico**/Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher – 4ª edição – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>

BYDLOWSKY, M. (2001). O olhar interior da mulher grávida: transparência psíquica e representação do objeto interno. In: Laurista Corrêa Filho, Maria Elena Girade Corrêa, Paulo Sérgio França (Orgs.). **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação, e desenvolvimento do bebê**. Brasília: L. G. E., 2002, p. 205-214.

BYDLOWSKY, M.; GOLSE, B. (2001). Da transparência psíquica à preocupação materna primária: uma via de objetualização. In: Laurista Corrêa Filho, Maria Elena Girade Corrêa, Paulo Sérgio França (Orgs.). **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação, e desenvolvimento do bebê**. Brasília: L. G. E., 2002, p. 215-220.

FERENCZI, S. (1909). Transferência e introjeção. In: **Obras Completas Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 77-108.

_____. (1912). O conceito de introjeção. In: **Obras Completas Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 181-184.

_____. (1927/1928). A adaptação da família à criança. In: **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 1-14.

_____. (1933). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: **Obras Completas Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-106.

FIGUEIREDO, L.C.; CINTRA, E. M. Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: Martha Rezende Cardoso (Org.). **Limites**. São Paulo: Escuta, 2004, p. 13- 58.

FREUD, S. (1905). Tres ensayos de teoría sexual. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: Fragmento de análisis de un caso de histeria (Dora). Tres ensayos de teoría sexual e otras obras, 1901-1905**. (Vol. 7, 1ª ed., 14ª reimp, pp. 109- 224). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1908). Sobre las teorías sexuales infantiles. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: El delirio y los sueños en la Gradiva de W. Jensen y otras obras : 1906-1908**. (Vol. 9, 2ª ed., 7ª reimp, pp. 183- 201). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1914). Introducción del narcisismo. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico: Trabajos sobre metapsicología y otras obras 1914-1916**. (Vol. 14, 2nd ed., 12º reimp, pp. 65- 98). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1917/1915). Duelo y melancolía. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico: Trabajos sobre metapsicología y otras obras 1914-1916** (Vol. 14, 2nd ed., 12º reimp, pp. 235- 255). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1923). La organización genital infantil (Una interpolación en la teoría de la sexualidad). In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: El yo y el ello y otras obras** (Vol. 19, 2nd ed., 11º reimp, pp. 141- 149). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1924). El sepultamiento del complejo de Edipo. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: El yo y el ello y otras obras** (Vol. 19, 2nd ed., 11º reimp, pp. 177- 187). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1925). Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: El yo y el ello y otras obras** (Vol. 19, 2nd ed., 11º reimp, pp. 260- 276). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1925). La negación. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: El yo y el ello y otras obras** (Vol. 19, 2nd ed., 11º reimp, pp. 249- 257). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

_____. (1931). Sobre la sexualidad Femenina. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: Porvenir de una ilusión, El malestar en La cultura y otras obras** (Vol. 21, 2nd ed., 9º reimp. pp. 224- 244). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1933/1932). 33º conferencia; La feminidad. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras** (Vol. 22, 2nd ed. 8º reimp., pp. 104- 125). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

_____. (1940/1938). VII. Una muestra de trabajo psicoanalítico. In J. Strachey (Ed. e Trans.). **Obras Completas: Moisés y La religión monoteísta, Esquema del psicoanálisis y otras obras** (Vol. 23, 2a ed. 8º reimp., pp. 183- 194). (J. L. Etcheverry, Trad.). Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GARCIA, C.; PENNA, C. M. P. A. O trabalho do negativo e a transmissão psíquica. In: **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 68-79, 2010.

GARCIA-ROZA, L. A. (1995). **Introdução à metapsicologia freudiana, v.3.** Artigos de metapsicologia; 1914-1917: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GREEN, A. (1981). Negação e contradição. In: **Sobre a loucura pessoal.** Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1988, p. 257-279.

_____. (1986). O trabalho do negativo. Anexo 1. In: **O trabalho do negativo.** Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 289- 294.

_____. (1988). Seminário sobre o trabalho do negativo. Anexo 3. In: **O trabalho do negativo.** Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 301- 305.

_____. **Conferências Brasileiras de André Green:** metapsicologia dos limites. Tradução de Helena Besserman Vianna. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1990.

_____. (1993). **O trabalho do negativo.** Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. (2002). O trabalho do negativo. In: **Orientações para uma psicanálise contemporânea.** Tradução de Ana Maria Rocca Rivarola. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2008, p. 259-275.

_____. (2002). Configurações de condição do terceiro (terceiridade). In: **Orientações para uma psicanálise contemporânea.** Tradução de Ana Maria Rocca Rivarola. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2008, p. 229-245.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino:** a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1998.

MELLO, R.; HERZOG, R. Psiquismos Clivados: vazio de sentido e insistência no existir. In: **Caderno de Psicanálise – CPRJ**, 2012, 34 (27), 65-81.

PINHEIRO, T. **Ferenczi:** do grito à palavra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995.

PONS, S. **Os Caminhos do Trauma em Nicolas Abraham e Maria Torok.** São Paulo: Escuta, 2003.

SAVIETTO, B. B.; CARDOSO, M. R. Idealização e onipotência na juventude contemporânea: a drogadicção como ilustração. In: **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 24 - n. 2, p. 353-366, Maio/Ago, 2012.

VIEIRA, A. C. D.; ZORNIG, S. A. J. **Ambiente violento, infância perdida?** 2011. 100f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro.

WINNICOTT, D.W. (1951). Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais. In: **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1975, p. 13-44.

_____. (1969). O Uso de um Objeto e Relacionamento através de Identificações. In: **O Brincar e a Realidade**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1975, p. 121-131.

ZALCBERG, M. **A Relação Mãe e Filha**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Amor Paixão Feminina**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ZORNIG, S. A. J. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 73-77, jan./mar. 2008.

ZORNIG, S. A. J. Clínica dos primórdios e processos de simbolização primários. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, p. 121-136, 2015, ISSN 0103-5665.

8 Anexos

8.1. Anexo 1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de consentimento livre e esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: “Foi sem querer! Por que os métodos contraceptivos não funcionam comigo? – Uma análise teórico-clínica sobre a dinâmica de engravidar e ter filhos.”

Pesquisadora: Ana Carolina Dias Vieira

E-mail: anadiasvieira@yahoo.com.br

Telefone: 21 98838-6842

Orientadora: Silvia Abu-Jamra Zornig

Telefone: 21 2529-2237

E-mail: silvia.zornig@terra.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde

Rua Evaristo da Veiga, 16 - Sobreloja - Centro - RJ

CEP 20031-040 Telefone: 2215-1485 cepsms@rio.rj.gov.br

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa por meio da qual pretendemos compreender melhor o que é ser mulher. Esta pesquisa será realizada por meio de uma entrevista gravada e posteriormente transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora todo e qualquer dado de identificação. Todas as informações têm caráter confidencial, portanto sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação é voluntária, estando livre para interromper a entrevista quando assim desejar; fazer as perguntas que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento. A participação nessa pesquisa não traz qualquer risco à saúde, podendo apenas gerar certa timidez ao longo da entrevista. Em caso de constrangimento, a entrevista poderá ser interrompida por pedido da entrevistada. Não há qualquer possibilidade de quebra de confidencialidade, as entrevistas, acompanhadas e dirigidas apenas pela pesquisadora responsável, serão mantidas sob os cuidados da pesquisadora responsável de forma que nenhum outro pesquisador ou sujeito interessado na pesquisa tenha acesso. Qualquer interesse pela pesquisa e conteúdo das entrevistas será correspondido a partir da

análise presente na finalização do doutorado. As entrevistas gravadas serão mantidas até que a pesquisadora responsável consiga finalizar sua pesquisa.

Com sua adesão, você estará contribuindo para conhecermos mais sobre os processos desencadeados pela experiência de ser mulher. Assinando este termo de consentimento, você estará autorizando a pesquisadora a utilizar em ensino, pesquisa e publicação, as informações prestadas na entrevista, sendo preservada sua identidade e a dos membros da sua família. Um exemplar deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado, ficará com a entrevistada e outro com a pesquisadora.

Eu, _____, fui informada sobre o estudo acima referido e compreendi seus objetivos. Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, o que indica meu consentimento para participar desta pesquisa.

Assinatura da Pesquisadora
Ana Carolina Dias Vieira

Assinatura da Entrevistada

Rio de Janeiro, ____/____/____